

UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE - UNIVILLE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIEDADE
- PPGPCS

O DINHEIRO NO MUSEU: O ACERVO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL
DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE/SC

NICOLAS MARCOS

Orientadora: Professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes

JOINVILLE - SC

2020

NICOLAS MARCOS

O DINHEIRO NO MUSEU: O ACERVO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL
DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE/SC

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville (Univille) – como requisito parcial para a obtenção de grau de mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, sob a orientação da professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes.

Joinville - SC

2020

Catálogo na publicação pela Biblioteca Universitária da Univille

M321d	<p>Marcos, Nicolas O dinheiro no museu: o acervo de numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville/SC/ Nicolas Marcos; orientadora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes. – Joinville: UNIVILLE, 2020.</p> <p>147 p.: il. ; 30 cm</p> <p>Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural – Universidade da Região de Joinville)</p> <p>1. Numismática. 2. Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. 3. Moeda – História. 4. Patrimônio cultural. I. Guedes, Sandra Paschoal Leite de Camargo (orient.). II. Título.</p> <p>CDD 737.409</p>
-------	---

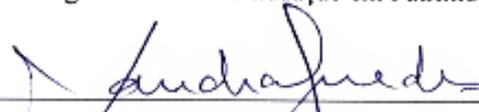
Termo de Aprovação

“O Dinheiro no Museu: O Acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville/SC”

por

Nicolas Marcos

Dissertação julgada para a obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, área de concentração Patrimônio Cultural, Identidade e Cidadania e aprovado em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade.

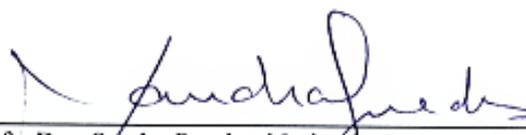


Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Mariluci Neis Carelli
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade

Banca Examinadora:



Profa. Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes
Orientadora (UNIVILLE)



Profa. Dra. Zita Rosane Possamai
(UFRGS)



Profa. Dra. Dione da Rocha Bandeira
(UNIVILLE)



Profa. Dra. Roberta Barros Meira
(UNIVILLE)

Joinville, 27 de fevereiro de 2020.

AGRADECIMENTOS

A existência deste trabalho por muito pouco não fora interrompida. Nestes dois anos de estudo e pesquisa a produção desta dissertação ocorrera de maneira muito difícil para mim. Problemas de saúde mental muitas vezes passam despercebidos pela dinâmica acadêmica. Desta forma, penso que seja importante agradecer a quem proporcionou a sobrevivência desta iniciativa e, a partir disto, promover uma reflexão.

Inicialmente, agradeço aos meus familiares que mesmo do outro lado do Atlântico, em terras portuguesas, asseguraram economicamente e afetivamente o projeto em curso. Minha mãe Elia e meu padrasto Carlos foram importantes para o início do processo de virada que permitiu uma nova visão da prática de pesquisa. De igual maneira, Dona Beatriz, sintase abraçada.

Em seguida, agradeço às profissionais que me auxiliaram no processo da cura de uma mente adoecida. Ansiedade e depressão incapacitam tanto quanto qualquer doença infectocontagiosa. Pesquisadores cujo labor envolve esforço intelectual constante são extremamente prejudicados por tais mazelas. Sou feliz por ter recebido o cuidado de duas excelentes profissionais. Cintia e Stephanie, recebam o meu muito obrigado.

Também gostaria de agradecer à minha orientadora, professora Dra. Sandra Guedes. Inicialmente pela oportunidade de pesquisa, mas, principalmente, pela postura compreensiva no ano de 2019. Tivemos dois anos particularmente difíceis e que promoveram grandes mudanças. Revelar a existência de problemas de saúde mental nunca é fácil. Entretanto, receber um tratamento atencioso e compreensivo, de alguém que depende de você para a continuidade do trabalho, foi fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança, fundamental para a retomada da pesquisa.

Igualmente importante são as inúmeras amizades que atuam como apoio em situações de crise. A presença de amigos na vida de alguém que sofre de problemas de saúde mental assegura a esperança em um ambiente assustador. Desta forma, agradeço aos amigos da turma XI, em especial Arlindo, que me acompanha desde a graduação e me permitiu alcançar minha família em um momento de extrema necessidade. De igual maneira, sou grato pelas amizades que desenvolvi neste processo. O incentivo proporcionado fora combustível para a realização desta

pesquisa. Andressa, D'ylah, Dani, Fernanda, Gabrielle, Kelly, Luana, Mabel, Nayana, Sara, Thayna, Thuani e Wilma, obrigado pelo apoio. Aqui também dedico agradecimentos em especial para você, Cris, cuja força de vontade e apoio constantes me asseguraram o amparo necessário para a difícil reta final de escrita.

Por fim, gostaria de agradecer àqueles que de uma forma indireta ou momentânea contribuíram para esta trajetória. Primeiramente, à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por permitir que um aluno de escola pública e família humilde pudesse desenvolver uma pesquisa de tamanho fôlego. Em seguida, sou grato por todos os professores que incentivaram meus estudos, em especial Cláudia e Wilson, cuja confiança me levaram a este trabalho. Também o dedico aos amigos que no momento se encontram distantes, bem como à minha antiga companheira de Univille, Sabrine, cuja presença durante quatro anos e meio me permitiu ser uma nova pessoa. De igual maneira, sem o carinho de meus falecidos avós Emília e Ruy, cuja coleção de moedas me fora herdada, esta pesquisa não existiria.

Acredito que a manutenção de uma boa saúde mental seja uma condição fundamental para o progresso de um trabalho. O ano de 2019 me ensinou isto. Um ambiente estéril, que não visualiza a dimensão humana dos sujeitos em meio as constantes pressões que a vida moderna proporciona, contribui para o desenvolvimento de inúmeras dificuldades. Neste sentido, penso que o ofício da pesquisa se realiza em um ambiente gentil. Um bom estado de espírito permite o estabelecimento de uma posição de confiança, fundamental para a elaboração de trabalhos de grande qualidade. Com o respeito e o apoio das pessoas que circundam o pesquisador não há motivos que dificultem o trabalho cotidiano.

A ideia de expressar abertamente as dificuldades que os problemas de saúde mental me acarretaram não tem como objetivo servir de figura retórica vazia para a atenção de quem lê estes agradecimentos. Pelo contrário, a partir deles manifesto a importância da faceta humana que envolve o processo intelectual na produção de uma dissertação e, a partir disto, desejo que tais fatores sejam cada vez mais considerados no meio acadêmico. A Academia se fortalece através do diálogo entre as pesquisas, assim como o pesquisador, em sua dimensão humana e social, produz amparado pelo ambiente afetivo que o circunda. Espero que através deste relato de experiência possamos construir um meio universitário mais acolhedor e compreensivo.

RESUMO

O Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, criado no ano de 1957, está localizado no centro da cidade em um edifício construído em 1870 e tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1939. É um dos museus mais visitados de Santa Catarina e conta com um acervo de mais de sete mil peças, entre elas, um conjunto de cédulas e moedas. Esta coleção é desconhecida pelo público e é composta, além de cédulas e moedas nacionais e estrangeiras, por pequenos vales de papel e de metal produzidos em Joinville no século XIX. O objetivo desta dissertação é entender qual o significado desses numerários a ponto de fazerem parte do acervo do Museu, qual sua relação com a história da cidade e a criação do Museu e, ainda, procurar discutir a função social de um acervo de Numismática em um Museu. A metodologia de trabalho foi organizada a partir das seguintes etapas: sondagem, estado da arte/revisão de literatura, pesquisa documental nos acervos do Arquivo Histórico de Joinville e do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville e análise dos resultados. Trabalho interdisciplinar, que envolve História e Museologia, a discussão enquadra-se na importância de estudos nos acervos dos museus que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Partimos do referencial teórico de Arjun Appadurai (2008), quando este discute a vida social dos objetos e acreditamos que a função social das coleções museais de cédulas e moedas está na junção de duas fases da trajetória do dinheiro. Utilizados em um momento de dificuldades econômicas e falta de moeda circulante no final do século XIX, os vales de papel transformaram-se em acervo de Museu devido ao poder simbólico impresso nos mesmos, neste caso, nomes de personagens importantes para a história da colonização de Joinville. No seu caráter patrimonial de representante identitário municipal o acervo de vales pode, em comunhão às ações de diálogo cultural, ser uma ponte entre as diferentes formas que os sujeitos se relacionam entre si e com o seu dinheiro.

Palavras-chave: Museu; Acervo; Numismática; Patrimônio Cultural.

ABSTRACT

The National Museum of Immigration and Colonization of Joinville, created in 1957, is located in the city center in a building built in 1870 and listed by the National Historical and Artistic Heritage Institute in 1939. It is one of the most visited museums in Santa Catarina and has a collection of more than seven thousand pieces, including a set of banknotes and coins. This collection is unknown to the public and is composed, in addition to national and foreign banknotes and coins, of small paper and metal paper money produced in Joinville in the 19th century. The objective of this dissertation is to understand the meaning of these numerals to the point of being part of the Museum's collection, their relationship with the history of the city and the creation of the Museum and, still, try to discuss the social function of a Numismatic collection in a Museum. The work methodology was organized based on the following steps: survey, state of the art / literature review, documentary research in the archives of the Historical Archive of Joinville and the National Museum of Immigration and Colonization of Joinville and analysis of the results. Interdisciplinary work, involving History and Museology, the discussion fits into the importance of studies in the collections of museums that make up the Brazilian cultural heritage. We start from the theoretical framework of Arjun Appadurai (2008), when he discusses the social life of objects and we believe that the social function of the museum collections of banknotes and coins is at the junction of two phases of the trajectory of money. Used in a time of economic difficulties and lack of circulating currency at the end of the 19th century, the paper money was transformed into a museum collection due to the symbolic power printed on them, in this case, names of important characters for the history of the colonization of Joinville. In its patrimonial character as a municipal identity representative, the collection of paper money can, in communion with cultural dialogue actions, be a bridge between the different ways that subjects relate to each other and to their money.

Keywords: Museum; Collection; Numismatics; Cultural Heritage.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplar de <i>monetária moneta</i>	19
Figura 2 - Série de <i>Notgelds</i> da cidade de <i>Kitzingen</i> , na Bavária. 1921	29
Figura 3 - Localização geográfica do município de Joinville	71
Figura 4 - Entrada principal do Palácio dos Príncipes	93
Figura 5 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis assinado por Ottokar Dörffel. [entre 1860 e 1906].....	101
Figura 6 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 180 réis emitido por Peter Mayerle. [entre 1892 e 1894].....	104
Figura 7 - Anúncio de bebida produzida pela Cia. Mayerle. 1951	105
Figura 8 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis emitido por Fernando Hagemann. [entre 1870 e 1884].....	105
Figura 9 - Título de eleitor de Engelbert Hagemann. Sem data	106
Figura 10 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 180 réis emitido por Adolpho Gelbecke. [entre 1866 e 1894]	107
Figura 11 - Anúncios de Engelbert Hagemann e Adolpho Gelbecke no Jornal Kolonie-Zeitung. 1893 e 1894	107
Figura 12 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 40 réis emitido por Wilhelm Ritzmann. [entre 1851 e 1894]	108
Figura 13 - Comprovante do pagamento de impostos municipais de Wilhelm Ritzmann. 1906	108
Figura 14 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 200 réis emitido por Vicente José Fernandes. [entre 1887 e 1894].....	109
Figura 15 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis emitido por Wilhelm Zimmer. [entre 1866 e 1894].....	110
Figura 16 - Título de empréstimo municipal uniface no valor de 100 réis emitido pelo Conselho Municipal de Joinville e assinado pelo superintendente Frederico Brüstlein. 1896	116
Figura 17 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Bruno Brandt.....	122
Figura 18 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Isolde Bertram	123

Figura 19 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Jorge e Adolfo Trinks	124
---	-----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pesquisa por palavra-chave	68
Gráfico 2 - Pesquisa por temática dos trabalhos	69

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O DINHEIRO EM MOVIMENTO	18
2.1 Uma breve história da moeda	18
2.2 A moeda como instrumento de poder simbólico.....	31
3. O DINHEIRO NO MUSEU	51
3.1 O Museu como um espaço de disputas discursivas.....	51
3.2 A função social dos acervos de Numismática	62
4. JOINVILLE E O MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	71
4.1 Localização geográfica e dados gerais	71
4.2 A Colônia Dona Francisca e a identidade étnica teuto-brasileira	72
4.3 A criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.....	89
5. O CASO DOS VALES E O ACERVO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE	97
5.1 O caso dos vales.....	97
5.2 O acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville	119
5.3 A função simbólica dos vales	126
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	138

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que será apresentado a seguir faz parte do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade, através da linha de pesquisa “Patrimônio, Memória e Linguagens”. Iniciada no ano de 2018, esta investigação também está ligada ao projeto guarda-chuva intitulado “Museus e Espaços de Memória: representações, acervos e função social”, sob a coordenação da professora Dra. Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes, que por sua vez, coordena o “Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural” (GEIPAC). A pesquisa está, ainda, vinculada à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), responsável pelo seu financiamento.

A possibilidade de realização desta dissertação tem sua origem no despertar de um interesse em uma coleção particular. Pertencente ao meu avô materno Ruy, um agricultor de Caçador, cidade no Meio Oeste de Santa Catarina, o conjunto de moedas fora juntado por ele a partir de sua prática amadora como detectorista. Sempre morador do interior, ele e minha avó Emília se guiavam pelas lendas do folclore local e se embrenhavam pelas matas com o detector de metais em busca de tesouros. Intocável pelos filhos, os achados de sua vida chegaram como herança até mim quinze anos após a sua morte.

As peças de meu avô me permitiram desenvolver uma vertente colecionista, ao mesmo tempo que salvaguardava a lembrança de um ente querido já falecido. Minha coleção atualmente é uma continuação deste legado familiar, pautada na curiosidade que estes tesouros despertam, assim como orientada pelas informações que pude desenvolver a partir do ingresso na graduação em História em 2014.

As moedas de meu avô e as demais que fora obtendo, como parte deste legado que assumi, estão presentes em minha trajetória acadêmica, pois a partir delas desenvolvi pesquisas e artigos que, por sua vez, compuseram uma importante faceta de minha identidade. Para além do legado familiar e do gosto pelo colecionismo, as moedas também contribuíram para a minha formação como pesquisador.

Entendo que as coleções contribuem para nos fornecer uma orientação neste mundo caótico, a partir da construção de memórias e identidades. Jan Assmann (2016), ao inserir a esfera cultural no estudo da memória, através do conceito de memória cultural, demonstra que a preservação de determinadas memórias se realiza

também no plano social, a partir do estabelecimento de indivíduos, espaços e objetos que representam aquela memória. A importância atribuída a determinados objetos, entre os quais as moedas de meu avô falecido, está relacionada a uma condição afetiva a qual este item evoca à memória de quem os possui e se identifica.

Minha trajetória de vida me proporcionou conceber as cédulas e moedas em sua dimensão afetiva, simbólica e identitária. Desta forma, carrego em minha produção acadêmica uma relação próxima com estes objetos. A salvaguarda da coleção de meu avô me fornecera tal suporte. De igual maneira, a oportunidade de ingresso no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille, através da parceria de orientação com a professora Dra. Sandra P. L. C. Guedes, permitiu um novo salto qualitativo ao agora analisar um novo montante para mim, descoberto na reserva técnica do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville (MNIC). O conjunto de concepções e reflexões obtidos pela relação com as moedas de meu avô agora poderiam ser exercitadas a partir das peças do MNIC.

O Museu está localizado no centro da cidade de Joinville, em um prédio construído em 1870 para o funcionamento da sede da Administração da Colônia Dona Francisca, cujo tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ocorreu em 1939. A partir de 1957 se tornou a sede do MNIC como um dos desdobramentos da celebração do Centenário de Joinville, realizado em 1951 (SILVA, 2004). Este museu é o mais visitado de Joinville e um dos mais visitados do Estado de Santa Catarina.

O acervo do MNIC conta com cerca de sete mil peças (GUEDES e BAPTISTA, 2013), em sua maioria recebidas por doação de particulares, como ocorreu com grande parte dos museus criados nos séculos XIX e XX no Brasil (POSSAMAI, 2001). Sua composição consiste em peças de diferentes procedências, tais como mobiliário, louças e cristais, instrumentos de trabalho e veículos de transporte. Tal multiplicidade tem a intenção de levar aos visitantes o conhecimento dos hábitos e do cotidiano dos primeiros imigrantes que formaram a cidade.

Entre as peças que formam a coleção do MNIC se encontra um acervo de cédulas e moedas, onde se destaca a presença de numerários produzidos na própria cidade de Joinville no final do século XIX. Composta por 35 pequenas peças retangulares de papelão e 03 em latão, diferentemente das emissões oficiais do Império Brasileiro ou da Primeira República que circulavam na época, não medem mais do que 10 cm de comprimento e não possuem qualquer menção ao Estado

brasileiro, seja ele o Império ou a República. Foi justamente esta parte do acervo do MNIC que se transformou em foco de minha dissertação.

Acredito que a mesma dinâmica que permitiu a ascensão de um grau de importância para as peças de meu avô também seja perceptível em outras coleções, dentre elas, o acervo de cédulas e moedas do MNIC. Estes objetos estiveram sujeitos aos mesmos jogos afetivos, simbólicos e identitários, antes e depois de se tornarem parte do acervo de um museu, mediante as intencionalidades em seu ordenamento nas coleções e reforçadas pelo seu estabelecimento como patrimônio. Neste sentido, o que eram e porque estavam no acervo de Numismática do MNIC aquelas pequenas peças de papelão e de latão? De fato, qual a importância dos acervos de cédulas e moedas naquele Museu? Qual função simbólica exercem ou exerceram aqueles numerários diferenciados?

Com o estabelecimento de uma problemática os interesses acadêmicos culminaram em uma proposta de trabalho. Para tanto, fora estabelecido um regime de trabalho que permitiu identificar o objeto analisado e localizá-lo à luz do campo acadêmico no qual esta reflexão pretende adentrar. Neste sentido, a metodologia de pesquisa fora organizada a partir das seguintes etapas: sondagem, estado da arte/revisão de literatura, pesquisa documental e análise dos resultados.

Inicialmente, a sondagem compreendeu as ações necessárias para a delimitação do objeto e da problemática da pesquisa. Para tanto, sua realização consistiu no reconhecimento do acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização a ser trabalhado, bem como de informações que o identificassem. Uma das estratégias utilizadas fora a pesquisa documental, através do arrolamento e descrição das emissões analisadas. Para tanto, foi utilizado o aplicativo para aparelhos de celular *Android* “Museu Virtual Joinville”, fruto da parceria entre a Univille e a Prefeitura de Joinville, cujo trabalho disponibilizou imagens do acervo do MNIC em suporte online.

A revisão da literatura para este trabalho fora iniciada através de um levantamento realizado pela metodologia de pesquisa do estado da arte, na qual se teve por objetivo traçar um panorama das produções que envolvem as áreas de interesse deste trabalho, ou seja, museus, acervos, colecionismo e patrimônio cultural, além da história econômica do Brasil, de Joinville e do Museu Nacional de Imigração e Colonização, com o objetivo de entender os meandros que envolvem a ascensão simbólica de um objeto de ordem econômica para o acervo de um museu de

imigração. Como veremos adiante, este estudo revelou uma incipiência do campo de pesquisa quando se trata da análise de acervos de cédulas e moedas em sua dimensão simbólica e patrimonial, o que reforçou a importância da revisão de literatura, especialmente em um caráter interdisciplinar.

A partir das informações obtidas do acervo fora realizado um levantamento sistemático da documentação concernente ao tema que se encontra no Arquivo Histórico de Joinville: livros-ata do Conselho Municipal, da Intendência e da Superintendência, bem como correspondências, documentos familiares e publicações no jornal *Kolonie-Zeitung*. Esses documentos foram analisados com o objetivo de buscar informações da existência e funcionalidade daqueles numerários em sua circulação, na segunda metade do século XIX. Os dados coletados foram registrados em fichas de conteúdos para que, em seguida, fosse realizado o cruzamento dos dados encontrados durante a pesquisa no arquivo e as informações obtidas com o arrolamento e a descrição das peças do Museu. Desta forma foi possível delimitar o montante das peças produzidas no século XIX como objeto de pesquisa, bem como proporcionar questionamentos a partir delas.

Através das investigações realizadas, propõe-se um referencial teórico que parte das reflexões de Arjun Appadurai (2008), quando este problematiza os objetos para além da perspectiva museológica, ao entender que estes circulam sob diferentes regimes de valor no tempo e no espaço. Assim, acredita-se que a moeda seja significada a partir de um duplo regime de valoração. Primeiramente, de acordo com Carlan e Funari (2012), como um meio de trocas comerciais e articulada sob uma autoridade política, desde a sua gênese. Por ser concebida através de um regime político, a moeda é transformada em um instrumento de poder simbólico, bem como é ressignificada e apropriada pelos grupos sociais. Neste sentido, utiliza-se o conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu (1989). O segundo regime de valoração da moeda surge quando ela é preservada e tornada objeto de Museu, o que lhe permite expressar a dinâmica simbólica que envolve suas características de meio de trocas econômicas e, ainda, ser recondicionada a um discurso maior, apresentada pela coleção que a classifica e ordena. Para tanto, emprega-se o trabalho de Diana Farjalla Correia Lima (2016), que insere o conceito de poder simbólico de Bourdieu no contexto dos bens culturais e sua presença nos museus através das práticas de musealização. A proposta de referencial teórico apresentada é desenvolvida ao longo dos cinco capítulos desta dissertação.

O primeiro capítulo é a Introdução onde o objetivo compreende a contextualização necessária para o leitor conhecer as perspectivas que guiarão a narrativa, bem como seu interlocutor e os métodos utilizados para a sua realização. Neste sentido, são apresentados os caminhos que culminaram com o estabelecimento desta proposta, para em seguida se desenvolver os procedimentos realizados para a sua construção e, por fim, a estruturação dos capítulos que descrevem os resultados encontrados.

O segundo capítulo busca responder qual o conceito de moeda que foi utilizado neste trabalho. Para tanto, parte-se do princípio de que esta se define como um objeto que possui uma historicidade cuja trajetória lhe atesta uma condição política desde a sua gênese, por estar diretamente vinculada ao Estado. Entende-se aqui, que tal projeção política se dá através do papel de poder simbólico que a moeda exerce para além de sua concepção como meio de troca, pois sua condição de movimento lhe confere potencialidades discursivas, políticas e simbólicas, muitas vezes expressa pela sua iconografia.

O terceiro capítulo busca responder qual a função social dos acervos de cédulas e moedas. Neste sentido, analisa-se a construção do Museu como um artefato cultural cuja dinâmica lhe confere historicidade e o insere em disputas de poder, dadas pelos processos de ressignificação que envolvem a ascensão de objetos museais. A importância dos acervos de cédulas e moedas surge no entrecruzamento do poder simbólico presente nos numerários desde a sua circulação e os usos sociais a serviço de construções de memórias e identidades, comuns ao espaço museológico.

O quarto capítulo, por sua vez, busca compreender o contexto da cidade de Joinville no século XIX que propiciou a existência dos vales que são objeto de análise dessa dissertação. Para tanto, inicialmente apresenta-se uma reflexão sobre a história do município. Entende-se aqui a predominância de uma visão socioeconômica sobre a história de Joinville, cuja proeminência da indústria e de uma narrativa germânica permeiam os discursos de memória e ainda elegem os patrimônios que sustentam o mito fundador da cidade. Desta forma, trabalha-se uma narrativa historiográfica sobre a Colônia Dona Francisca que tem como base as relações entre os imigrantes que aqui chegaram com as estruturas sociais, econômicas e políticas da cidade, com foco na complexidade das discussões ligadas às identidades étnicas. Desta forma, contextualiza-se neste capítulo a trajetória do MNIC de modo que se entenda a qual ressignificação o acervo de cédulas e moedas do Museu está associado. Entende-se

aqui que a narrativa acerca da história da cidade de Joinville no século XX está interligada a dois eventos em específico: a Campanha de Nacionalização, realizada durante o Estado Novo (1937-1945) e o Centenário da cidade, celebrado em 1951.

Por fim, o quinto e último capítulo busca responder qual a função simbólica dos vales de papel e metal pertencentes ao acervo de cédulas e moedas do MNIC. Para tanto, o surgimento desses vales na cidade de Joinville como uma alternativa à falta de numerários circulantes é discutido, assim como a inserção deles, posteriormente, no acervo do MNIC. Finalmente discute-se neste capítulo o valor simbólico atribuído aos vales ao se levar em conta a sua ressignificação após a perda de seu valor econômico e posterior ascensão como objetos de acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. A função simbólica do acervo de cédulas e moedas do MNIC está atrelada às mesmas experiências traumáticas e celebrações efusivas que projetaram o ambiente de construção de memórias, cuja interpretação do passado promoveu, a partir de um grande esforço de autoridades teuto-brasileiras da época, o nascimento do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

Interdisciplinar na essência, pois se utiliza de conhecimentos da História, da Numismática e da Museologia, esta pesquisa reforça a importância do desenvolvimento de estudos interdisciplinares a partir dos acervos dos museus que compõem o patrimônio cultural brasileiro. Para tanto, realizam-se contribuições a nível municipal ao se investigar relações pouco conhecidas pela historiografia joinvilense. De igual maneira, apresenta-se uma interpretação sobre a moeda, cuja proposta de referencial teórico tem por objetivo auxiliar em novas investigações. Por fim, também deseja proporcionar um novo olhar para os processos que envolvem as relações entre indivíduos e seus patrimônios, ao mostrar como cédulas e moedas apresentam em sua vida social, dimensões de afetividade e poder, assim como contribuem em sua posição de objeto de Museu para a construção de memórias e identidades.

2. O DINHEIRO EM MOVIMENTO.

2.1 Uma breve história da moeda.

O termo moeda, em língua portuguesa, articula três noções distintas, porém complementares: a primeira delas diz respeito à sua composição, normalmente associada a um pequeno objeto de metal, geralmente no formato circular. Em segundo, temos a noção de padrão monetário, vigente em um território predeterminado por uma autoridade política, como o Real ou o Euro. Em terceiro, sua concepção funcional, na qual entendemos a moeda como um sistema de equivalência geral que tem por objetivo mensurar o preço das coisas (CARLAN e FUNARI, 2012). Estes três conceitos se estabeleceram ao longo da história e estão diretamente associados ao desenvolvimento das sociedades humanas.

Nem sempre existiu a moeda. Povos caçadores não a utilizavam. Acostumados a um ambiente de recursos escassos, estes indivíduos não possuíam uma oportunidade de economizar seus bens e realizar trocas com outros grupos. Eles consumiam seu alimento à medida que o encontravam e atacavam outros grupos que se defrontassem. Desta forma, ao não possuírem mercadorias para troca, não desenvolveram qualquer uma das concepções de dinheiro (FERGUSON, 2009). O ambiente ao seu redor e as relações exercidas entre os indivíduos que formavam o grupo social, conceberam uma dinâmica que não se fazia necessária a utilização de moedas.

Sociedades que possuíam estruturas de Estado também não desenvolveram moeda própria. O Império Inca, por exemplo, apesar de contar com uma grande quantidade de ouro, prata e pedras preciosas, concebia tais objetos como adornos decorativos e em nenhum momento os colocaram como um meio de equivalência para as trocas. O trabalho era a unidade de valor no Império, cuja relação com os metais nobres fora ressignificada apenas com a chegada dos espanhóis (CARLAN e FUNARI, 2012; FERGUSON, 2009). Neste sentido, podemos perceber que diferentes modalidades e objetos foram utilizados ao longo da história como meio de medida de valor, sendo os metais apenas um deles.

Colares, conchas, pérolas, dentes, ossos e plumas, fragmentos de pedra e sementes, peças de cerâmica e tecidos: todos estes objetos foram utilizados em algum momento por grupos para estabelecer trocas comerciais. A Figura 1 destaca exemplares de *monetária moneta*, exemplar de concha usada como moeda na costa Oriental da África. Além dela, sociedades indígenas no Pacífico ocidental realizam a *kula*, assim como o *potlatch* no noroeste da América do Norte. Estas relações de troca possuem cada uma as suas particularidades, entretanto, refletem relações hierárquicas e de dominação vigentes em cada uma das sociedades que as praticam (SERVET, s.d.). O estabelecimento e a circulação de determinados itens como bens de valor criaram as bases para a moeda como a conhecemos hoje.

Figura 1 - Exemplar de *monetária moneta*.



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS (2012). Acesso em: 15 out. 2019.

As chamadas paleomoedas atuavam como ferramentas ativas da vida social. Para as sociedades da Antiguidade, estes objetos regulavam os nascimentos, os casamentos e o luto, também contribuíam para declarar guerras ou a paz, assim como compensar danos físicos e morais ou, ainda, dialogar com divindades. A função da moeda não era puramente da ordem econômica, pois articulava-se com as relações de parentesco, alianças políticas, crenças e cultos que estruturavam estas sociedades

(SERVET, s.d.). Sua atuação, neste momento, dizia respeito à sua função de objeto mediador de diferentes relações sociais, cuja simbologia, apesar de já utilizada como medida de equivalência, ainda não era vinculada à uma interpretação puramente econômica.

As atividades desenvolvidas a partir das paleomoedas apresentam aspectos semelhantes às práticas do escambo, no qual indivíduos trocam diferentes mercadorias em equivalência de pagamento recíproca. Entretanto, sua posição no jogo social revela uma relação de troca mais complexa, expressa, por exemplo, pelas distâncias que muitos destes objetos percorreram, pela priorização de determinados bens produzidos especificamente para tais trocas, ou ainda, pela ascensão de um grupo social especializado na função de intermediar estas mercadorias, fazendo-as circular longos caminhos (SERVET, s.d.). É possível perceber, aqui, a formação de um mercado de comércio, cujo florescimento demandava um meio comum de equivalente geral, que facilitasse as demandas crescentes de trocas entre as sociedades.

O aumento do número de mercadorias comercializadas e o intercâmbio realizado pelas diferentes civilizações que se desenvolviam, propiciou o choque entre concepções de valores, expressos por suas paleomoedas. Tecidos e grãos de cacau dos Impérios Maia e Asteca, os cauris, espécie de molusco das costas da África Oriental, bem como ainda, os lingotes de ferro dos Hititas, a cevada e o trigo da Mesopotâmia, o trigo e o cobre do Egito ou o milho e os tecidos da China, cada um destes exemplos possuía uma função de equivalente e, principalmente, de funcionalidade para as suas sociedades de origem (SERVET, s.d.). Tal relação funcional é perceptível, por exemplo, em alguns termos econômicos cotidianos: pecúnia deriva de *pecus*, que em latim é o termo designado para gado, usado como meio de troca. Salário, por sua vez, deriva de sal, um tipo de paleomoeda utilizado como pagamento (CARLAN e FUNARI, 2012). Entretanto, ao realizar trocas comerciais com outras sociedades, muitos destes objetos não carregavam o mesmo regime de valoração para ambas as partes. Era necessário, portanto, a urgência de um objeto cuja equivalência de valor fosse aceita e que permitisse em sua composição a facilitação de seu transporte.

As práticas comerciais envolvem relações sociais e regimes de valor estabelecidos pelos indivíduos que compõem os grupos em diálogo. Desta forma, para a ascensão de um meio de equivalência de valor coletivo, era necessário, antes,

o desenvolvimento de uma estrutura que permitisse a regularização destas práticas sociais. Podemos dizer, assim, que o surgimento e desenvolvimento do conceito de Estado contribuiu para a fundamentação e difusão da ideia de moeda. Encarregados de gerir os excedentes da produção que o conjunto da sociedade produzia, além dos recursos obtidos pela pilhagem e pelo comércio com outros Impérios, os responsáveis em administrar os Estados precisavam de meios para avaliar tributos, impostos e taxas, bem como normalizar as relações de pagamento dentro de suas próprias fronteiras (SERVET, s.d.).

As primeiras moedas surgiram a partir da produção de pequenas peças de metal. Meio de troca, unidade de medida de valor utilizada para a contabilidade das operações comerciais e recipiente de importância, os metais passaram a ser utilizados como moedas. Ouro, prata e bronze, bem como ligas metálicas desenvolvidas a partir destes, permitiam que as moedas fossem objetos disponíveis, duráveis, portáteis, confiáveis e, acima de tudo, passíveis de serem substituídos por outros objetos de valor equivalente. Na China, por exemplo, diminutas peças com formatos de enxadas e facas poderiam ser trocadas pelas ferramentas que representavam. Na Índia, por sua vez, pequenos quadrados de prata circulavam com diferentes informações gravadas em si (FERGUSON, 2009; SERVET, s.d.). De qualquer maneira, ao se utilizarem de metais nobres, os Estados conseguiam organizar suas finanças e potencializar as práticas comerciais de suas sociedades.

A noção de moeda que temos atualmente está atrelada à sua origem histórica. Para tanto, acredita-se, que as primeiras moedas, conforme conceito estabelecido, tenham surgido entre 600 a.C. e 400 a.C., encontradas no Templo de Ártemis em Éfeso, perto de Izmir, na moderna Turquia. Peças ovulares, feitas de eletro, uma liga metálica composta de ouro e prata, pesam 4,71 gramas e medem 13 x 10 x 4 milímetros. Foram emitidas pelo rei Alíates, de Sárdis, governante da Lídia, cuja garantia se dava pela imagem de um leão em uma de suas faces (CARLAN e FUNARI, 2012; FERGUSON, 2009; SERVET, s.d.). O processo de confecção, o estabelecimento como modelo de meio de equivalência de valor, bem como sua posterior difusão, primeiramente no mundo helênico e, posteriormente em outras regiões, definiram a moeda da Lídia como o conceito que permeou toda a dinâmica comercial a partir de então.

Diferentemente das paleomoedas, o numerário produzido na Lídia carregava em si características que facilitavam o seu estabelecimento como um meio de troca

socialmente aceito: cunhadas em metal nobre, contavam com uma marca que fazia referência à autoridade política que a emitiu. A novidade, em comparação às estratégias comerciais paralelas, expressadas pelas paleomoedas, era justamente esta chancela política gravada no metal, também conhecida como cunhagem (CARLAN e FUNARI, 2012). O uso de um cunho para demarcar uma imagem garantia um duplo efeito: o Leão, símbolo de Alíates, assegurava que sua moeda continha as 4,71 gramas de eletro prometidas, assim como ao circular, sua marca reforçava seu status social elevado em diferentes confins em que suas moedas alcançassem.

O estabelecimento de uma autoridade para estipular uma padronização das moedas permitiu com que elas se definissem como um meio de equivalente geral. Tal característica é perceptível em sua terminologia em grego, já que *nomisma*, deriva de *nomos* que, por sua vez, significa “lei”. Portanto, *nomisma* pode ser compreendido como “objeto legal”, resultado de uma convenção social que definira a moeda como um instrumento para as trocas comerciais (CARLAN e FUNARI, 2012).

Inicialmente, as moedas circularam paralelamente aos outros meios de pagamento reconhecidos. Entretanto, por compreenderem um pequeno pedaço de metal, cuja quantidade era determinada e assegurada por uma autoridade política de maneira clara e objetiva em sua própria cunhagem, garantiram sua difusão nas operações cotidianas, substituindo, por exemplo, as barras de metal que precisavam ser pesadas e verificadas sua legitimidade a cada nova troca comercial. De igual maneira, a moeda absorveu estas práticas de pesagem das paleomoedas, cuja expressão podemos perceber, através das unidades de medida utilizadas à época e que hoje enunciam padrões monetários: são os casos da Libra, no Reino Unido, do Siclo ou Shekel, em Israel ou, ainda, do Peso em alguns países da América Latina (CARLAN e FUNARI, 2012; SERVET, s.d.).

As moedas também asseguravam a manutenção da estrutura política que as cunhavam. Inicialmente, sua funcionalidade se dava a partir da ideia de instrumentos de regulação do próprio Estado, pois, por conterem alto valor em si, não permitiam uma saudável aquisição de bens de consumo. Para tanto, operacionalizavam as relações internas e externas das cidades, através de usos políticos e religiosos. A flexibilidade do metal de sua cunhagem, entretanto, permitira sua divisão em unidades menores e posterior difusão cotidiana. Tal facilidade de acesso, por sua vez, reforçara a necessidade de uma organização política que estabelecesse seus parâmetros, emitisse as peças e assegurassem sua posição de equivalente geral (CARLAN e

FUNARI, 2012; SERVET, s.d.). Assim como o Real depende do Banco Central, da Casa da Moeda e, principalmente, do Estado brasileiro, a moeda, desde a sua gênese econômica, possui também, uma função simbiótica de suporte político.

O modelo de moeda helênica, iniciada na Lídia, estabeleceu uma base conceitual que influenciou povos em suas fronteiras e ao longo dos tempos. A partir de Alexandre Magno, o Oriente Próximo e toda a zona do Mediterrâneo substituíra suas formas de trocas comerciais por moedas gregas, ou baseadas no modelo helênico. De igual maneira, Roma, ao substituir sua tradição monetária de base etrusca, emitira as moedas do Império com base no intercâmbio durante os processos de colonização. Sassânidas na Mesopotâmia, as primeiras cunhagens islâmicas e, mesmo na Índia, também tiveram influência grega, o que permitiu a difusão e o predomínio do modelo da moeda em relação às demais formas de trocas comerciais (SERVET, s.d.).

Atualmente, podemos caracterizar a moeda a partir de princípios estabelecidos historicamente de acordo com a difusão do modelo grego: objeto em material metálico, padronizado, pertencente a uma série onde um exemplar possua características que remontem aos demais. Também deve seguir normas para a validação de seu valor, seja em pesagem de metal nobre ou princípios de lastro estabelecidos por uma autoridade. Esta, por sua vez, também deve apresentar alguma identificação nas peças que emitir, atestando sua origem e a garantia de seu valor. Tanto o regime de valoração em si, quanto a quantidade de poder econômico que cada moeda atesta, também deverá estar diretamente vinculada aos números que a entidade política determinar (CARLAN e FUNARI, 2012). Desta forma, podemos perceber, que desde a gênese na Lídia até os dias atuais, a moeda possui, em sua condição econômica, regimes de relações sociais nos quais a ação política garante sua validação e, ao mesmo tempo, a crença nela também assegura a manutenção da estrutura de poder.

Um regime de confiança, acima de tudo, permite a circulação da moeda. Esta premissa, presente tanto na emissão quanto na aceitação dos numerários, é verificável de maneira mais clara na própria condição de uso das cédulas. Sua trajetória histórica reforça tal análise. Na Mesopotâmia, há mais de cinco mil anos, fichas de argila eram utilizadas para registrar transações de produtos, dentre os quais a cevada e a prata, cuja função assegurava ao seu portador o recebimento da quantidade de produto descrita. No Oriente, a dinastia *Tang*, no século IX, passou a permitir que seus mercadores depositassem as moedas legais em suas tesourarias,

recebendo em troca, notas promissórias pagáveis ao portador em outras localidades pelas mesmas moedas legais. Na Europa renascentista, os mercadores italianos difundiram o uso da letra de câmbio como um meio facilitador para a conversão de diferentes moedas internacionais (FERGUSON, 2009). Tais práticas, permeadas por noções de confiança em contextos locais e a ascensão do modelo capitalista mercantil ao final do século XV, contribuíram para a popularização e a ascensão política da moeda fiduciária.

A origem da moeda-papel se dá paralelamente à afirmação dos bancos como agentes políticos nas relações econômicas. Ourives, mercadores e negociantes que floresceram seus negócios desde fins da Idade Média, passaram a confiar a guarda de moedas e outros valores mediante recibo que, por sua vez, se utilizavam destes bens salvaguardados para a realização de empréstimos. Entretanto, à medida que a dinâmica comercial se expandia durante o Renascimento, os recibos destes indivíduos passaram a circular sem que seus proprietários retirassem as quantias entesouradas. Estes banqueiros não emitiam moeda, suas notas eram uma garantia representativa do metal valioso, configurando-se assim, como moedas representativas. A crença na conversibilidade do papel por moeda metálica pelo seu emissor, garante a aceitação deste numerário como bem circulante pela comunidade que a utiliza, cuja dinâmica também fortalece a própria crença sobre os bancos que a regulam. Desta forma, a moeda fiduciária surge quando há a emissão de notas em quantidade maior do que o valor entesourado, não mais lastreada apenas pelo metal precioso, mas também, por uma relação de confiança com o órgão emissor (GUDIN, 1979).

A prática de uso das moedas fiduciárias contribuiu para a própria mudança da representação material do dinheiro. Paulatinamente, em especial a partir da segunda metade do século XIX durante o avanço do modelo capitalista financeiro, generalizou-se o uso das notas de banco em preferência à moeda metálica. Defendidas anteriormente por Adam Smith e David Ricardo, as notas facilitam o transporte de valores e a sua contabilização, bem como conferem elasticidade à circulação e volume de moeda, passíveis de expansão e retração pelas autoridades que a emitem. Tal situação permitiu um maior uso de moeda-papel para valores maiores, enquanto as moedas divisionárias de troco eram cunhadas em cobre ou níquel, de valor intrínseco baixo e, portanto, mais acessível para a sua produção. Tais práticas ocasionaram a transição da moeda-papel para o papel-moeda, nota inconversível, cujo poder emana

de sua aceitação social e aparato legal que a regulariza, atestados pela assinatura de uma autoridade que garante sua autenticidade e da sua ligação direta com o governo, tendo o Banco Central como seu responsável direto (GUDIN, 1979).

A potencialidade que a relação de confiança confere à emissão de moeda fiduciária auxilia o Estado em suas finanças, especialmente quando estas encontram-se em dificuldades, normalmente em cenários de crise econômica ou de guerra (GUDIN, 1979). No conturbado contexto do Império Romano do Ocidente, entre os séculos IV e V, por exemplo, peças não oficiais circulavam paralelamente à moeda imperial, sob a tolerância consciente do Estado. Moedas em bronze eram falsificadas, porém, justamente por conta deste ato, supriam a escassez dos numerários oficiais, garantindo a liquidez do sistema em diferentes regiões do Império (CARLAN e FUNARI, 2012). Sejam emissões baseadas em moeda-papel, sem lastro em metal precioso, ou mesmo ainda, falsificações, como no caso romano, a chancela política assegura de maneira confiável a manutenção das práticas comerciais que envolvem a moeda.

A dinâmica de equivalente geral assegurado por uma estrutura política também pode existir sem uma presença forte do Estado. Cenários em que este se isenta por possuir dificuldades para articular suas finanças, ou ainda, em que não consegue manter uma circulação de moeda saudável, pois seu fluxo é limitado ou está interrompido em decorrência de conflitos militares e crises econômicas, promovem a ascensão do assim chamado dinheiro de emergência. São estratégias que visam manter o fluxo comercial ativo, sendo que, para tanto, a autoridade política central tem seu capital político descentralizado e fragmentado entre diferentes agentes sociais. Conhecidos casos de dinheiro de emergência são, por exemplo, os *Notgelds*, emitidos na Europa durante e após a Primeira Guerra Mundial.

De acordo com Subirá (2005, p. 76):

Foram registradas emissões de títulos ou bilhetes de emergência (também conhecidos como *Notgelds*) em vários países europeus, incluindo Alemanha, Áustria, Espanha, França, Bélgica, Rússia e Itália, principalmente pela escassez de metais durante a Primeira Guerra Mundial (pelo seu aumento de valor ou poupança por parte dos cidadãos em tempos de altas incertezas), o uso de metais para fabricar equipamentos militares e a dificuldade de emitir moedas em metais mais valiosos: ouro, prata, cobre e níquel, para financiar fluxos de caixa em situações de emergência.¹

¹ Versão livre do autor. No original: "Se registraron emisiones de bonos o billetes de emergencia (también conocidos como *Notgelds*) en varios países europeos entre los que se destacan Alemania, Austria, España, Francia, Bélgica, Rusia e Italia principalmente por la escasez de metales durante la

A Primeira Guerra Mundial promoveu um cenário de crise nunca antes visto pelo continente europeu. Entre todas as dificuldades perpassadas pelas populações, em meio ao cenário de conflito, a falta da oferta e de circulação de moedas oficiais se estabeleceu como um destes percalços, ao passo que as pessoas buscaram assumir o papel dos Estados, sufocados pela mobilização causada pelas operações militares. O Império Alemão, uma das potências diretamente envolvidas na guerra, cuja derrota estraçalhou sua economia, fora quem mais se utilizou do fenômeno do *Notgeld*:

A emissão de bilhetes de emergência mais importante foi, sem dúvida, a da Alemanha onde apareceu o primeiro exemplar em 31 de julho de 1914, em valores de 1, 2 e 2,5 Marcos. Ele não tinha números de controle e levava uma assinatura feita à mão. Depois de 1916, não se cunharam mais moedas de cobre, ao passo que se utilizaram notas de papel de 1 e 2 *Pfennig* para substituí-las, particularmente na Baviera (SUBIRÁ, 2005, p.76).²

A condição material do conflito que limitava o acesso aos metais, priorizados para o esforço de guerra, aliado ao fenômeno particular da Alemanha, deteriorada pela derrota, contribuíram para o aspecto físico do *Notgeld*. Era necessário, portanto, substituir os elementos comumente utilizados na cunhagem das moedas, por uma variedade de materiais. O papel, emitido por inúmeras localidades e com uma infinidade de imagens em sua iconografia, delimitou o meio pelo qual o fenômeno monetário alemão ficara conhecido:

Em 1914, 452 localidades haviam emitido um total de 5.500 bilhetes. Estes bilhetes tinham desenhos chamativos, provavelmente para aumentar sua aceitação. Não era estranho contar com bilhetes de averso com a mesma figura, mas com reverso diferente [...]. Os bilhetes de emergência não foram apenas fabricados em papel, mas também em linho, couro e seda. Para as moedas, se começou usando zinco, posteriormente níquel e logo se chegou a utilizar o ferro. Finalmente se chegou a usar o carvão, a porcelana e a cerâmica (SUBIRÁ, 2005, p.76-77).³

primera guerra mundial (por su encarecimiento o acaparamiento por parte de los ciudadanos en momentos de alta incertidumbre), la utilización de metales para fabricar pertrechos bélicos y la dificultad de emitir monedas en los metales más valiosos: oro, plata, cobre y níquel, para financiar alicaídas tesorerías em situaciones de emergencia”.

² Versão livre do autor. No original: “La emisión de billetes de emergencia más importante fue sin dudas la de Alemania donde apareció el primer ejemplar el 31 de julio de 1914, em valores de 1, 2 y 2,5 Marcos. No tenía números de control y llevaba una firma hecha a mano. Luego de 1916 no se acuñaron más monedas de cobre, por lo que se utilizaron billetes de papel de uno y dos *Pfennig* para remplazarlas, particularmente em Baviera”.

³ Versão livre do autor. No original: “En 1914 ya 452 localidades habían emitido un total de 5.500 billetes. Estos billetes tenían diseños llamativos, probablemente para aumentar su aceptación. No era extraño contar con billetes en el averso con la misma figura, pero con distinto reverso [...]. Los billetes de emergencia no fueron solo fabricados en papel, también se realizaron en lino, cuero y seda. Para las monedas se comenzó usando zinc, posteriormente se pasó al níquel y luego se llegó a utilizar el hierro. Finalmente se llegó a usar el carbón, la porcelana y la cerámica”.

A pluralidade monetária expressa pela prática do *Notgeld* inicialmente assegurou uma liquidez para o comércio na Alemanha. Organizações privadas e municipalidades garantiam um parco controle regional de suas emissões, ao passo que a comunidade as fazia circular. Entretanto, com a falta de uma política unificada e o próprio agravamento da situação do Estado alemão após a rendição na Primeira Guerra Mundial, o excesso de moeda causou um duplo efeito de consternação:

Vários estados tentaram proibir exemplares locais de *Notgeld*, através da exigência de fundos para garantir os bilhetes, ao passo que apenas se permitiam exemplares nas cidades importantes [...]. Inescrupulosos chegaram a produzir bilhetes com características pertencentes a cidades que nem sequer existiam, como *Neukirch*, *Knivsberg* ou *Gaansager*. Além disso, em muitos casos, grupos e sociedades emitiram o *Notgeld* como bilhetes de admissão ou recibos de doações, entre outros múltiplos usos que foram dados (SUBIRÁ, 2005, p.76-77).⁴

As tentativas de controle por parte dos estados alemães estão diretamente atreladas aos números impressionantes de emissões de *Notgeld*. Além dos montantes já mencionados no início da Primeira Guerra Mundial, Subirá (2005, p.77) coloca que “com a inflação de 1922 havia bilhetes com valores que vão de 100 a 1.000 Marcos, provenientes de 800 lugares, contando em total uns 4.000 diferentes”⁵. Com o agravamento da crise econômica, em 1923, na República de Weimar “se imprimiram 70.000 exemplares em 6.000 entidades públicas e privadas”⁶ (SUBIRÁ, 2005, p.77). Além da difusão fragmentária do capital político de emissão ter perpassado para municipalidades e organizações privadas, o cenário caótico da hiperinflação permitiu com que tal prerrogativa também chegasse a indivíduos que se utilizavam de tal situação para emitir suas próprias cópias que circulavam com o mesmo efeito.

Durante todo o período de circulação dos *Notgelds* estima-se que se emitiram 163.000 peças distintas (SUBIRÁ, 2005). Dada a premissa fundamental da confiança, necessária para a manutenção de uma economia monetária saudável baseada em moeda fiduciária, questiona-se: como a sociedade alemã do período entreguerras

⁴ Versão livre do autor. No original: “Varios estados intentaron prohibir ejemplares locales de *Notgeld*, a través del requerimiento de fondos para avalar los billetes, por lo que sólo se permitían ejemplares en las ciudades importantes [...]. Inescrupulosos llegaron a producir billetes de estas características pertenecientes a ciudades que ni siquiera existían, como pueden ser *Neukirch*, *Knivsberg* o *Gaansager*. Además, en muchos casos, grupos y sociedades emitían *Notgeld* como tickets de admisión o recibos de donaciones, entre otros múltiples usos que se le dieron”.

⁵ Versão livre do autor. No original: “Con la inflación de 1922 había billetes con valores que van de 100 a 1.000 Marcos, provenían de 800 lugares, contando en total unos 4.000 diferentes”.

⁶ Versão livre do autor. No original: “se imprimieron unos 70.000 ejemplares en 6.000 entidades públicas y privadas”.

conseguiu manter suas atividades comerciais em um contexto de hiperinflação, superemissão e falsificação de moeda, sem que se perdesse o regime de confiança? Como os *Notgelds*, mesmo sem lastro e com uma chancela política fragmentada, foram utilizados pelos alemães e qual relação desenvolveram com eles?

Para Briesacher (2012, p. 31):

A importância do *Notgeld* como um constructo cultural vai além da mera iconografia. A própria existência do sistema conotava coisas importantes: 1) a crença das cidades, negócios e regiões que um banco centralizado na República de Weimar não poderia controlar adequadamente a inflação em espiral; 2) que cabia, portanto, individualmente a regiões e cidades continuar as atividades cotidianas da Nação, especialmente no campo da economia; 3) a confiança econômica estava ligada, em alguns casos, a normas culturais como identidade nacional e costumes sociais e 4) a evidência de desvalorização do sistema estava localizada no fato de que uma parte inteira do sistema *Notgeld* – *Serienscheine* – estava relacionada menos a circulação e muito mais para um crescente mercado de colecionadores.⁷

Com o esfacelamento da economia alemã durante os anos de hiperinflação e a perda da crença na estrutura centralizada do *Reichsbank*, o Banco Central alemão à época, as leis que geriam a emissão e circulação da moeda oficial foram substituídas por outras convenções, que através de novos suportes, sustentaram o regime de confiança nos *Notgelds*:

A moeda reforça especialmente os ideais nacionais através do uso de figuras de imagem, iconografia e até lemas ou frases nacionais (por exemplo, *E pluribus unum*). Dessa forma, a coleção de *Serienscheine* demonstra o acúmulo ou a formação de uma história nacional específica, apesar da fragmentação do sistema [...]. As semelhanças que existem entre as imagens, independentemente da distância geográfica ou histórica, enfatizam talvez de maneira sutil a herança compartilhada da Nação (BRIESACHER, 2012, p. 30).⁸

⁷ Versão livre do autor. No original: “The importance of *Notgeld* as a cultural construct goes beyond mere iconography. The very existence of the system connoted important things: 1) the belief of towns, business, and regions that a centralized bank in the Weimar Republic could not adequately control spiraling inflation; 2) that it was therefore up to individual regions and cities to continue the day-to-day activities of the nation, especially in the realm of economics; 3) economic confidence was tied up, in some cases, in cultural norms such as national identity and social mores and 4) evidence of system devaluation was located in the fact an entire portion of the *Notgeld* system – *Serienscheine* – was related less to circulation and more to an increasingly collectors’ Market”.

⁸ Versão livre do autor. No original: “Currency especially reinforces national ideals through the use of imagery, iconography and even national mottos or phrases (e.g. *E pluribus unum*). In this way, the collection of *Serienscheine* demonstrates the accumulation or formation of a national story, despite the fragmentation of the system [...]. The similarities that existed between images, regardless of geographic or historical distance, emphasize perhaps in a subtle manner the shared heritage of the nation”.

As peças de *Notgeld*, em sua vasta emissão e de fragmentada produção permitiram com que novos atores políticos pudessem expressar seus ideais na confecção das notas. A definição de uma herança compartilhada da Nação, entendendo aqui como uma visão do patrimônio alemão, anteriormente estava ligada diretamente ao Estado central, cuja visão era expressa, entre outros lugares, nas cédulas oficiais. Os *Notgelds* garantiram uma difusão de discursos, onde cada agente produtor elegeu seus patrimônios locais como elementos iconográficos para as suas emissões, conforme expresso na Figura 2.

Figura 2 - Série de *Notgelds* da cidade de *Kitzingen*, na Baviera. 1921.



Fonte: COLNECT (2019). Acesso em: 15 out. 2019.

A imagem compila seis exemplares de uma mesma série de *Notgelds* da cidade de *Kitzingen*, na Baviera. O material, sequenciado de maneira bem-humorada, tem por objetivo retratar a história de como o município chegou à emissão do seu dinheiro de emergência. Neste sentido, é perceptível o caráter comunicativo dos numerários. “É importante ressaltar que o *Notgeld* claramente deveria ser exibido e coletado, assumindo que o público deveria entender a importância cultural dos

objetos”⁹ (BRIESACHER, 2012, p. 43). Desta forma é possível afirmar que a descentralização do poder de emitir moedas e o uso consciente de imagens que remetiam a patrimônios culturais locais sustentaram a noção de confiança que manteve o *Notgeld* como uma moeda socialmente aceita e, assim, garantindo a manutenção das práticas comerciais da Alemanha do entreguerras.

A moeda, assim como qualquer outra invenção humana, expressa em si, ideias e relações dos indivíduos que a produziram. Como podemos perceber, desde a sua gênese, em especial o modelo grego utilizado como padrão pelo Ocidente, possui uma relação simbiótica com a política. Inicialmente atrelada ao metal nobre, cujo valor intrínseco é mobilizado pelos grupos sociais como símbolo de poder econômico, a moeda, ao ter sua cunhagem centralizada pelo Estado e receber sua marca impressa como forma de soberania, assumiu um papel político na dinâmica social. Com o avanço das práticas monetárias e o advento da moeda fiduciária, tais noções se tornaram mais estreitas, pois a crença no poder centralizado e no sistema em si, passaram a assegurar o lastro de peças que não possuíam mais vinculação com metais valiosos.

Em situações de crise, o regime de confiança se reordena, através da descentralização do poder emissor e da ascensão de novas convenções sociais, dentre as quais, podemos perceber, por exemplo, no caso dos *Notgelds* na Alemanha do entreguerras. A mobilização de visões do patrimônio alemão como um meio de afirmação das notas o coloca para além da lógica econômica, pois se estabelece como um valioso artefato cultural (BRIESACHER, 2012). Para os grupos que os emitiram, os *Notgelds* atuavam como moeda, mas também como suporte discursivo, cuja iconografia carregava ideais de patrimônio, memória e identidade. Esta função comunicativa dos *Notgelds* (BRIESACHER, 2012) é parte integrante do conceito de moeda, cuja trajetória histórica aqui apresentada, culmina na ascensão de um artefato cultural multifacetado, sujeito a diferentes apropriações e usos sociais.

⁹ Versão livre do autor. No original: “It is important to point out that Notgeld was clearly meant to be displayed as well as collected, assuming that the general audience would understand the cultural import of the objects”.

2.2 A moeda como instrumento de poder simbólico.

As coisas, seja em sua formação natural ou produção antrópica, possuem primeiramente, apenas características de natureza físico-química. Suas formas geométricas, peso, cor, textura e durabilidade são inerentes à sua composição. Ao entrarem em contato com seres humanos, servem a propósitos práticos e, assim, assumem atributos estritamente utilitários para os indivíduos que os possuem (GONÇALVES, 2007; MENESES, 1998). Neste sentido, é possível entender, inicialmente, a moeda como um objeto material, normalmente em metal ou papel, cuja aceção de valor se dá a partir da sua posição como elemento de mediação em um sistema de trocas comerciais.

Com base nas relações cotidianas desenvolvidas, alguns destes objetos são alçados a circunstâncias que vão para além de uma dimensão meramente utilitária: tornam-se símbolos, adquirem condição aurática e mobilizam memórias. Entendem-se aqui os diferentes contextos e usos sociais da moeda que vão para além da sua dimensão primária, como base de um sistema econômico, dentre os quais o já destacado caso dos *Notgelds*. Com base neste regime de diferenciação entre objetos utilitários e simbólicos, qual a relação que os seres humanos possuem com as coisas? E como a moeda é inserida nesta dinâmica?

Nenhum regime de sentido é inerente ao objeto em si. Apenas a partir de sua relação com os seres humanos é que ele terá dimensões de valor acrescentadas à sua composição geral. Para tal deslocamento de sentidos, entendemos aqui, que ocorrem práticas de significação, em que se criam interpretações em torno destes objetos, cujas valorações são naturalizadas em sua composição (MENESES, 1998). Desta forma, é possível entender que moedas são porções de matéria estabelecidas em metal ou papel, cuja posição de mediação em um sistema econômico se deu a partir de um longo processo de construção de significado no decorrer da História. Mesmo em sua aceção utilitária, portanto, há uma construção mental humana que define uma função para aquela forma específica de matéria.

Todo um conjunto de objetos materiais circula em sociedade a partir de categorias culturais e sistemas classificatórios, cuja existência, os situa, organiza e hierarquiza. De acordo com as dinâmicas em sociedade, o ser humano desenvolve interpretações e significações que, por sua vez, estruturam e constituem os objetos.

Sem esta dinâmica organizativa que tipifica as coisas, a existência humana não possuiria materialidade significativa (GONÇALVES, 2007). Neste caso, o regime econômico que regula as práticas comerciais, que envolvem o uso da moeda, está sujeito às teias de significados que, por sua vez, são orientadas por lógicas estruturadas pela convivência social ao longo da História. Desta forma, em diálogo com as práticas sociais, os sujeitos influenciam e são influenciados pelos sistemas classificatórios que produziram.

O caráter funcional exercido pelas coisas, por estar articulado em um determinado sistema classificatório, encobre a relevância social e simbólica destas estruturas, visto que, sua significação muitas vezes é entendida como um aspecto naturalizado do objeto. Entretanto, tais noções partem da percepção subjetiva dos indivíduos que desenvolveram estes ordenamentos (GONÇALVES, 2007). A eficácia dos sistemas de classificação e seu potencial como intermediário entre o sujeito e seus objetos, podem ser verificados, por exemplo, pelas movimentações que a moeda realiza entre diferentes estruturas de significado, bem como através das mudanças que estes deslocamentos provocam nos regimes de interação e significação.

Trocas mercantis, eventos cerimoniais ou, ainda, a salvaguarda em espaços de preservação, promovem mudanças, transformações, reclassificações e ressignificações nos regimes de valor atribuídos aos objetos, dentre eles a moeda. Para além da dinâmica de meio de trocas econômicas, tais fenômenos expressam a fluidez da vida social em seus conflitos, ambiguidades e paradoxos, em diferentes contextos sociais e simbólicos. Estes deslocamentos contribuem para o entendimento da forma em que os indivíduos e grupos desenvolvem suas subjetividades e não apenas demonstram a capacidade organizativa que os sistemas classificatórios possuem, como também o potencial simbólico que estes exercem para os indivíduos (GONÇALVES, 2007).

Os sistemas classificatórios expressam uma dimensão comunicativa entre o indivíduo e o mundo ao seu redor. Estabelecem-se como instrumentos que diferenciam os sujeitos, que em sua apropriação contribuem para a delimitação de posições na vida em sociedade. Os sistemas classificatórios são, em última instância, sistemas simbólicos que constituem a vida social (GONÇALVES, 2007). A moeda, nesta dinâmica, atua como uma ferramenta que materializa toda a estrutura que envolve as trocas econômicas, assim como é utilizada, através do seu acúmulo, como um meio para o prestígio social. Desta forma, a função simbólica exercida tanto pelo

objeto, quanto pelo sistema que faz parte, são experimentadas de maneira real e concreta por seus proprietários.

A função simbólica dos objetos materiais desempenha papel ativo nos processos de formação de modalidades de autoconsciência individual e coletiva. A partir de seus contextos de origem e em seu deslocamento para outros espaços, os objetos expressam modalidades de percepção que os indivíduos têm de si próprios e do meio no qual estão inseridos (GONÇALVES, 2007). A moeda, em sua primazia, está atrelada à uma noção de nacionalidade, constituindo um dos elementos de legitimação de um Estado Nacional. Desta forma, terá em sua complexidade componentes que reforcem este status. Tal prerrogativa de referencial simbólico para uma coletividade, que determinadas coisas assumem, pode ser compreendida como uma movimentação na qual o objeto estabelece-se como um bem cultural.

Os regimes de significação que permeiam os objetos estão atrelados às práticas sociais nas quais eles estão associados. Produções humanas, assim como as coisas, as manifestações culturais expressam formas de se viver que, em sua manutenção, assumem noções de tradição. Para Arévalo (2004, p. 927):

A ideia de tradição remete ao passado, mas também a um presente vivo. O que resta do passado no presente é a tradição. A tradição seria, então, a permanência do passado vivo no presente. A tradição não é herdada geneticamente; é transmitida socialmente e deriva de um processo de seleção cultural. A parte da cultura selecionada no tempo com uma função de uso no presente seria a tradição. O passado, decantado, é continuamente reincorporado até o presente. Desse ponto de vista a tradição implica uma certa seleção da realidade social.¹⁰

Construídas socialmente, as práticas culturais se perpetuam ao longo do tempo à medida que se projetam como elementos tradicionais para os grupos que as realizam. Seus regimes de significado são tão fundamentais para aquela coletividade, que se constituem como uma parte intrínseca daqueles indivíduos. Desta forma, podemos dizer que “cada comunidade, coletivo, grupo humano, social [...] constrói e recria sua tradição baseada em diferentes experiências e vivências”¹¹ (ARÉVALO,

¹⁰ Versão livre do autor. No original: “La idea de tradición remite al pasado, pero también a un presente vivo. Lo que del pasado queda en el presente eso es la tradición. La tradición sería, entonces, la permanencia del pasado vivo en el presente. La tradición no se hereda genéticamente; se transmite socialmente y deriva de un proceso de selección cultural. La parte de la cultura seleccionada en el tiempo con una función de uso en el presente sería la tradición. El pasado, decantado, es continuamente reincorporado al presente. Desde tal punto de vista, la tradición implica una cierta selección de la realidad social”.

¹¹ Versão livre do autor. No original: “Cada comunidad, colectivo, grupo humano, social [...] construye y recrea su tradición en función de diferentes experiencias vivenciales”.

2004, p. 928). O padrão de moeda que é utilizado nas operações comerciais atualmente é fruto de um processo de construção histórica, no qual várias modalidades foram utilizadas. Dentre elas, a proposta grega prevalecera, estabelecendo-se assim, como a tradição vigente. Entretanto, mesmo esta sofrera alterações ao longo dos tempos, como por exemplo, na ascensão das moedas fiduciárias. Tal cenário, portanto, permite conceber o caráter dialético das tradições.

A tradição tem sua origem “na relação dialética entre o passado e o presente, entre a continuidade e a mudança”¹² (ARÉVALO, 2004, p. 927). Neste sentido, apresenta-se sob uma ótica utilitarista, como “o conjunto de respostas culturais que servem para resolver os problemas existenciais (materiais, sociais e de crenças)”¹³ (ARÉVALO, 2004, p. 928). Desta forma, a ascensão do modelo grego de moeda como a proposta tradicional para a dinâmica das trocas econômicas, bem como o seu aperfeiçoamento entre diferentes civilizações e eras, se deu através de demandas utilitárias. Neste caso, houve um processo de escolha, cujo resultado atendia aos presentes históricos em que a moeda perpassara. Esta dinâmica que entrecruza objetos, práticas culturais e tradição pode delimitar determinados bens culturais à condição de bens patrimoniais.

Para Arévalo (2004, p. 929):

Patrimônio não deve confundir-se com cultura. Tudo o que se aprende e transmite socialmente é cultura, porém não patrimônio. Os bens patrimoniais constituem uma seleção de bens culturais. De tal maneira o patrimônio está composto pelos elementos e as expressões mais relevantes e significativas culturalmente. O patrimônio, então, remete a símbolos e representações, aos lugares da memória, isto é, a identidade.¹⁴

A noção de patrimônio, inicialmente tratada em nível individual, normalmente é associada a duas dimensões do cotidiano. Em um primeiro momento, pela condição material e econômica aferida aos bens, cuja transmissão de tais valores pode ser repassada via herança. Entretanto, num segundo momento, artefatos de pouco valor comercial recebem grau de importância, desta vez, pela capacidade emocional que

¹² Versão livre do autor. No original: “la relación dialéctica entre el pasado y el presente, entre la continuidad y el cambio”.

¹³ Versão livre do autor. No original: “el conjunto de respuestas culturales que sirven para resolver los problemas existenciales (materiales, sociales y creenciales)”.

¹⁴ Versão livre do autor. No original: “Patrimonio no debe confundirse con cultura. Todo lo que se aprende y transmite socialmente es cultura, pero no patrimonio. Los bienes patrimoniales constituyen una selección de los bienes culturales. De tal manera el patrimonio está compuesto por los elementos y las expresiones más relevantes y significativas culturalmente. El patrimonio, entonces, remite a símbolos y representaciones, a los ‘lugares de la memoria’, es decir, a la identidad”.

permitem proporcionar (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Desta forma, é possível afirmar que, a partir de ambas as noções, a compreensão de patrimônio aqui empregada, leva em consideração o estabelecimento de um grau de importância a determinados bens culturais e a sua posterior preservação, de modo que possam ser transmitidos para as futuras gerações.

A dinâmica expressa pelas duas vertentes em que o termo patrimônio é utilizado em nível individual também segue nuances semelhantes quando tratada pelas coletividades. Porém, seus usos percorrem caminhos mais longos e intrincados, visto que a capacidade de definir importância a determinados bens se dificulta à medida que outros indivíduos e grupos entram no jogo. As sociedades são organismos mutáveis e de profunda diversidade, cujas percepções e interesses entram constantemente em conflito. Neste sentido, o que para um grupo em um determinado tempo é patrimônio, para outro pode não ser (FUNARI e PELEGRINI, 2006). Desta forma, para administrar esta situação é necessário o estabelecimento de uma estrutura que, através de noções claras e aceitas coletivamente, permita a análise e posterior definição de bens culturais como patrimônio.

A noção coletiva de valor atribuída aos bens é o que determinará sua ascensão ou não como um bem patrimonial. Esta, por sua vez, se constitui a partir de um corpo jurídico próprio que, em meio à diversidade da sociedade, regula os processos que fixam o conjunto de sentidos e valores que guiam a política pública na área do patrimônio. Para tanto, têm-se a chancela de intermediação do Estado, que se utiliza de seus órgãos e agentes autorizados (FONSECA, 2005). Convenção social aceita, é ela que constrói os graus de diferença de valor entre um bem cultural e outro patrimonial.

A atribuição de um determinado objeto à condição de bem cultural tem, como primazia, a sua localização como elemento de valoração simbólica de referência em algum determinado aspecto cultural. Em relação aos bens patrimoniais, por sua vez, são selecionadas aquelas manifestações que adquirem este mesmo valor simbólico, entretanto, correspondente à identidade de um determinado coletivo (FONSECA, 2005). Ambas são produções humanas que receberam um grau de importância. Entretanto, sua diferenciação leva em consideração que os bens culturais referenciam o uso de técnicas e a compreensão das condições que os engendraram, enquanto que os bens patrimoniais refletem a unidade política do grupo ao qual são associados.

A moeda, desde a sua gênese histórica na Lídia, pode ser concebida como um bem cultural, dada sua condição de objeto material produzido por determinadas sociedades e sujeita a diferentes processos de interação e transformação ao longo dos tempos. Entretanto, para ser considerada um bem patrimonial deve atender a diferentes anseios, pois “o patrimônio é uma reflexão sobre nosso passado e presente”¹⁵ (ARÉVALO, 2004, p. 929). Para sua assunção se considera “o valor simbólico, ou seja, a capacidade de representatividade, dos distintos referenciais e elementos patrimoniais, o patrimônio como expressão da identidade”¹⁶ (ARÉVALO, 2004, p. 929-930). Desta forma é necessário identificar um conjunto de características que as moedas simbolizam, para considerá-las, assim, bens patrimoniais.

Os significados construídos sobre os objetos, bem como pelos sistemas simbólicos que os ordenam, são vividos de maneira real pelos indivíduos. Neste sentido, o grau de importância que os bens culturais exercem sobre os processos de autoconsciência são internalizados de maneira semelhante. “Os bens culturais formam parte da identidade e são expressão relevante da cultura de um grupo. O patrimônio, o que cada grupo seleciona de sua tradição e expressa na identidade”¹⁷ (ARÉVALO, 2004, p. 930). Desta forma, para que as moedas alcancem uma dimensão patrimonial precisam, portanto, ter em si, um potencial de expressar a identidade do grupo que as produziu.

A condição material dos objetos contribui para o seu estabelecimento como bens patrimoniais. “O patrimônio cultural está integrado, conseqüentemente, por bens através dos quais expressa a identidade”¹⁸ (ARÉVALO, 2004, p. 930). Tal circunstância se dá quando uma determinada tradição, materializada em formas específicas, constitui-se como uma continuidade de suas formas de vida. O patrimônio remete “a uma realidade icônica (expressão material), simbólica (além da coisificação e objetivação) e coletiva (não expressão particular, mas da experiência do grupo)”¹⁹ (ARÉVALO, 2004, p. 930). Neste sentido, as moedas se estabelecem como

¹⁵ Versão livre do autor. No original: “El patrimonio es una reflexión sobre nuestro pasado y presente”.

¹⁶ Versão livre do autor. No original: “el valor simbólico, es decir la capacidad de representatividad, de los distintos referentes y elementos patrimoniales, el patrimonio como expresión de la identidad”.

¹⁷ Versão livre do autor. No original: “Los bienes culturales forman parte de la identidad y son expresión relevante de la cultura de un grupo humano. El patrimonio, lo que cada grupo humano selecciona de su tradición, se expresa en la identidad”.

¹⁸ Versão livre do autor. No original: “El patrimonio cultural está integrado, consiguientemente, por bienes mediante los que se expresa la identidad”.

¹⁹ Versão livre do autor. No original: “a una realidad icónica (expresión material), simbólica (más allá de la cosificación y la objetualidad) y colectiva (expresión no particular, sino de la experiencia grupal)”.

dispositivo patrimonial a partir da sua função comunicativa, ao mobilizar elementos da sua realidade material como símbolos, em uma cadeia discursiva que movimenta patrimônios e delimita identidades.

O patrimônio compreende determinados bens culturais que expressam em si, a identidade dos grupos sociais. Para Arévalo (2004, p.933):

A identidade, por outro lado, é o resultado de um fato objetivo (o determinante geográfico-espacial, os dados históricos, as condições socioeconômicas específicas) e uma construção de natureza subjetiva (a dimensão metafísica dos sentimentos e dos afetos, a própria experiência de vida, a consciência de pertencer a um universo local ou a outro nível de integração sociocultural, tradição, capital cultural e a específica topografia mental que representam rituais, símbolos e valores.²⁰

A relação entre patrimônio e identidade se dá a partir do entrecruzamento destes dois elementos em um determinado território e em uma dada temporalidade. Tal condição é materializada, dentre outras formas, a partir de objetos cujo potencial está diretamente atrelado à relação desenvolvida com seus usuários. “O patrimônio cumpre uma função identificadora, porque quando falamos de patrimônio nos referimos a representações e símbolos”²¹ (ARÉVALO, 2004, p.933). Este aspecto distintivo exercido pelo patrimônio é fundamental para a sua eficácia, visto que “a identidade é uma construção social que se fundamenta na diferença, nos processos de alteridade ou de diferenciação simbólica”²² (ARÉVALO, 2004, p.934). Assim, ao compreender em sua função primária uma noção de nacionalidade, já que se constitui como um dos elementos de legitimação do Estado Nacional, a moeda afirma sua dimensão patrimonial, pois se estabelece como uma expressão cultural e ideológica de perspectivas identitárias e patrimoniais daquele país.

Aos bens patrimoniais é acrescentada uma série de novas funções e significados que ressemantizam sua definição e alteram o sistema de valores em que outrora figuravam como símbolo. Desta forma, estes valores empregados aos bens muitas vezes são naturalizados, tornados como uma característica física daquele

²⁰ Versão livre do autor. No original: “La identidad, por otra parte, es resultado de un hecho objetivo (el determinante geográfico-espacial, los datos históricos, las específicas condiciones socioeconómicas) y una construcción de naturaleza subjetiva (la dimensión metafísica de los sentimientos y los afectos, la propia experiencia vivencial, la conciencia de pertenencia a un universo local o de otro nivel de integración sociocultural, la tradición, el capital cultural y la específica topografía mental que representan rituales, símbolos y valores)”.

²¹ Versão livre do autor. No original: “El patrimonio cumple una función identificadora, porque cuando hablamos de patrimonio nos referimos a representaciones y símbolos”.

²² Versão livre do autor. No original: “La identidad es una construcción social que se fundamenta en la diferencia, en los procesos de alteridad o de diferenciación simbólica”.

artefato, cuja leitura está disponível apenas aos indivíduos que têm acesso ao conhecimento específico destas áreas. Tais compreensões refletem a concepção moderna de patrimônio, estabelecida no final do século XVIII, tendo como objetivo o auxílio na construção da representação da nação (FONSECA, 2005). Entretanto, o caráter ideológico do discurso patrimonial, presente desde a sua gênese, também demonstra a potência comunicativa que tais artefatos possuem.

É possível afirmar que a regulamentação que rege os processos de estabelecimento de patrimônios seja rígida, assim como são os efeitos de um tombamento sobre o bem registrado. De igual maneira pode-se dizer que tais construções burocráticas visam muitas vezes a manutenção de concepções preteritamente determinadas pelos órgãos que administram o patrimônio. Porém, tais construções, apesar de potentes, estão sujeitas à mutabilidade do jogo social. Os mesmos regimes de valor que asseguraram a definição daquele bem podem mudar com o tempo, bem como estão sujeitos à múltiplas significações e valorações exercidas pelos sujeitos (FONSECA, 2005). Produzidos pelos grupos, os bens patrimoniais diferenciam-se das demais manifestações à medida que permitem a existência identitária dos mesmos.

Identidades são manifestações de perspectivas específicas dos grupos sociais. Sua delimitação se dá a partir de uma operacionalização de aspectos que possuam um valor simbólico para aquela coletividade. “A identidade refere-se a um sistema cultural (tradição e patrimônio) e aponta para um sentimento de pertença”²³ (ARÉVALO, 2004, p.934). Neste sentido, a moeda mobiliza expressões tradicionais e patrimônios para construir um regime de discurso identitário. Para tanto, a narrativa se fundamenta “em uma construção real e em uma construção ideológica, que hierarquiza e fetichiza alguns símbolos supostamente próprios”²⁴ (ARÉVALO, 2004, p.934). Tal premissa reflete um aspecto inventivo dos patrimônios.

Símbolos expressam em si as informações das quais os indivíduos que os criaram desejam que sejam compartilhadas como coletivo. Entretanto, esta condição comunicativa, acima de tudo, atende a uma dimensão ativa, para além da mera contemplação. A capacidade simbólica que os patrimônios carregam surge da posição

²³ Versão livre do autor. No original: “La identidad refiere un sistema cultural (tradición y patrimonio) de referencia y apunta a un sentimiento de pertenencia”.

²⁴ Versão livre do autor. No original: “en una construcción real y en una construcción ideológica, que jerarquiza y fetichiza unos símbolos supuestamente propios”.

ativa de mediação sensível que este exerce entre pessoas e suas crenças, bem como seu passado e presente. Neste sentido, sua potência não está apenas na capacidade representativa que carrega, mas sim na sua função de construtor e formador de individualidades (GONÇALVES, 2007). A moeda manifesta tal poder a partir da maneira que ela própria se projeta como um artefato mediador, cuja premissa envolve o uso dos patrimônios.

Objetos compõem diferentes sistemas simbólicos, que por sua vez atendem a critérios de orientação nas atividades cotidianas. Os bens patrimoniais inserem-se nesta dinâmica cumprindo funções semelhantes, porém, por caminhos distintos. O patrimônio, em sua expressão material, não apenas simboliza as identidades individuais e sociais, como também os sistemas simbólicos que conformam a percepção dos sujeitos (GONÇALVES, 2007). A moeda, em seu papel comunicativo e mediador, simboliza esta materialidade ao reproduzir em sua iconografia elementos patrimoniais de uma determinada concepção de valores.

O caráter inventivo do patrimônio está atrelado a nuances que envolvem razões de ordem afetiva, memorialística, política e ideológica. Entretanto, a ascensão dos patrimônios não se dá apenas por leis que buscam responder às dinâmicas da existência por um viés meramente prático. Sua razão utilitária compreende parte do processo. Por possuírem um elevado grau de importância na vida humana, os patrimônios também influenciam os sujeitos. Sendo assim, a categoria de patrimônio cultural surge como uma tentativa de sistematização de símbolos identitários e, como qualquer sistema simbólico, sua aceção organizativa também é uma representação das demandas e percepções dos grupos sociais que os utilizam (GONÇALVES, 2007). A moeda, ao expressar a materialidade das teias de categorias de pensamento que revestem os patrimônios, reflete a forte presença simbólica da ordem patrimonial na vida das sociedades e, ainda, reforça a dimensão comunicativa e mediadora do dinheiro. Neste sentido, é possível dizer que tanto a categoria de patrimônio cultural, quanto a função expressiva da moeda são fenômenos de amplo alcance, perceptíveis em diferentes sociedades humanas.

Objetos criados por humanos que em sua circulação intensificam a relação com os indivíduos a ponto de ascenderem em sua carga simbólica, os patrimônios, expressam a intensidade das dinâmicas sociais. Em seu contexto de inventividade e potencial influenciador sobre os sujeitos e suas identidades, os patrimônios ocupam uma importante posição nas disputas de natureza política e ideológica (GONÇALVES,

2007). Através de arranjos discursivos, sistemas simbólicos são articulados de modo que direcionamentos sejam estabelecidos para os grupos sociais, ao passo que os objetos, muitas vezes guiam tais caminhos. A moeda, em seu caráter circulatório e mediador, também é permeada por visões de mundo e posições políticas cuja dinâmica se dá através da escolha dos patrimônios e da maneira em que estes se encaixam nos discursos identitários. Sua função expressiva contribui para a representação inalienável de determinados bens e crenças, da mesma forma que sua produção está circunscrita sob o controle de certos grupos e instituições. Para a análise da relação entre patrimônio cultural e moeda é importante compreender as formas em que se expressa esta dinâmica discursiva.

A ascensão simbólica dos bens patrimoniais surge a partir do deslocamento de sentidos do objeto inserido na dinâmica das relações sociais. Os atributos que são dados aos bens patrimoniais são gerados por meio de processos de seleção e mobilização que se dão ao longo de sua trajetória histórica, e são articulados pelos grupos em sociedade dentro dos regimes de produção, circulação e consumo de sentido, com vistas a conferir ao objeto uma condição de autonomia e naturalidade. A partir destes processos são conferidas marcas e formas a tais artefatos, cuja presença permitem processos de leitura e interpretações acerca dos contextos sociais de sua produção e, assim, identificar o discurso do objeto (MENESES, 1998). Neste sentido, a moeda, ao articular determinados bens patrimoniais para o estabelecimento de um discurso identitário, possibilita uma análise aprofundada do contexto social em que fora emitida, bem como os interesses dos grupos sociais no momento em que construíram tais ideias.

As inscrições colocadas sobre as formas materiais permitem a compreensão de sua verdade objetiva. Entretanto, os discursos dos objetos podem ser ressignificados, pois estes encontram-se em variados regimes de transformação que, muitas vezes, alteram sua morfologia, função ou sentido. Desta forma, é preciso analisar o artefato nas diferentes modalidades de apropriação de que foram parte em sua interação social. A dimensão pessoal do objeto é perceptível a partir da identificação do indivíduo nos registros materiais cuja presença se dá pelos processos de produção em que foram concebidos, pela capacidade de exprimir a identidade do sujeito que o gerou, bem como ainda, pelos múltiplos espaços sociais que tenha circulado. Estes três aspectos demonstram que o potencial simbólico dos objetos

ocorre através da relação social entre os indivíduos, permitindo o estabelecimento de uma identidade em contraposição à outra (MENESES, 1998).

A moeda, em seu papel comunicativo e mediador, além de ser concebida como um bem de circulação e, ainda, ser um elemento legitimador de um Estado Nacional, possui em si, os três aspectos da dimensão pessoal do objeto: suas formas de produção, por mais maquinizadas que atualmente possam ser, possuem particularidades de cada sociedade que as produz; estas nuances são perceptíveis nos projetos gráficos de cada moeda, nos quais são mobilizados os elementos culturais e patrimoniais que constroem um discurso identitário; este, por sua vez, é transmitido para os indivíduos através dos diferentes contextos socioeconômicos em que circula. Desta forma, podemos inferir que a moeda é um suporte de interação social.

Práticas humanas do passado e do presente se materializam em atos comunicacionais. A condição humana dos indivíduos ocorre a partir de atos narrativos, cujas expressões fixam marcas. Estes registros, por sua vez, refletem a trajetória histórica do sujeito no tempo, isto é, a forma em que este se sente na duração e se identifica diante dela. Tal dinâmica se dá entre o passado e o instante presente daquele indivíduo. O primeiro existe como representação mental e se materializa pelas recordações e interpretações que são realizadas sobre si, enquanto o segundo atua, através da experiência e da vivência, os processos de rememoração que transformam a conexão com estas representações mentais. Neste sentido, a forma em que a compreensão de existência no tempo/espço se dá, será sempre relativa aos momentos históricos em que perpassa, guiada pelas demandas do presente do sujeito que as operacionaliza (BARBOSA, 2009).

A moeda, como um suporte de interação, expressa diferentes visões que a humanidade possui de si mesma ao longo do tempo. Para tanto, mobiliza através do seu presente histórico elementos do passado que contribuam na definição de uma autoconsciência nos sujeitos. O patrimônio, em seu potencial simbólico, é uma das ferramentas utilizadas, pois carrega em si uma dimensão afetiva de grande força, cuja presença estampada no dinheiro permite a ativação de representações mentais. Desta forma, a moeda se utiliza do patrimônio como uma ponte entre o passado e um determinado presente, de modo que, através desta conexão, se estabeleça um regime de pertença.

Atos narrativos são expressões da maneira como os indivíduos se colocam no mundo. Compreendem a forma que os sujeitos visualizam e produzem interpretações do ambiente ao seu redor, cujos resultados se dão através de atos comunicacionais. Estas visões de mundo, materializadas de diferentes maneiras, dentre elas a cultura material, entram em diálogo com novos atores sociais e, deste encontro, projetam novas interpretações e narrativas. Tais processos, permeados pela dinâmica presente-passado, produzem relatos e contribuem para a construção do tempo histórico. Esta trama, para atingir tal eficácia, possui uma inteligibilidade própria, cujo movimento possui um começo, um meio e um fim, de modo que permitam o ordenamento da experiência temporal. Atos comunicacionais do passado são mobilizados para que, em sua crença, deem sentido ao presente (BARBOSA, 2009).

O regime de pertença propiciado pela moeda, que em cuja elaboração foram utilizadas as representações de outros bens patrimoniais socialmente aceitos, é construída através de atos comunicativos. Sua sustentação se dá pela produção de uma determinada identidade narrativa que se vale do potencial interacional que o patrimônio exerce entre o passado e o presente dos grupos sociais. Atos narrativos do passado, materializados em variadas formas, são estampados no dinheiro de modo que produzam um discurso de caráter teleológico, cuja condição contribua para o estabelecimento e a manutenção de uma ordem social. Tal dinâmica, entretanto, envolve procedimentos de diálogo com os sujeitos que leem estas mensagens transmitidas pela moeda.

A operação de construção de sentidos efetuada pela leitura e pela escrita, bem como na relação entre estas duas modalidades, é um processo determinado historicamente, cujas formas variam a partir do tempo, dos lugares em que são produzidas e das comunidades que as leem. De igual maneira, a eficácia desta operacionalização também está atrelada ao processo histórico em que os sujeitos produtores de sentido desenvolveram as formas em que suas mensagens são interpretadas por seus leitores e ouvintes. Estas duas dimensões comunicacionais se dão através da materialidade, de modo que diferentes objetos articulam e organizam a leitura, a apreensão e a compreensão de que se dará o sentido. Assim, a forma em que o suporte discursivo se dá, contribui para o seu entendimento (CHARTIER, 1991).

A moeda possui uma historicidade, trajetória por meio da qual a projetou como o modelo tradicional para a operacionalização das trocas comerciais. Dentro deste processo histórico sofreu múltiplas transformações em sua forma e usos sociais. Tais

mudanças alteraram sua leitura funcional como artefato econômico, bem como os regimes de significado que se dão através da sua condição de suporte interacional e instrumento de pertença. Estas dinâmicas, utilitárias e identitárias, assumem variados contornos à medida em que são analisadas as emissões realizadas pelos diferentes grupos sociais. Entretanto, os usos e apropriações dos elementos que ativam memórias e constroem atos narrativos levam em consideração os regimes de leitura que seus usuários necessitam para a compreensão de suas mensagens.

Há uma historicidade dos processos de construção de sentido e as interpretações realizadas a partir de seus suportes e agentes. Disto, é possível compreender como os textos são aprendidos, manipulados e compreendidos de diferentes maneiras pelos seus usuários. A leitura, nesta dinâmica, se dá através de uma relação com o outro, no qual são construídas maneiras de ler próprias a cada comunidade e suporte analisado. Estas formas materiais, por sua vez, dependem, exclusivamente, da inteligibilidade dos processos que atingem seu leitor, pois contribuem para a articulação visual de suas representações mentais (CHARTIER, 1991).

As estratégias de leitura desenvolvidas a partir do conjunto discursivo estampado na moeda articulam elementos que serão apreendidos tanto pelo sujeito que os identifica, quanto por aquele que se sente excluído. O patrimônio é utilizado como um recurso narrativo, pois sua potência permite uma rápida compreensão das mensagens expostas pela função de suporte mediador exercida pela moeda. A ativação mental causada pela figura do bem patrimonial ilustrado no dinheiro desencadeia uma série de representações mentais que se substancializarão na prática social dos indivíduos que difundem a circulação da moeda. O sujeito que se identifica com tal patrimônio reforçará a sua relação, enquanto aquele que se considera excluído, buscará a sua afirmação no jogo social. Em ambos os casos, as ativações das representações mentais que a moeda proporciona, são materializadas em representações coletivas de identidades sociais.

A operacionalização das representações coletivas ocorre a partir de três modalidades de relação com o mundo social: inicialmente, há um processo de seleção e recorte que produz narrativas a partir das quais a realidade é construída pelo choque entre os diferentes grupos organizados em sociedade; em seguida, são realizadas ações que visam o reconhecimento e a exibição de uma determinada identidade social, por meio da significância simbólica de um estatuto e uma posição; por fim, são

alçadas as formas institucionais destas demandas, nas quais são demarcados de modo visível a existência daquele grupo (CHARTIER, 1991).

Os processos que envolvem a ascensão de representações coletivas culminam, muitas vezes, com a afirmação de um bem cultural como patrimônio. Grupos sociais, cujas práticas eram marginalizadas pelo conjunto da sociedade, buscam seu espaço através do entendimento de sua existência por todos, de modo que a delimitação de um patrimônio permite tal visualização. A moeda, então, se estabelece como uma institucionalização desta pertença. Ao articular patrimônios como ativadores de atos comunicacionais, o dinheiro impresso legitima e exclui regimes identitários, bem como se torna palco destas disputas.

A dinâmica de construção das identidades sociais se dá a partir de uma condição conflitiva. Sua efetivação nos contextos diversos pode ser resultado de uma relação de forças entre aqueles que possuem o poder de impor suas representações e a resistência das comunidades que perfazem seus próprios regimes identitários ou, ainda, pela força que cada grupo social consegue agregar em torno da unidade de suas identidades no jogo em sociedade. Entretanto, seja por uma compreensão ou outra, a dinâmica destes conflitos segue estratégias simbólicas que determinam posições e estabelecem um ser que constata sua própria identidade (CHARTIER, 1991).

A moeda, como artefato mediador das interações sociais e instrumento de pertença é uma ferramenta importante para a afirmação das identidades sociais. Por ter em sua gênese uma relação estreita com o Estado, durante muito tempo a identidade nacional estivera atrelada a elementos iconográficos que remetiam ao poder soberano, fosse ele um Imperador, Rei, ditador ou mesmo por imagens ligadas ao regime político vigente, como por exemplo, a República. Entretanto, atualmente, em decorrência do menor tempo de prevalência das lideranças políticas na estrutura democrática e pela forte posição no jogo social, a moeda expressa em sua iconografia elementos comuns a toda sociedade. A partir disto, as ferramentas discursivas selecionadas para tal proposta, dentre as quais os bens patrimoniais, carregam grande carga simbólica e, portanto, eclodem divergências e disputas entre os grupos que desejam ser representados naquele panteão identitário nacional.

As estratégias de representação coletiva se dão a partir de práticas simbólicas. Elas surgem como a instrumentalização de uma determinada compreensão, onde uma imagem suscita à memória o despertar de uma representação mental de um

objeto ausente. Esta relação ocorre através da ligação entre o signo visível e o referente significado, cuja operação de leitura amplia as interpretações possíveis em comparação ao objeto representado. A estrutura da representação é concebida a partir do público que a visa, entretanto, em sua aplicabilidade, produz uma área social de recepção mais dinâmica (CHARTIER, 1991).

A moeda é um objeto que permite um variado conjunto de leituras. Em um primeiro momento, ao considerar sua função utilitária como meio de troca econômica, textos escritos, tais como números e valores, contribuem para a configuração das operações que envolverão este aspecto. Em seguida, a legitimidade da moeda se dá a partir de elementos de segurança que asseguram o regime de confiança que mantém o uso daquele objeto. De igual maneira, a presença de informações concernentes ao Estado emissor para reforçar a legalidade da peça, seja por características dele próprio ou de órgãos a ele associados, também reforçam o papel social educativo da moeda, com o objetivo de apresentar uma proposta de unicidade para aquele território, ao operacionalizar uma ideia de identidade nacional. Por fim, a partir desta premissa, juntamente à presença do Estado são acrescentados os signos representados, dentre os quais os bens patrimoniais. A construção destes regimes de leitura, bem como a relação entre eles e seus signos, constituem o campo de disputas simbólicas que a moeda proporciona.

As representações imagéticas estão a serviço de interesses. A operacionalização mental de determinadas ideias, por meio de artefatos que as mobilizem, objetiva assegurar que o processo de leitura materialize apenas as informações desejadas pelo seu emissor. O objeto representado é mascarado, de modo que são selecionadas características que corroborem o regime de discurso ao qual este serve. Desta forma, a representação atua como um instrumento que internaliza uma condição de dominação, para além dos regimes de disputa de violência física e bruta. Estas práticas, em última instância, desejam estabelecer um regime de ordenamento da vida social cuja existência pautada pelas disputas simbólicas, afirmam a dinamicidade destes processos. Sua lógica é conflitiva e contraditória, entretanto, o sentido de suas formas permite a interpretação de regimes de regularidade que a ordenam de modo a compreender as mutações no exercício do poder (CHARTIER, 1991).

O uso de imagens de bens patrimoniais na moeda, contribui para o estabelecimento de um discurso de ordenamento identitário, bem como de um regime

de pertença. Assim, a reprodução de um bem patrimonial no dinheiro revela práticas de poder simbólico do meio que o erigiu.

O poder simbólico é uma prática invisível de dominação. Seu exercício se dá através da cumplicidade inconsciente entre os indivíduos que lhe estão sujeitos e aqueles que o exercem, de modo que as suas subjetividades estruturantes entrem em consenso. Desta forma, para estabelecer esta concordância entre os sujeitos, o poder simbólico está estruturado em um sistema cujos interesses estabelecem um regime de conhecimento e de comunicação com o objetivo de definir uma ordem gnoseológica da realidade. Para tanto, são utilizados símbolos que permitem um regime de leitura uniforme que assegurem a integração daquele meio social (BOURDIEU, 1989).

A moeda, como objeto que medeia as interações sociais e infere regimes de pertença, delinea os sentidos que tais funções serão direcionadas a partir de uma lógica de poder simbólico. Restrito aos sujeitos responsáveis à sua produção, as representações que são suscitadas pelos desenhos do patrimônio nas cédulas de dinheiro orientam a população que visualiza diariamente os diferentes estratos de leitura da moeda. Neste sentido, a utilização de práticas de representação de bens patrimoniais está sujeita aos interesses de conformação de uma determinada realidade por aqueles que produziram as moedas. Seu exercício, por sua vez, depende da penetração profunda deste regime de poder.

Os sistemas simbólicos cumprem uma função política no jogo social. Em sua gênese são estabelecidas suas formas de funcionamento, cujos limites e procedimentos não permitem fácil alteração. Desta forma, os sujeitos que participam deste meio simbólico, estão subjugados ao espaço em que se encontram, bem como pelos discursos e conhecimentos que tais estruturas fornecem. Este campo de violência simbólica é um reflexo da disputa social, de modo que através dos seus meandros se estabelece a legitimação de um regime de dominação de uma classe sobre a outra, visto que, tal validação reforça as posições dos grupos na sociedade (BOURDIEU, 1989).

A moeda é um objeto que atinge grande circulação social. Sua posição como meio para as trocas econômicas permite acesso amplo a diferentes segmentos da sociedade. A partir desta premissa, o dinheiro assegura sua função construtora de regimes de pertença, sendo que seu potencial discursivo segue as demandas do jogo social em que fora produzido e sua função mediadora difunde os interesses dos

indivíduos que detém o meio de produção da moeda. Neste sentido, a utilização de bens patrimoniais para serem impressos no dinheiro está atrelada aos interesses dos grupos que os selecionam, reproduzem e propagam seus significados simbólicos.

O poder simbólico, em sua construção gnoseológica, desloca o sentido das posições no jogo social. Sua aplicabilidade estabelece um regime de cultura que une os sujeitos em um mesmo meio de pertencimento, mas também os distingue entre si, através da representação das posições que ocupam em sociedade. Neste mesmo processo busca legitimar as estruturas que configuram toda esta dinâmica social. Entretanto, só exerce seu efeito se for reconhecido pelos indivíduos e identificado como algo não arbitrário. (BOURDIEU, 1989).

O sistema de dominação silenciosa exercida pelo poder simbólico é perceptível, entre outros casos, pelas emissões oficiais de moeda. Associada ao Estado, seu projeto iconográfico enuncia os discursos daqueles que detém o poder de emissão. Entretanto, nesta dinâmica é possível perceber a moeda para além das cercanias dos Estados Nacionais, através de uma concepção que a entenda como uma função. Objetos que cumprem uma função de moeda se utilizam da lógica estabelecida para as emissões oficiais, pois necessitam ser compreendidos para a sua aceitação e uso. Neste sentido, ao assumirem tal função, é possível afirmar que também sejam utilizados como instrumentos de poder simbólico. Este fenômeno é visível, por exemplo, nas moedas de emergência, dentre as quais os já citados *Notgelds* e os vales que são objeto desta dissertação.

Para Briesacher (2012, p. 46):

os colecionadores, independentemente de seu status socioeconômico na própria Alemanha, podiam virtualmente criar uma narrativa sobre o que a Alemanha significava para eles. Foi uma performance do nacionalismo, mas também uma demonstração do papel cultural que eles tiveram na Alemanha como cidadãos.²⁵

A emissão de *Notgeld* não estava sujeita diretamente ao Banco Central Alemão, conforme a base que regia a circulação dos Marcos Alemães antecedentes à Primeira Guerra Mundial. Sua condição era fragmentária, coordenada por governos regionais, municipalidades ou, ainda, entidades de caráter privado. Desta forma, é possível dizer que com a desvalorização da moeda oficial, bem como a descrença na

²⁵ Versão livre do autor. No original: “[...] collectors, regardless of their socioeconomic status in Germany itself, could virtually create a narrative about what Germany meant to them. This was a performance of nationalism but also a demonstration of the role they played in Germany as citizens”.

autoridade monetária alemã, o campo de disputa das práticas de poder simbólico que envolviam a moeda fora descentralizado. A perda de prestígio no sistema econômico centrado na moeda oficial permitiu a ascensão dos *Notgelds* e, de igual maneira, multiplicou os atores sociais detentores de processos de produção e emissão de moeda. Estes, por sua vez, também diversificaram as estratégias e elementos representados nas peças e, neste sentido, “o ato de coletar [...] proporcionou um fórum no qual artistas, empresas e até cidades podiam expressar objetivos ou medos culturais”²⁶ (BRIESACHER, 2012, p. 31).

A função de moeda exercida pelos *Notgelds* compunha a noção de equivalente geral para as trocas econômicas. Sua particularidade em comparação à moeda oficial consistia na fragmentação do sistema que emitia e controlava a circulação da moeda no país. Entretanto, mesmo em sua dinamicidade de valores, formas e componentes iconográficos, os *Notgelds* mantinham, em sua essência, elementos de poder simbólico semelhantes à moeda oficial, pois tinham como objetivo “manter uma finalidade concreta ou utilitária enquanto apresenta simultaneamente imagens altamente simbólicas que contribuam para uma narrativa cultural”²⁷ (BRIESACHER, 2012, p. 36). A moeda, por este viés, carregava referenciais econômicos e discursivos em sua circulação. Desta forma, ao acumular os *Notgelds* mesmo em tempo de grande inflação, as “pessoas que não podiam investir monetariamente em uma sociedade de consumo podiam investir em uma herança nacional compartilhada”²⁸ (BRIESACHER, 2012, p. 37).

A dinâmica de poder simbólico exercida pelos *Notgelds* se dava a partir do uso sistematizado de bens patrimoniais em seus regimes de representação nas peças. Neste sentido, as autoridades fragmentadas recorreram à mesma estratégia aplicada pela competência central, porém, enfatizaram suas peculiaridades locais. Ao exercer a função de moeda, os *Notgelds* articularam elementos comuns ao novo e velho regime econômico para que, a partir da proximidade entre ambos, se mantivesse a relação de confiança do dinheiro em uma Nação cuja economia estava destruída pela derrota na guerra. Para Briesacher (2012, p. 25):

²⁶ Versão livre do autor. No original: “The act of collecting [...] provided a forum in which artists, firms, and even cities could express cultural goals or fears”.

²⁷ Versão livre do autor. No original: “[...] retaining a concrete or utilitarian purpose while simultaneously presenting highly symbolic images that contributed to a cultural narrative”.

²⁸ Versão livre do autor. No original: “[...] people who could not invest monetarily in a consumer society could invest in a shared national heritage”.

Na Alemanha, durante o período inflacionário após a Primeira Guerra Mundial, a produção e o uso de *Notgeld* em todas as suas formas refletiram não apenas os desafios para a viabilidade da República de Weimar, mas também suas atitudes, objetivos e ideais culturais. Apesar da intensa fragmentação, evidente na natureza da produção e uso de *Notgeld*, havia também um impulso em direção a uma narrativa nacionalista abrangente, que era, por um lado, distinta do passado imperial, mas, por outro lado, construía fundações tradicionais que ecoaram por todo o país.²⁹

As peças de *Notgeld*, mantiveram uma estrutura social na Alemanha do entreguerras. Apesar do contexto econômico desfavorável e da descentralização do poder emissor, a moeda manteve seu status de artefato mediador das interações sociais e instrumento de pertença. A primeira atribuição assegurava ao *Notgeld* o mesmo regime de leitura das moedas oficiais, no qual uma determinada lógica garantia sua legalização como objeto econômico socialmente aceito. Desta forma, mesmo com um controle frágil, pequenos pedaços de papel adentraram a um sistema simbólico que provavelmente era particular ao Marco Alemão. Para tanto, fora fundamental a segunda atribuição da moeda, como instrumento de pertença: o uso de representações de bens patrimoniais de diferentes procedências e localidades reforçou a posição do dinheiro como elemento legitimador do Estado Nacional ao popularizar os processos de narrativa identitária. Neste sentido, novos estratos discursivos surgiram, de modo que interferiram nas formas de exercício do poder simbólico. A coesão social não se dava mais por meios centralizados, mas sim pela aceitação de um patrimônio cultural comum, expresso de maneira fragmentada pela moeda.

As moedas, em seu processo de desenvolvimento histórico, estabeleceram uma série de regimes de significado a partir de pequenas porções de matéria. A naturalização destas noções contribuiu para a ascensão de regimes de significado próprios, que orientam as relações que os sujeitos desenvolvem com o dinheiro, bem como expressam as visões dos grupos sociais do mundo que os rodeia. Tal função simbólica é fundamental para a manutenção de modalidades identitárias, cuja dinâmica de bem cultural dialoga com expressões tradicionais e patrimônios. O discurso do objeto, também apresentado pela moeda, se dá por atos comunicacionais

²⁹ Versão livre do autor. No original: “[...] In Germany during the inflationary period following World War I, the production and use of *Notgeld* in all of its forms, reflected not only the challenges to the viability of the Weimar Republic but also its cultural attitudes, goals and ideals. Despite intense fragmentation, evident in the nature of *Notgeld* production and use, there was also an impulse toward an overarching nationalist narrative, one that was, on the one hand, distinct from the imperial past but also, on the other hand, built on traditional foundations that echoed across the country”.

que permitem a configuração de um regime de pertença. Este, por sua vez, é operacionalizado por um modo de escrita em que a representação de bens patrimoniais permite a manutenção de um regime de poder simbólico.

A moeda é um instrumento de poder simbólico. Tanto em sua constituição oficial, quanto em suas variações paralelas, as peças assumem uma função de moeda: carregam em si o duplo regime em que atuam como meio para as trocas econômicas e de bem cultural, cuja configuração iconográfica mobiliza representações em torno de discursos identitários. Para tanto, o patrimônio é mobilizado, de modo que seja instrumentalizado a favor da legitimação de um grupo social em disputas de poder simbólico. Desta forma, ao estar atrelada ao Estado no caso das moedas oficiais e de autoridades reconhecidas no caso dos *Notgelds*, o dinheiro garante, através das mensagens que veicula em sua circulação, a manutenção de um regime de coesão social. Esta mesma dinâmica político-identitária exercida pela moeda, cuja conceituação fora aqui apresentada, também é explorada a partir da sua perda de valor econômico e posterior preservação nas coleções particulares e acervos de Museu, fato que será discutido no capítulo a seguir.

3. O DINHEIRO NO MUSEU.

3.1 O Museu como um espaço de disputas discursivas.

Appadurai (2008, p.15) afirma que “as mercadorias, assim como as pessoas, possuem uma vida social”. Aos objetos de valor econômico, mesmo em sua função utilitária, tal aceção lhes é aferida através do julgamento que os indivíduos realizam. Sua escala se dá a partir da interação entre os sujeitos, comumente realizada por relações de troca. Esta, por sua vez, “surge a partir do sacrifício de um objeto em detrimento de outro, de modo que através da troca de suplícios é possível visualizar um regime de troca de valores atribuídos aos objetos” (SIMMEL, 1978, p.100 *apud* APPADURAI, 2008, p.16). Neste primeiro momento, a moeda pode ser entendida como um artefato de mediação em um sistema de trocas comerciais. A partir do sacrifício deste objeto os sujeitos adquirem os bens que desejam.

O regime de trocas não é um mero reflexo do sistema de valoração aplicado sobre os objetos, mas sim a base que o orienta. O valor econômico posto sobre as mercadorias surge de acordo com os níveis de intensidade de demanda presentes naquele meio. De igual maneira, a quantidade da cifra a qual este objeto estará sujeito se deve ao nível da troca de sacrifício que o mesmo permitirá. Assim, é possível dizer que a demanda confere valor às coisas, bem como desta relação que sujeita a circulação dos objetos, desenrolam-se diferentes regimes de valor no tempo e no espaço (APPADURAI, 2008). A moeda, como artefato de mediação neste sistema de trocas, também está sujeita a tais flutuações, podendo comportar ao longo do tempo, por exemplo, diferentes quantidades de dinheiro para um mesmo objeto.

Os objetos normalmente não são dissociados dos proprietários que os possuem e utilizam em seu cotidiano. Desta forma, as dinâmicas de significação em torno das coisas intensificam-se quando associam-se a noções de propriedade. Carregam em si, visões individualizadas de natureza econômica, moral, religiosa, mágica, política, jurídica, estética, psicológica e fisiológica. A partir da relação que desenvolvem com seus proprietários, estes objetos tornam-se, à sua maneira, extensões morais dos indivíduos que as manipulam, compreendendo assim, uma parcela da totalidade que define aquele ser (GONÇALVES, 2007). Todas estas

noções são perceptíveis através das diferentes dinâmicas em que as moedas são submetidas.

Os objetos possuem um potencial social ao serem entendidos a partir de sua posição como mercadorias. A atribuição de um valor mercantil consiste em uma complexa teia de “fatores temporais, culturais e sociais”. Neste sentido, segundo Appadurai (2008, p.30), “a mercantilização reside no processo em que os objetos, considerados mercadoria, estão sujeitos a determinadas condições, ou ‘fase’ de sua existência, assim como determinado contexto e categorização de valores”. O espírito de mercadoria aplicado aos objetos, portanto, permite entendê-los como bens transitórios entre múltiplos sujeitos e regimes de significação (APPADURAI, 2008). A moeda, através desta proposta, pode ser apresentada como elemento de mensuração para os regimes de troca, porém, também como um artefato que circula entre diferentes contextos de significado.

A circulação das mercadorias se dá a partir da instituição de um sistema de produção que se desenvolve por leis de oferta e procura. Tal fluxo, por sua vez, se baseia em acordos sociais que orientam suas rotas. Entretanto, em sua dinamicidade, o regime de circulação gera desvios, ao agregar novas significações a um objeto que anteriormente pertencia a um determinado sujeito e contexto. A sinuosidade do fluxo mercantil abre precedente para a instituição de novas rotas e, desta forma, reflete o caráter cultural de apropriação e utilização dos objetos (APPADURAI, 2008). A moeda surge então como um objeto para além da sua condição mediadora para as trocas comerciais, pois sofre deslocamentos através das relações que desenvolve com os sujeitos. Em sua condição de objeto particularizado, assume desvios de seu fluxo comercial e é reapropriada para novos cenários e contextos culturais.

Experiências de vida, práticas sociais e fenômenos históricos estão permeados por objetos. Cada um deles, individualmente, possui um regime de acepção de valores que simbolizam sua relação com os contextos de sua produção e significação. Entretanto, sua condição simbólica adquire um novo status quando inserida em uma complexidade de significados expresso pelas coleções (GIOVANAZ, 1999). Cédulas e moedas são retiradas de circulação e salvaguardadas por diferentes sujeitos sociais. Tal fenômeno ocorre tanto no período de vigência de valor daquele numerário quanto após a sua saída de circulação e, em ambos os contextos, refletem uma nova forma de percepção sobre este objeto econômico.

A prática de colecionar compreende, inicialmente, a vontade que seu proprietário deseja de reter o máximo de elementos de significação que determinadas coisas possuem. A partir destes, o colecionador ordena e classifica seus objetos segundo uma determinada perspectiva à sua escolha, de modo que, ao fazê-lo, busca reter o máximo possível dos regimes de tempo que os elementos de sua coleção permitem (GIOVANAZ, 1999). Tal dinâmica é perceptível, por exemplo, nos processos de categorização que estabelecem as coleções particulares de moedas. Neste caso, diferentemente dos objetos comuns, que são alçados de uma condição utilitarista para um regime de significado mais particularizado, as coleções, em sua gênese, estão diretamente atreladas à uma visão particular de mundo que o colecionador exerce ao selecionar e ordenar seus objetos.

A posição utilitarista do objeto em si não é importante para o colecionador. Sua relação com a coleção envolve doação, estudo e admiração pelos objetos que possui, de modo que sua originalidade está associada ao potencial de emanar seus regimes de significação. A aura do objeto, para o colecionador, consiste em seu caráter único de estabelecer uma relação genuína com o passado. No conjunto da coleção, o regime de valoração se dá a partir da transmissão dos significados individuais de cada objeto para a instância coletiva (GIOVANAZ, 1999). Neste caso, a utilidade das coleções de moedas, por exemplo, diz respeito ao tamanho da complexidade que a teia de significados, proporcionada pela categorização individual das peças, poderá alcançar.

Uma coleção vasta consiste em um grande conjunto representativo de objetos, cujos valores e autenticidade se estabelecem como os pontos centrais em seu ordenamento. Quanto maior a carga de significados disseminados para o indivíduo ou o grupo, maior será a sua possibilidade de uso (GIOVANAZ, 1999). A premissa funcional está atrelada à dimensão ativa que os seres humanos desempenham através de seus símbolos. O ato de colecionar objetos permite que os grupos sociais simbolizem, representem, comuniquem e, acima de tudo, ajam em seu meio. Através dele os seres humanos realizam mediações com o mundo ao seu redor (GONÇALVES, 2007). Assim, é possível afirmar que o ato de colecionar, dentre os quais as moedas, reflete uma dinâmica ativa dos indivíduos com a matéria, cuja aceção de valores aos objetos e o estabelecimento de categorias para o seu ordenamento, atuam como mecanismos de diálogo com a sua própria existência.

As leis de demanda são um complexo mecanismo social, cuja funcionalidade contribui para o estabelecimento de padrões de circulação de mercadorias em diferentes regimes temporais. Em uma relação coercitiva, as primeiras demandas estabelecidas estruturam e orientam o percurso das novas rotas. Desta forma, é possível dizer, que mesmo os desvios no fluxo mercantil estão atrelados à esta ordem. Tal condição se dá, pois, as mercadorias contribuem para a distribuição de conhecimento e, à medida em que aumentam seu percurso, as informações sobre elas tornam-se parciais e diferenciadas. Para a eficácia desta transmissão, portanto, há uma mediação política entre diferentes sistemas de demanda. (APPADURAI, 2008).

A moeda, inicialmente regulamentada por um conjunto de leis que determinam sua composição e uso como meio de trocas econômicas, está sujeita aos mecanismos coercitivos de demanda, mesmo em momentos de desvalorização e mudança de padrão monetário. Nestes casos, há uma mudança do suporte material, mas não das convenções em torno de sua função prática. De igual maneira, sua posição como mantenedora de um regime de coesão social permite a criação de novas rotas de significado, dentre as quais, a salvaguarda em coleções particulares. Sua orientação nesta nova posição se dará a partir de um novo sistema de demandas, cujo desenvolvimento partirá das dinâmicas estabelecidas enquanto a moeda exercia sua função econômica.

O exercício da vida social dos objetos permite o reconhecimento de um regime social de valor. A política, reflexo das disputas sociais pelo poder, define as demandas que incorporam valores às coisas, bem como às possibilidades de troca em que estarão sujeitas. Neste sentido, há um amplo conjunto de acordos que regulamentam a dimensão daquilo que é desejável e dos atores que possuem a permissão de manifestar demanda no percurso das mercadorias. Desta forma, o fluxo dos objetos, assim como seus usos em diferentes sistemas de demanda, estará sujeitado em benefício daqueles que estiverem com o poder de determinar os rumos necessários (APPADURAI, 2008).

A moeda, em sua posição de instrumento de poder simbólico, através de sua atuação como meio para as trocas econômicas, tem sua circulação determinada por um conjunto de sistemas de demanda. Estes, por sua vez, estão configurados de acordo com as necessidades dos sujeitos que adquiriram o poder naquele contexto. Para tanto, seu alcance se utiliza da sua capacidade discursiva em atos narrativos

para mobilizar através da sua iconografia um conjunto de representações em torno da ideia de uma identidade. Tal função simbólica configura um regime de pertença, cuja dinâmica possui contornos delimitados. Neste ponto em especial, o dinheiro também assegura desvios, perceptíveis na sua organização em coleções particulares, visto que seu potencial simbólico é escolhido em detrimento do econômico. Desta forma, é possível afirmar que a mesma lógica que regulamenta a vida social da moeda em sua condição circulante, também existe à medida em que esta perde seu valor de troca comercial e assume uma posição como objeto salvaguardado em coleções particulares ou acervos de Museu.

O ser humano, ao longo de sua trajetória histórica, desenvolveu o hábito de recolher e conservar diferentes materiais. Tal costume, advém de uma necessidade de sobrevivência na qual uma ação humana intervém na realidade e, por sua vez, reconhece e seleciona elementos a serem preservados, atribuindo-lhes múltiplos significados. Desta forma, uma ideia de musealidade culminou com a ascensão de um local que permitisse o manejo e a exibição daqueles objetos preservados (ARAÚJO, 2012). O Museu surge como uma instituição específica, cuja existência proporcionou um ambiente através do qual se desenvolveu um conjunto de procedimentos e reflexões sobre a prática da salvaguarda. Estas noções, ao longo do tempo, ampliaram-se, resultando em uma manifestação museal multifacetada.

A origem do termo “Museu” é geralmente atribuída à Grécia Antiga, a partir da palavra *mouseion*, que por sua vez, se referia a uma pequena colina onde se localizava o templo dedicado às Musas, filhas de Zeus com Mnemosine, a deusa da memória. Nove divindades, dotadas de memória absoluta, imaginação criativa e presciência, asseguravam o descanso da mente diante das preocupações do cotidiano. O *mouseion* era um local privilegiado, dedicado às artes e às ciências (ARAÚJO, 2012; POULOT, 2013; SUANO, 1986). Nele, reuniam-se diversos itens, cuja acumulação e compilação exaustiva permitiam a experimentação dos saberes proporcionados pelas Musas.

A concentração de objetos e a constituição de coleções é um fenômeno muito antigo, com vestígios de práticas de colecionamento desde a Antiguidade Clássica. Grandes reservas de objetos em ouro, prata e metais diversos foram encontrados em sepulturas de imperadores do mundo antigo. Tais montantes compunham reservas econômicas e sustentavam uma marca de poder e prestígio social. Os romanos desenvolveram seus conjuntos através do saque de tesouros obtidos em vitórias

militares enquanto expandiam seu império. As coleções dos templos objetivavam expressar a fineza e o poderio de Roma para com seus inimigos, manifestando o modo de agir do *museum* romano (ARAÚJO, 2012; SUANO, 1986). Do Templo das Musas grego para o Museu em Roma, o modelo de salvaguarda manteve seu fluxo de transformação ao longo da Idade Média.

A influência do Cristianismo e a autoridade da Igreja remanejaram a concentração dos tesouros imperiais para o fundo papal. Principal força política do medievo, a Igreja Católica pregava o abandono dos bens materiais a medida que investia suas riquezas em prol da expansão da fé cristã. Desta forma, apenas em fins da Idade Média, com a ascensão das cidades-repúblicas italianas, que a defesa do entesouramento voltara a ser descentralizada (SUANO, 1986). O Museu perdera sua predominância em detrimento das igrejas e catedrais, cujo potencial museal apregoava a mensagem divina e assegurava o poder papal.

O Renascimento promoveu o ressurgimento do termo “Museu”, para definir as primeiras coleções principescas surgidas a partir do século XIV. Neste período, o interesse pelo legado cultural greco-romano despertou a movimentação de inúmeros colecionadores, expresso pelo acúmulo de obras artísticas, filosóficas e científicas da Antiguidade Clássica. O objetivo destas ações visava reconstituir um tempo histórico passado através da reunião de seus fragmentos. Para tanto, a produção simbólica centrada no ser humano, distinta das elaborações cristãs, assumiu o cerne da preocupação preservacionista da elite intelectual da época. A abertura de coleções reais ou burguesas refletiam o poder econômico destes grupos e iniciou a era dos Museus modernos (ARAÚJO, 2012; POULOT, 2013; SUANO, 1986). Restrita aos sujeitos próximos ao proprietário e a uma pequena aristocracia intelectual, as coleções principescas permitiram o estabelecimento de um canal de acesso aos acervos museais.

O analfabetismo e a baixa circulação dos indivíduos para além de seus vilarejos dificultava um estímulo em busca de galerias de arte e gabinetes de curiosidades. Entretanto, paulatinamente, manifestações solicitando o ingresso a estes espaços surgiram ao longo do século XVIII. De igual maneira, o movimento revolucionário que culminaria com a Revolução Francesa estabeleceu o contexto propício para o acesso às grandes coleções. A ação burguesa operacionou uma extensa mudança nas estruturas sociais, reordenando os saberes e conhecimentos com objetivo de

consolidar o poder recém-adquirido (ARAÚJO, 2012; SUANO, 1986). A nova sociedade criara os meios para o amplo acesso aos espaços museais.

O surgimento dos Estados Nacionais modernos impulsionou o desenvolvimento do conceito de “Museu Nacional”. Sua dimensão pública tinha por objetivo estabelecer, por meio da educação, os meios para consolidar a burguesia como classe dirigente. Desta forma, formaram-se grandes acervos que, a partir das instituições recém-inauguradas, indicavam o acesso ao Museu como um direito do cidadão (ARAÚJO, 2012; POULOT, 2013; SUANO, 1986). A salvaguarda de tesouros que enunciavam potencial educativo ditara a tônica tutelar da instituição.

O século XIX consolidou os elementos que definiram o Museu sob uma perspectiva preservacionista, custodial e tecnicista. Alinharam-se o entendimento renascentista que visava proteger os vestígios da Antiguidade, a concepção Moderna que estruturara e organizara as regras para o exercício da conservação, bem como a filosofia positivista, resultado do legado da Revolução Francesa, que enfatizou as técnicas que melhor extraíam o potencial expositivo dos objetos (ARAÚJO, 2012). Embora o século XX, através dos seus eventos cataclísmicos e revolucionários, tenha proporcionado uma multiplicação no número de Museus e, ainda, ampliado as reflexões sobre o tema, o panorama custodial-tecnicista permeia o fazer museal.

Em 1946 fora criado o Conselho Internacional de Museus (ICOM), como resultado dos esforços coletivos da comunidade internacional em refletir sobre esta instituição. Uma das ações tomadas teve por finalidade estabelecer uma definição universal de Museu, cujo percurso culminou com um conceito, presente no código de ética revisado na 21ª Assembleia Geral do ICOM, em Seul na Coreia do Sul, no ano de 2004 (ICOM, 2009):

Os Museus são instituições permanentes, sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, preservam, pesquisam, comunicam e expõem, para fins de estudo, educação e lazer, os testemunhos materiais e imateriais dos povos e seus ambientes.

A declaração do ICOM, que atualmente encontra-se em revisão nos fóruns da instituição, atribuiu uma série de funções para o Museu que, no seu conjunto, permitem concebê-lo como um local em que a preservação de determinados objetos contribui para a instrução da sociedade. Neste sentido, a presença do modelo custodial-tecnicista ainda é perceptível nos fóruns que, ao longo do século XX e início

do século XXI, fundamentaram as bases conceituais da museologia. O fazer museal, mesmo multifacetado, possui na sua prática dimensões humanas, sendo a manifestação política expressa, entre outras formas, pelos seus modelos procedimentais.

Dentre as diferentes acepções de Museu presentes, incluída a do ICOM, percebe-se a predominância de algumas características em comum, como a preservação, o estudo e a transmissão de conhecimento. A função de conservação fora importante nos primórdios da instituição, pois evitara a dispersão ou a perda de muitos itens, assim como assegurou a salvaguarda de muitos outros. O estudo e a pesquisa de acervos, por sua vez, possibilitaram a descoberta de inúmeras informações sobre diferentes sociedades. Por fim, as atividades exercidas a partir do trabalho educativo passaram a considerar o olhar do público no processo de montagem das exposições, da mesma forma que pluralizava o acesso ao conhecimento (POULOT, 2013). Entretanto, estas três funcionalidades inerentes ao Museu, carregam em si uma dimensão ideológica sujeita aos jogos políticos e de interesse dos indivíduos que controlam os procedimentos museais.

A ideia de Museu assumiu diferentes contornos ao longo da história. Do Templo das Musas grego ao modelo custodial-tecnicista, a prática do colecionamento uniu diferentes maneiras de preservação. Desta forma, o processo que culminou com esta instituição, expressa em si os modos em que as sociedades ao longo do tempo estabeleceram para se relacionar com o que produziram. As exposições, em seu trabalho educativo, além de permitirem o acesso ao conhecimento do mundo, também possibilitam uma análise da sociedade que criou tal fazer museal (POSSAMAI, 2001). Os Museus possuem historicidade, principalmente aqueles que lidam com a coleta do que foi produzido pelas sociedades na história.

Museus de arte, museus de ciências naturais, museus de arqueologia, museus de etnografia, museus naturais e ecomuseus, todos de alguma maneira, trabalham com a produção humana em seus espaços. De igual maneira, o museu histórico, por sua abrangência e intensidade no trato com os objetos elaborados pela humanidade, se estabelece como um produtor e veiculador de sentidos. Tal movimentação se dá a partir da seleção e preservação de um conjunto de documentos, com vistas a exposição e transmissão de conhecimento. Assim, a operacionalização do discurso compreende o processo de ascensão à condição de peça de Museu (POSSAMAI,

2001). É por meio das formas em que se constroem os enunciados perpetuados pela instituição que é possível compreendê-lo.

Museus expõem uma determinada visão de mundo na qual mobilizam seus acervos de acordo com os interesses levantados. Para tanto, buscam características que conferem a musealidade nos objetos. Essa condição está na materialidade de seus bens, assim como na realidade que estes fazem referência, como mediador. Dessa forma, a musealidade não é apenas um aspecto intrínseco da peça, mas sim uma condição que é despertada nos indivíduos em sua função mediadora. A partir dela é realizada a musealização, na qual um objeto é adquirido por um Museu e sofre ações de seleção, identificação, classificação, higienização e acondicionamento, para então ser exposto para um público (BRULON, 2016). A entrada de objetos no espaço museal transforma profundamente a sua existência, pois não representam mais suas atribuições cotidianas, tendo-as substituídas pelos múltiplos significados a eles imputados por diferentes pessoas. Limitam-se a uma condição discursiva, direcionada para exposição.

A musealização determina as formas em que o Museu se constitui como um produto histórico, pois ao remover a função utilitária dos objetos, ao mesmo tempo os insere em um novo estágio de sua vida social. Este movimento não enfatiza apresentar a coisa em si, mas objetiva encenar um valor manifestado em sua musealidade de modo a potencializá-la pela maneira em que for exposta. Museus atribuem valores e são agentes que atuam sobre os processos de trocas e circulação de objetos ao permitir que determinados significados atinjam novos planos sociais. A mutabilidade dos objetos e a subjetividade interpretativa que os circunda, são aspectos trabalhados pelo fazer museal e reforçam as múltiplas possibilidades de relações que os artefatos abrigam em si, sujeitas a percepção humana (BRULON, 2016). De igual maneira, propiciam mecanismos de simbolização na esfera cultural.

Intervenções apropriadoras, as práticas de musealização carregam intencionalidades que, por sua vez, projetam o caminho para o exercício de um determinado poder simbólico. Uma ideia pode ser sustentada por um conjunto de artefatos, agentes e entidades que enfatizam características em prol de um discurso. Esta ação se dá pela força da legitimação, na qual o Museu, ao exercer sua função de tutela de bens culturais, lhes atribui uma condição de elementos de transmissão de valores culturais às gerações futuras. Diferentemente da coação física, a dominação simbólica ocorre no campo do conhecimento, onde os saberes são

mobilizados ou fabricados, de modo que apenas os membros daquele meio tenham acesso a linguagem do campo, cerceando assim os indivíduos, sem mesmo o conhecimento destes (LIMA, 2016). Dominação passiva, o poder simbólico vigente no plano das ideias orienta o percurso das ações.

O campo museológico tem como primazia a mudança de estado do objeto, fenômeno este realizado através da musealização. Esta, por sua vez, transforma a função e o significado do artefato, acolhendo-o sob sua tutela, com vistas a clara preservação do mesmo. Tal destino entende a condição do bem musealizado como pertencente a uma herança coletiva para os grupos do presente e a serviço das futuras gerações, o que lhe assegura um sentido comprobatório, cuja relevância e autenticidade atestam sua qualidade. Todas essas características conferem a peça de Museu um valor documental, propícia a pesquisa como fonte primária de consulta e chancelada pelo prestígio que a instituição possui para realizar esta transformação (LIMA, 2016). Destas movimentações, o objeto musealizado adquire uma dimensão patrimonial.

A problemática do patrimônio é fundamental para se entender a constituição de determinados espaços como detentores de memórias. O processo de musealização, quando realizado, assegura ao bem cultural a sua patrimonialização, o que caracteriza um efeito de duplo papel e reforça a chancela que o Museu o afere. O caráter de dádiva e herança coletiva confiado aos acervos, contribui para que a instituição realize sua ação mediadora entre os seres humanos. Ao salvaguardar e patrimonializar artefatos, os Museus produzem aproximações entre as pessoas e suas manifestações culturais, de modo que, para tanto, promovem o diálogo entre a identidade e alteridade dos sujeitos. Assim, ao determinar aquilo que define os indivíduos e, ainda, assegurar sua proteção, delimita também, indiretamente, a distinção entre os grupos sociais (BRULON, 2016; LIMA, 2016). É neste jogo identitário que envolve a dimensão patrimonial e o campo museal que o poder simbólico se manifesta.

Os patrimônios fixam no espaço as identidades dos indivíduos ao passo que os Museus os organizam. Tal poderio presente na dinâmica de simbolização inerente ao fazer museal revela a existência do poder simbólico e uma institucionalização da memória. O grupo que deter o controle dos objetos e o manejo destes processos terá a autoridade sobre os elementos que definem aquela comunidade. Portanto, o estabelecimento de patrimônios comuns a uma comunidade é extremamente difícil,

pois se dá a partir do diálogo exercido entre múltiplos interesses e concepções de identidade. De igual maneira, os museus podem ser interpretados como espaços de disputas em decorrência da sua atuação como meio de preservação de objetos, memórias e identidades coletivas no campo patrimonial. (ABREU e CHAGAS, 2009; BRULON, 2016; FUNARI e PELEGRINI, 2006; LIMA, 2016). Esta dinâmica é visível nos espaços que realizaram a salvaguarda de *Notgelds*.

Para Briesacher (2012, p. 43-44):

Pessoas não eram os únicos alvos da sensibilidade colecionadora. Magistrados e arquivos municipais reconheceram o valor cultural e histórico de colecionar *Notgeld*, embora essas coleções tivessem geralmente um escopo local e com objetivo de preservar a experiência de uma cidade específica durante a inflação. Um exemplo notável são os arquivos da cidade de Kiel, que solicitaram exemplares não-circulados de *Notgelds* produzidos pelas empresas e bancos privados da cidade para serem armazenados para a posteridade. A preservação dessa história local foi importante para considerações futuras do contexto alemão mais amplo; de fato, mesmo durante o período nazista, métodos locais de preservação histórica foram incorporados para apresentar uma imagem mais completa da experiência alemã durante a hiperinflação. Deve-se notar, também, que tal ênfase nessa era poderia ser usada para mobilizar tanto a opinião pública quanto a interpretação política da história; dessa maneira, o significado dos objetos materiais, como em uma exposição ou espetáculo, foi manipulado para apoiar uma visão particular da sociedade e afetar a maneira como um evento ou época – neste caso, hiperinflação – era lembrado.³⁰

A musealização define o caráter de um Museu. O processo de seleção, estudo e exposição de objetos envolve manifestações de interesses por vias que se utilizam de operações de poder simbólico. Tal cenário está presente em todo o processo de constituição histórica dos museus, através dos diferentes projetos e funções atribuídas para este espaço ao longo dos tempos. Mesmo o século XX e seus eventos cataclísmicos, que provocaram novas reflexões e culminaram com a perda da noção de Museu como um conjunto coerente e unívoco de coleções, os conflitos em torno das práticas de poder simbólico se mantiveram, pois, a partir de novas demandas

³⁰ Versão livre do autor. No original: "Individuals were not the only targets of the collecting sensibility. Magistrates and city archives recognized the cultural and historical value of collecting *Notgeld*, though those collections were generally local in scope and with an eye on preserving a specific city's experience during inflation. A notable example is the city archives of Kiel, which solicited uncirculated examples of *Notgeld* produced by the city's firms and private banks to be stored for posterity. The preservation of such local history was important for future considerations of the larger German context; indeed, even during the Nazi period, local historical preservation methods were incorporated to present a more complete picture regarding the German experience during hyperinflation. It must be noted, as well, that such an emphasis on this era could be used to mobilize both public opinion and the political interpretation of history; in this way, the meaning of material objects, as in an exhibit or show, was manipulated to support a particular view of society as well as affect the way an event or era - in this case hyperinflation - was remembered."

sociais, múltiplos interesses entraram em disputa e passaram a compor a dinâmica do espaço museal (BRULON, 2016; LIMA, 2016; POSSAMAI, 2001; POULOT, 2013; SUANO, 1986).

O uso simbólico do patrimônio musealizado pode ser visto no processo de preservação de *Notgelds*, realizado na cidade de Kiel, a partir de 1917 (BRIESACHER, 2012). Neste caso, a musealização atuou como um procedimento ressignificativo, em que numerários emitidos em caráter emergencial perderam seu valor de uso e se transformam em objetos de Museu. Esta nova função estava relacionada ao propósito do espaço de preservação, cujas representações foram utilizadas para construir uma determinada história, vinculada diretamente aos interesses dos grupos que detinham o poder na Alemanha, fossem eles socialdemocratas ou o Partido Nazista. O exemplo do caso alemão demonstra o potencial reflexivo que as coleções de Numismática podem proporcionar para o entendimento das relações que os seres humanos desenvolvem com o seu patrimônio.

3.2 A função social dos acervos de Numismática.

O interesse investigativo em torno das práticas monetárias acompanha a trajetória histórica da moeda há muito tempo. Inicialmente, pesquisadores humanistas desenvolveram estudos sobre os sistemas monetários da Antiguidade Clássica. Francesco Petrarca, precursor do colecionismo numerário na península itálica, tinha por objetivo conhecer a história das civilizações por meio da moeda. Para tanto, estabeleceu métodos próprios que, a partir da pesquisa histórica e filológica, contribuíram para a identificação de documentos monetários e criação e catalogação das primeiras coleções, referências para a ascensão de uma Ciência própria (CARLAN e FUNARI, 2012; COSTILHES, 1985).

A curiosidade ingênua do período humanista e propalada pelos pesquisadores antiquários, que ditava o fazer científico, passou a adotar progressivamente métodos rigorosos de trabalho. O século XVIII e, especialmente, o XIX, sofreram uma grande revolução cultural que transformaram, ou ainda, fundaram as bases de diferentes áreas do conhecimento. O encanto pelo colecionamento, herança dos gregos antigos

e perpetuado pelos Imperadores Romanos e Reis medievais, adquiriu estatuto científico, culminando com o nascimento da Ciência Numismática (COSTILHES, 1985).

A palavra “Numismática” deriva do grego *nomisma* e do latim *nummus*, termos usados para referenciar o objeto moeda nestes respectivos territórios, cuja abrangência se intensificou a partir o século XIX. Difundida, fixara suas bases metodológicas através da excelência no estudo de cédulas e moedas, em busca de informações e por meio da análise e do conhecimento destes objetos, em todos os seus aspectos, desde sua produção e seu uso até sua inclusão nas prateleiras dos museus ou nas coleções particulares (CARLAN e FUNARI, 2012; COSTILHES, 1985). Com campo próprio a Numismática alavancara seu objeto de pesquisa bem como ainda promovia uma nova forma de estudo.

Em meio as diversas fontes possíveis para a pesquisa, os numismatas obtêm acesso a uma das linguagens simbólicas da sociedade que os proporciona desde a descoberta de técnicas metalúrgicas para o feitio de moedas até os processos culturais que conformaram os usos e reflexos sociais que o dinheiro expressa. Os numerários revelam informações sobre os indivíduos e as sociedades que existiram, por meio de dados econômicos, históricos, políticos, artísticos e religiosos. A Numismática, para além do aspecto comercial do dinheiro, o concebe como uma referência para o entendimento das relações de poder, o arquitetar de imaginários políticos e sociais, bem como ainda, na construção de identidades (COSTILHES, 1985; OLIVEIRA e RIBEIRO, 2003).

Nomes de países, autoridades ou soberanos, mensagens políticas, filosóficas, religiosas ou econômicas, bem como ainda, representações iconográficas afins, permeiam as emissões monetárias e podem expressar a mentalidade e os jogos de poder de um povo. Para tanto, a formação de acervos e a publicação de catálogos contribuem para o acesso às peças e facilitam a observação, arrolamento e interpretação destes detalhes. De igual maneira, em seus conjuntos e sustentada por outras fontes, as moedas permitem uma melhor visualização da dinâmica econômica e cultural de uma sociedade (CARLAN e FUNARI, 2012; COSTILHES, 1985).

O estudo das moedas pode fornecer informações para além da sua caracterização morfológica pois, estes objetos compõem parte da sabedoria poética da sociedade. Sua origem está atrelada a noções de direitos e nobreza, cuja simbologia proporciona novas análises à Numismática. A linguagem das moedas pode

indicar as formas de poder que estão relacionadas a sua emissão, circulação ou, ainda, preservação. Por expressarem em si as circunstâncias políticas, econômicas, culturais e religiosas do tempo em que foram produzidas, estes objetos possuem grande importância para a pesquisa. Sua análise como linguagem simbólica contribui para o entendimento da Numismática em sua dimensão social e cultural, além de alçar os numérios em uma condição mais ampla de documento (COSTILHES, 1985; OLIVEIRA e RIBEIRO, 2003).

A segunda metade do século XX vivenciou uma profunda renovação do campo científico. A aceleração da história e o fracionamento dos saberes promoveram três movimentos: a afirmação de algumas ciências, a renovação de outras, bem como a criação de um regime interdisciplinar entre elas. O lugar da Numismática neste cenário deve levar em conta essas premissas. O advento da História Nova, também ampliou o campo do documento histórico por meio da revolução documental ocorrida na década de 1970. Crítica da historiografia do século XIX, que se baseava principalmente na fonte escrita, a Nova História passou a se utilizar de uma multiplicidade de documentos (LE GOFF, 1998). Neste contexto, as moedas, assim como qualquer artefato numismático, adquiriram nova relevância para a pesquisa histórica, assim como, renovada, a Numismática ampliou suas contribuições para o campo científico.

O documento, em sua trajetória de vida, não traz ao pesquisador uma existência histórica acabada. Pelo contrário, suas características morfológicas refletem a imensa e confusa realidade na qual fora concebido. Nesta situação, o investigador deve fazer suas escolhas entre as informações disponíveis, de modo a realizar uma operação científica do documento, com vistas a reconstituição do passado que tal artefato permite revelar. Refletir sobre os problemas do presente, analisando sua relação com o passado, compreendendo a contemporaneidade através da trajetória histórica que a produziu (LE GOFF, 1998). A Numismática não deve se limitar a uma pesquisa factual cujos resultados reforcem uma posição passiva diante dos objetos analisados, mas sim, acompanhada das reflexões historiográficas, estabelecer uma nova erudição.

Uma análise qualitativa considera uma renovação nas técnicas de erudição, levando em conta os problemas a que sua reflexão estiver sujeita. Para tanto, é necessário primeiramente, uma nova concepção de documento, acompanhada por um pensamento crítico do mesmo. É necessário compreender que as fontes não são

neutras. O indivíduo que as seleciona é determinado por sua época e seu meio, assim como os testemunhos são produzidos, consciente ou inconscientemente, pelas sociedades pretéritas para impor uma imagem de seu passado, ou ainda, para apresentar uma verdade sobre ele. De igual maneira, é imperativo questionar as formas de periodização do tempo, identificando os jogos de poder e as estruturas que as sustentam (LE GOFF, 1998). Moedas são utilizadas pela pesquisa arqueológica como fontes para a distinção e o ordenamento de marcos temporais. A Numismática também segue tais procedimentos como prática de trabalho. Tais considerações são importantes, entretanto, é preciso ir além e interrogar o documento numismático, entendendo-o não apenas como um símbolo de poderio das elites, mas como a manifestação expressa deste poder, inserido no jogo político em que também demarca temporalidades por meio de sua monumentalidade.

O que sobrevive do passado não chega ao presente naturalmente. Sua trajetória envolve um longo processo de escolhas realizada pelos indivíduos que deliberadamente recolhem e estudam os objetos. Neste sentido, comumente estes vestígios da memória podem apresentar-se sob a forma de documentos e monumentos. Os primeiros dizem respeito ao processo de pesquisa, de maneira objetiva, como prova em um determinado trabalho de inteligência. Enquanto os segundos são um claro sinal do passado, produzido de forma que o evoque, ao perpetuar a recordação, voluntária ou involuntária, das sociedades por meio da memória coletiva (ASSMANN, 2016; LE GOFF, 1990). Se for considerada tal diferenciação, em qual das acepções as moedas se encaixam? São documentos ou monumentos?

O primeiro indício para encontrar o papel discursivo empregado pelos numerários, tem como base a mudança na concepção de documento. A revolução iniciada pela História Nova promoveu mudanças na prática historiográfica, reflexo das demandas da memória coletiva: as narrativas não se centram mais nos grandes homens e seus feitos, elas se interessam na trajetória de todos os sujeitos. Tal mudança de perspectiva fora fundamental para a quebra da hierarquia entre as fontes. De igual maneira, há uma nova modalidade de informação, em que o fato, ligado a uma história linear, é preterido pelo dado, que por sua vez privilegia uma crônica descontínua. A memória coletiva é valorizada pela pesquisa, alçada a dimensão patrimonial (ASSMANN, 2016; LE GOFF, 1990). A transformação no sentido de recordação coletiva, que ampliara as possibilidades de consideração, também

ocorrera com as moedas. As imagens das lideranças políticas e nobiliárquicas impressas nos numerários passaram a dividir espaço com interesses coletivos, tais como elementos naturais, manifestações artísticas, científicas e culturais.

A crítica tradicional ao documento tinha como objetivo uma busca pela autenticidade. Para tanto, o processo de valorização e exclusão de interesses a serem trabalhados se pautava por esta premissa. Entretanto, não existe uma fonte inócua, todas estão a serviço do poder. Expressam em si, uma natureza monumental. O documento não é um artefato que permanece em decorrência do passado, mas sim, um constructo da sociedade que o engendrou por meio das disputas entre as forças que detinham o poder. Desta forma, apenas a análise documental, através da ótica do monumento, permite o entendimento dos usos sociais exercidos pelos artefatos a serviço da memória coletiva (LE GOFF, 1990). Moedas são registros materiais de operações comerciais, assim como também revelam informações sobre a dinâmica cultural de uma sociedade. Neste segundo aspecto, orientam-se pelos jogos de poder que movimentam a memória coletiva, com o objetivo de reforçar a recordação nos sujeitos. Assim sendo, as moedas são documento/monumento.

O trabalho com vestígios materiais dos mais variados tipos, incluídas aí as moedas, requisita ao investigador a interpretação de eventos limitado por relatos indiretos, ou ainda, restos que o alcançam após a passagem do tempo. Desta forma, as fontes atuam como testemunhas, cujas respostas são atendidas de acordo com os questionamentos que o pesquisador realiza, levando em conta os conhecimentos externos ao documento que interroga (CARDOSO, 1992). As moedas compreendem uma parcela da totalidade cultural que as circundam, modelam e funcionalizam, portanto, para utilizar estas fontes é necessário entender o contexto que as produziram, pois, a partir da sua compreensão o artefato visualizado testemunhará com maior dimensão sobre o seu passado.

A heurística, atividade intelectual que localiza, reúne e classifica fontes históricas, também presente na rotina de pesquisas na área da Numismática, distingue este artefato do jogo social em que fora produzido e facilita a observação de minúcias pertinentes a problematização. No trabalho heurístico o diálogo com outras ciências é condição imprescindível para a eficácia da investigação, de modo que a interdisciplinaridade é um importante fator para a especialização do pesquisador (CARDOSO, 1992). A comunhão entre uma minuciosa prática heurística e uma ampla base interdisciplinar, garante um profundo estudo dos vestígios materiais em sua

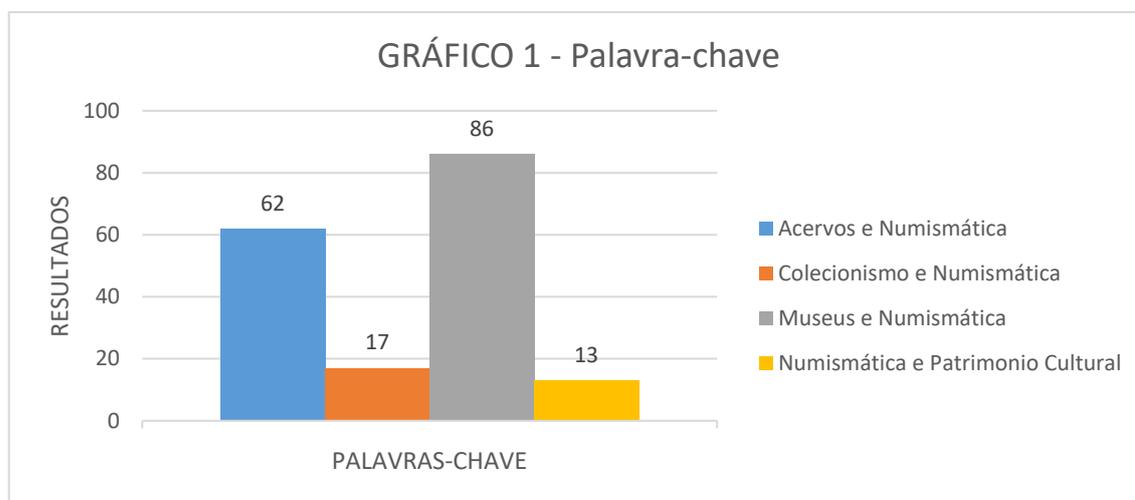
vivacidade. Para a Numismática, este procedimento localiza a moeda em seus conjuntos, assim como, com o apoio da História, da Economia, da Museologia, do Patrimônio Cultural, da Arqueologia e ainda com as contribuições da Heráldica, da Química, da Física ou qualquer produção de conhecimento que permita o vislumbre das relações sociais que o ser humano desenvolva com o dinheiro, assegura um amplo campo para reflexões. Entretanto, com base nos múltiplos usos culturais exercidos pela moeda, questiona-se: em que nível se encontra a diversidade investigativa dos trabalhos produzidos no meio acadêmico? E como a interdisciplinaridade pode contribuir nesse cenário?

A metodologia do estado da arte, comumente utilizada para introduzir uma revisão de literatura em uma pesquisa científica, permite a definição do escopo de trabalho e a fundamentação teórica da pesquisa. Seu processo compreende o trabalho de identificação de referências bibliográficas através da leitura e análise das principais abordagens, metodologias, métodos e autores relacionados ao objeto de estudo (NEVES e NEVES, 2010). Desta forma, constitui-se como uma importante ferramenta para o entendimento da dinâmica de um campo de pesquisa. Através da metodologia de pesquisa do estado da arte teve-se por objetivo, portanto, traçar um panorama das pesquisas que envolvessem a Numismática.

O procedimento de trabalho, realizado entre os meses de abril e julho de 2018, envolveu a análise em três bases de dados: *Human Resources Abstracts*, Fonte Acadêmica e *Academic Search Complete*, todas na plataforma *Ebscohost*. Para tanto, foram utilizadas as palavras-chave “Numismática e Patrimônio Cultural”, “Museu e Numismática”, “Acervo e Numismática” e “Colecionismo e Numismática”, além de suas traduções em língua inglesa. O modo de busca na plataforma fora o *Booleano*, sem a inserção de extensores e tendo como limitadores apenas as publicações de revistas acadêmicas realizadas até o mês de junho de 2018.

Inicialmente foram encontrados 62 resultados para “Acervos e Numismática”, 17 para “Colecionismo e Numismática”, 86 para “Museus e Numismática” e 13 para “Numismática e Patrimônio Cultural”, conforme é possível observar no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Pesquisa por palavra-chave.



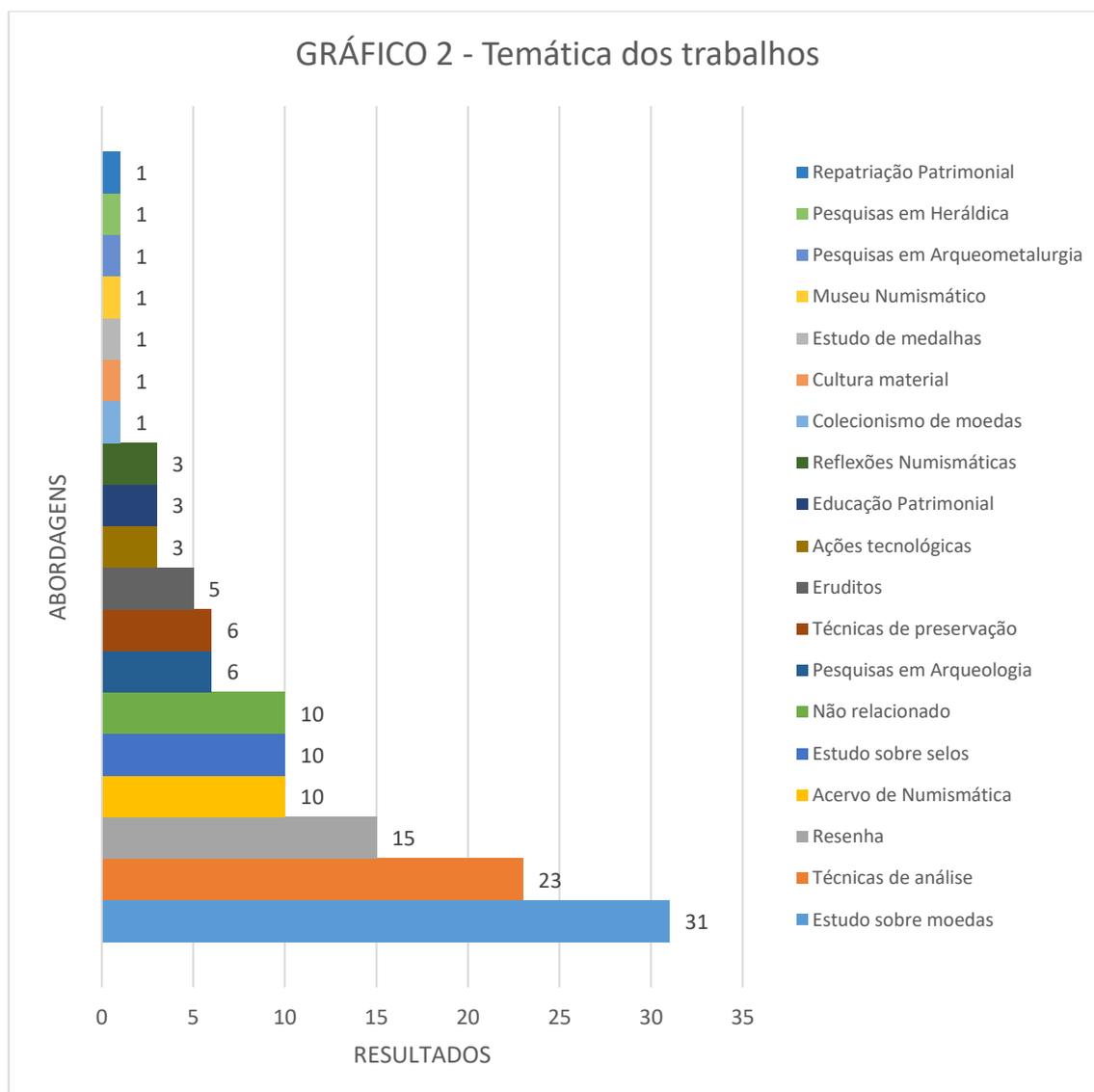
Fonte: DO AUTOR (2018).

Em um primeiro momento, é possível observar que os termos “Museus e Numismática” e “Acervos e Numismática” obtiveram as maiores quantidades de trabalhos publicados: 86 e 62 resultados. Por outro lado, as palavras-chave “Colecionismo e Numismática” e “Numismática e Patrimônio Cultural”, proporcionalmente encontraram menor número de publicações: 17 e 13 respectivamente. Se forem excetuados artigos que apareceram em duas ou mais categorias, bem como ainda as pesquisas com marcadores que não atendessem na prática as intenções de busca, esta disparidade é acentuada.

Apesar de possuírem suas diferenças, os termos Museus e acervos compartilham o mesmo espaço, visto que, geralmente, os acervos tratados fazem parte de instituições museais. Desta forma não é incomum estas duas palavras agregarem o maior número de resultados. Museus possuem uma trajetória histórica pautada na seleção e preservação de bens culturais que sejam valiosos aos interesses dos grupos sociais. De igual maneira as moedas, desde a sua gênese na colônia helênica da Lídia, transmitem aos indivíduos valores simbólicos de caráter econômico, político, cultural e identitário. Assim, a formação de acervos de Numismática, pode-se dizer, surge como a simbiose entre os diferentes regimes de valoração atribuídos pelos sujeitos sobre o dinheiro que, por sua vez, encontram no Museu uma forma de serem preservados e perpetuados. Inúmeros espaços museais contam com locais destinados para coleções de Numismática, entretanto, o que

responde a baixa associação entre a reunião e salvaguarda de artefatos numismáticos, mesmo em Museus, e a esfera do Patrimônio Cultural? Para tanto, é necessário compreender a abrangência destes trabalhos, através dos resultados apresentados pelo Gráfico 2.

Gráfico 2 - Pesquisa por temática dos trabalhos.



Fonte: DO AUTOR (2018).

O Gráfico 2 tem por objetivo reunir o conjunto das publicações encontradas a partir de grupos ordenados por temáticas. Para tanto, foram utilizadas informações disponibilizadas pelos autores nos resumos e nas palavras-chave dos trabalhos, como

forma de aproximar possíveis interesses em comum. Dentre as temáticas mais recorrentes nos artigos localizados na pesquisa nas bases de dados citadas, “Estudo sobre moedas” foram as de maior frequência, totalizando 31 estudos. Estes dados compreendem pesquisas que se utilizam de moedas seja em sua individualidade ou conjunto. Em seguida, “Técnicas de análise” com 23 resultados, reúne produções que abordam procedimentos de restauro, limpeza e estudo de peças numismáticas. Também é possível destacar “Acervo de Numismática”, com 10 resultados, cuja proposta abarca publicações que analisam a formação de acervos numismáticos.

Em geral, assim como na análise do Gráfico 1, a correlação entre objetos numismáticos e Museus é marcante. Apesar de “Estudo sobre moedas” ostentar o maior número de resultados, muitas destas pesquisas possuem um canal direto ou indireto com espaços museais, por meio de seus acervos e descobertas arqueológicas intermediadas por seus profissionais. O caráter técnico de análise e a busca da erudição no manejo das peças, reflete um viés preservacionista que permeia grande parte dos trabalhos. Investigações que entendam as moedas sob uma ótica social, inserindo-as nos processos políticos que as produziram em seu contexto de origem e as salvaguardaram, são raros. Da mesma forma o são as pesquisas que refletem sobre a dimensão patrimonial destes objetos e as relações desenvolvidas pelos sujeitos e instituições que os colecionam.

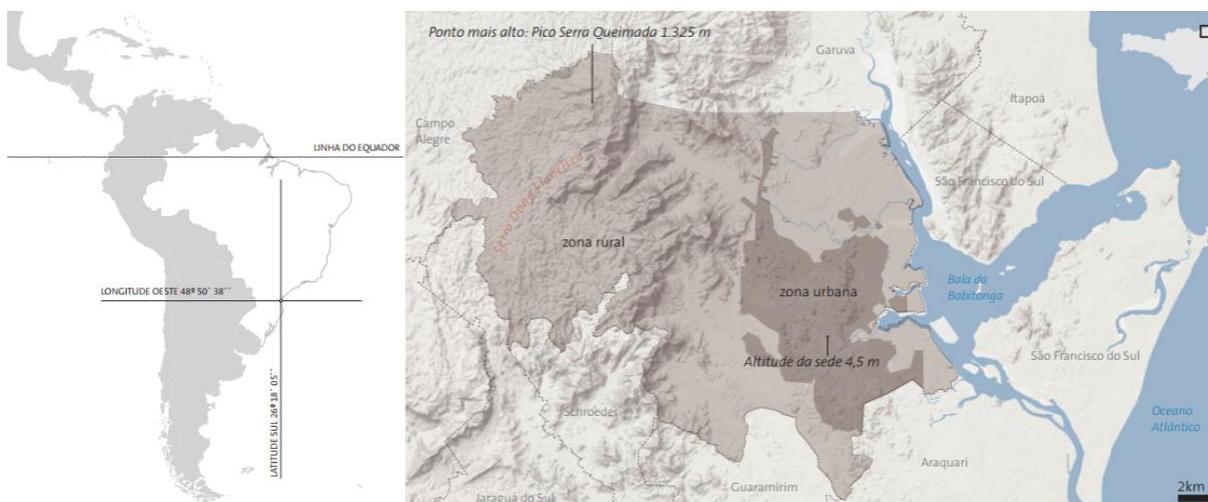
Os resultados sintetizam um amplo universo de pesquisa com artefatos e acervos numismáticos: trabalhos em arqueologia, arqueometalurgia, abordagens de procedimentos tecnológicos de análise de numerários e o estudo de peças que não pertencem à Numismática, tais como selos de cera e medalhas, por exemplo. Este panorama interdisciplinar do campo de pesquisas aponta para a originalidade de um espaço em pleno desenvolvimento. Por outro lado, a presença de trabalhos com peças da Sigilografia, Exonomia e Medalhística reflete uma indefinição conceitual. Este cenário inicial é importante, pois ilustra o desenvolvimento de uma rede de interesses, mas é importante salientar a necessidade do estabelecimento de bases teórico-metodológicas mais firmes. A busca por pesquisas que abordem processos de formação de acervos numismáticos de cédulas e moedas em museus, bem como as produções que se utilizam do dinheiro para a análise de realidades sociais propõem um caminho. Acreditamos que a comunhão dos procedimentos heurísticos e o estudo das moedas em sua dimensão de bem cultural proporcionariam uma maior compreensão destes artefatos no jogo patrimonial.

4. JOINVILLE E O MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO.

4.1 Localização geográfica e dados gerais.

O atual município de Joinville, que teve início como Colônia Dona Francisca em 1851, está localizado no Sul do Brasil, conforme exposto pela Figura 3 e é a cidade mais populosa do Estado de Santa Catarina, com uma população de 569.645 habitantes, grande parte dela distribuída na zona urbana. De igual maneira, destaca-se atualmente, ao estabelecer-se como um polo industrial da região, atrás apenas de Porto Alegre (RS) e Curitiba (PR). No ano de 2016 a cidade ocupou a 28ª posição entre os municípios de maior Produto Interno Bruto do país, com uma receita de R\$ 24.570.851,00 (JOINVILLE, 2017).

Figura 3 - Localização geográfica do município de Joinville.



Fonte: JOINVILLE (2017). Acesso em: 15 mar. 2019.

A região do atual município fora habitada, inicialmente, por povos sambaquianos, cujos registros datam de mais de 5000 anos e, posteriormente, por indígenas Tupis-Guaranis e Jê. A colonização portuguesa do Brasil, iniciada no século XVI, promoveu o fluxo de portugueses para o território americano, proporcionando já no século XVII a ocupação da região, com a fundação do povoado que deu origem ao

município de São Francisco do Sul. Durante todo o período colonial e as primeiras décadas do Império do Brasil, o território onde a cidade de Joinville se encontra, pertencia à jurisdição de São Francisco do Sul e era ocupado por donos de sesmarias, bem como a população negra escravizada por estes indivíduos e indígenas. Apenas na segunda metade do século XIX, com os movimentos imigratórios de colonização, chegaram, principalmente, alemães e suíços. Na segunda metade do século XX a cidade também recebeu migrantes de outros estados brasileiros, em especial o Paraná, e atualmente temos a presença de haitianos e senegaleses (CUNHA, 2003; FICKER, 2008; JOINVILLE, 2017).

Convencionalmente o dia 09 de março de 1851 é celebrado como o marco inicial da atual cidade de Joinville. Esta data, comemorada todo ano, está associada ao desembarque da primeira leva de imigrantes europeus que vieram com a barca Colon.

4.2 A Colônia Dona Francisca e a identidade étnica teuto-brasileira.

A primeira metade do século XIX ficara marcada pela efervescência social na Europa. A Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra no final do século XVIII, repensara as práticas do método produtivo capitalista e, como consequência, provocara um grande deslocamento populacional de indivíduos. A economia feudal, centrada no campo e na relação servil, fora paulatinamente substituída pela produção industrial e estabelecera a cidade como o centro econômico da nova sociedade burguesa em ascensão. Desta forma, muitos indivíduos que não conseguiam mais sobreviver no campo, promoveram um grande êxodo que aumentou a população das cidades em um nível nunca antes visto (HOBSBAWM, 2010).

Nas Américas, a efervescência social também era uma constante. Os movimentos de independência gestaram novas Nações, que buscavam se adequar às novas estruturas econômicas e políticas, à medida que carregavam as marcas de seu passado colonial. No Brasil, recém independente do domínio português, o governo Imperial buscava, através de sua elite política, assegurar a unidade da nova Nação, bem como estabelecer a estrutura do Estado que estava em desenvolvimento. Para tanto, centralizaram o poder nas mãos do jovem Imperador D. Pedro II, cuja

liderança associava-o a um projeto de civilização brasileira, no qual o Estado, em sua competência, asseguraria os rumos do jovem país (FAUSTO, 2006).

A proeminência da produção fabril, em relação às arcaicas relações feudais, colocara a Inglaterra como a principal potência econômica no período. Desta forma, o modo capitalista inglês passara a ser o modelo a ser seguido, bem como lhe conferira condições para impor seu poder em relação a outras Nações. O fenômeno de êxodo rural, inicialmente verificado na Inglaterra, também ocorrera em outros países, como por exemplo, na França. De igual maneira, as relações de vassalagem se reconfiguravam em maior ou menor medida por toda a Europa, em decorrência dos ideais propagados pela Revolução Francesa, contemporânea ao período (HOBSBAWM, 2010).

Herança do período colonial, a economia do Império do Brasil era sustentada por uma dinâmica de exportação de produtos primários, na qual o país vendia para o exterior insumos da agricultura, tais como café, açúcar e algodão. De mesmo legado, esta máquina produtiva, por sua vez, constituía-se a partir do modelo de economia escravista, que alimentava os grandes latifúndios produtores e o tráfico de negros africanos escravizados. Em contrapartida, as importações brasileiras, em sua grande maioria consistiam de produtos secundários, dentre estes, bens de consumo como roupas, louças e sabão, trazidos principalmente da Inglaterra (FAUSTO, 2006).

A Revolução Industrial, promovida pelos ingleses, ditava o ritmo daquilo que era considerado a modernidade. Uma grande produtividade e maior lucro obtido com o valor agregado dos produtos industriais seduziam as lideranças de diferentes países, que promoviam ações conscientes para a transição do modelo econômico. Entretanto, de igual maneira, a Inglaterra exercia sua condição de grande potência e promovia diretamente sua luta contra o tráfico de negros africanos escravizados, pressionando os países que o promoviam (PARRON, 2009). Tal cenário provocou um novo paradigma de interesses econômicos para o Brasil.

Em 04 de setembro de 1850 o Império do Brasil promulgou o fim do tráfico de escravos, através da Lei número 581 também conhecida como Lei Eusébio de Queirós, ao finalmente ceder às pressões inglesas. Líder de um projeto de modernidade centrado na Revolução Industrial, a Inglaterra também se tornara a principal credora do Brasil, o que lhe permitiu exercer uma maior pressão. Com a concessão feita, a economia até então completamente dependente do sistema escravocrata, passara a se adequar aos moldes capitalistas ingleses, flexibilizando as

relações de mão-de-obra assalariada (PARRON, 2009). De igual maneira, com o fim do tráfico, o governo Imperial precisara promulgar outras leis que mantivessem o desenvolvimento da economia brasileira no novo curso que se seguiria.

Neste intuito, o governo desenvolveu uma série de medidas para facilitar o processo de chegada de imigrantes europeus, inicialmente, como uma forma de substituição da mão-de-obra escrava para, num segundo momento, também expandir o empreendimento, com o estabelecimento de colônias de ocupação em diferentes pontos do país, dada a vastidão do território (SEYFERTH, 1994).

A Lei número 601, de 18 de setembro de 1850, também conhecida como Lei de Terras, foi aprovada duas semanas após o ato que promulgou o fim do tráfico de negros africanos escravizados e seu intuito consistia na legalização e ordenamento da propriedade da terra no Brasil. A partir dela, as terras públicas deveriam ser vendidas e não mais doadas, o que colocava um fim nas sesmarias e, de igual forma, legalizava e registrava as propriedades existentes. Apesar de impor determinadas condições para a compra por estrangeiros, a proposta tinha por objetivo dificultar a ocupação desordenada e legalizar o acesso à terra pela compra (COSTA, 1999).

Com a liberação de capitais que antes estavam vinculados ao tráfico de escravos, o Brasil viveu um período de aumento na abertura de negócios e de especulação. Desta forma, também em 1850, o Império do Brasil promulgou o Código Comercial, cuja premissa organizava uma série de documentações dispersas e tinha por objetivo definir e regularizar quais companhias poderiam ser criadas no país (FAUSTO, 2006). Através deste movimento, a economia brasileira abriu espaço para a imigração tanto no campo quanto na cidade.

A primeira colônia estabelecida foi a de Nova Friburgo, no Rio de Janeiro, ainda em 1819. Em seguida à esta, entre às décadas de 1820 e 1840 foram fundados empreendimentos em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Entretanto, os números para esta primeira fase são efêmeros. Retomada após 1845, a colonização fora realizada a partir de terras públicas, em parceria do Império do Brasil com companhias particulares de colonização. Inicialmente estimulada pelos grandes cafeicultores, que buscavam mão-de-obra para as suas lavouras, a política imigratória imperial se tornara a principal modalidade, diante do desinteresse dos grandes proprietários paulistas, que defendiam o grande latifúndio. A iniciativa do governo tinha por objetivo implantar um regime de pequenas propriedades agrícolas

em espaços sem a presença colonizadora que estes Estados possuíam em relação ao restante do país (SEYFERTH, 2002).

As providências realizadas por uma parcela das elites que governavam o Brasil para a reestruturação da economia, além de adequar as relações de trabalho brasileiras ao modelo capitalista inglês, também carregavam um viés ideológico. No projeto de civilização brasileira, a grande presença negra na sociedade, oriunda principalmente do período colonial, precisava ser readequada à realidade da nova Nação, de modo que a imigração europeia provocava, indiretamente, o “branqueamento” da sociedade, que, para alguns círculos do poder estava “africanizada” demais (SEYFERTH, 2002).

Para o segmento da Corte que defendia a política do “branqueamento”, a vinda para o Brasil de indivíduos brancos da Europa seguia uma diretriz clara: acreditava-se que o imigrante europeu carregava o “progresso” e a “civilização”, elementos estes, necessários para a “atrasada” sociedade brasileira. Neste sentido, foram aceitas, por exemplo, a entrada de italianos, poloneses e alemães, em recusa de asiáticos, negros e mestiços, considerados inferiores como “raça” (SEYFERTH, 2002). Entretanto, cabe destacar que a contrapartida europeia também não se deu de maneira espontânea havendo, muitas vezes, principalmente no caso alemão, um direcionamento no caráter migratório (SEYFERTH, 2002).

Na metade do século XIX o atual território da Alemanha era composto por uma miríade de pequenos reinos e ducados ocupados por populações germânicas. O sonho de um único Estado alemão permeava os projetos de muitos intelectuais, políticos e empresários. Neste sentido, criticava-se a fragmentação dos Estados e a dispersão das populações germânicas ao redor do globo, em decorrência das correntes migratórias. Para tais indivíduos, a ausência de uma Alemanha unida a enfraquecia na concorrência comercial, ao passo que a emigração ainda fortalecia seus adversários econômicos (CUNHA, 2003). Era necessário, portanto, um projeto político e econômico que estabelecesse lugares para a população emigrada consumir os produtos alemães, bem como manter seus hábitos e costumes, em ligação direta com a sua pátria mãe.

Empreendimentos capitalistas particulares foram formados para alavancar os projetos alemães. As companhias colonizadoras buscavam estabelecer comunidades homogêneas em novos territórios que fomentariam a proposta nacionalista através da troca comercial de insumos, ao mesmo tempo que produziria grandes lucros para seus

acionistas (CUNHA, 2008; SEYFERTH, 1988). Neste cenário, a Colônia Dona Francisca surgiu como um projeto viável para um grupo de empresários da cidade livre de Hamburgo.

Hamburgo é um município do Norte da atual Alemanha, que goza de grande prestígio econômico em decorrência da sua atividade portuária, vigente desde a Idade Média. Em meados do século XIX, estava estabelecida como uma República independente, com governo, constituição e moeda próprios, além de ser governada por uma forte e articulada burguesia mercantil. Desde o início do século XIX a cidade buscava ampliar suas relações econômicas e, para tanto, visava os recém-independentes países latino-americanos como seus novos parceiros comerciais. Assim, lideranças empresariais, que formavam parte da aristocracia hamburguesa, se articularam a partir de suas posições políticas no Senado da cidade para projetar essa inserção, sendo o Brasil um destes alvos (CUNHA, 2003).

A primeira iniciativa de aliar estes interesses germânicos com as propostas do Estado Imperial brasileiro se deu em 1846, com a criação da “Sociedade de Proteção do Emigrante Alemão para o Brasil”. Entretanto, tal organização teve existência breve, em decorrência de divergências internas e falta de terras disponíveis no Brasil, sendo sua base utilizada como modelo para a “Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo”. Esta segunda organização, da mesma forma, buscava espaços no Brasil para a demarcação de lotes, com o objetivo de fixar colônias teutônicas no país. Neste sentido, o sucesso do empreendimento hamburguês também contou com a sorte, por conta da abertura da possibilidade de aquisição de lotes no Sul do Brasil da recém-destronada família real francesa, após os eventos da Revolução de 1848 (FICKER, 2008).

A Colônia Dona Francisca surgiu do acordo firmado entre Christian Matthias Schröder, mentor da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e Léonce Aubé, representante de François d’Orleans, Príncipe de Joinville e sua esposa, Dona Francisca, irmã do Imperador do Brasil, D. Pedro II. Filho do Rei da França, o Príncipe de Joinville precisava de recursos financeiros, dadas suas perdas patrimoniais após a fuga da família real para a Inglaterra, em decorrência da perda do trono (FICKER, 2008).

No acordo, foram negociadas terras localizadas no Nordeste da Província de Santa Catarina, parte do dote recebido pelo casamento real. Do total de 25 léguas quadradas de terras, foram negociadas 8, sendo reservados para o Príncipe 5

hectares da área urbana e 500 da área rural do futuro empreendimento (FICKER, 2008). Em contrapartida, Schröder garantia a ocupação do espaço com 4000 imigrantes no prazo de dez anos, assegurando-lhes toda a estrutura necessária, tais como alojamentos, igrejas, hospitais, escolas e estradas, em troca do recolhimento de impostos. Também buscava concessões e privilégios diante do governo imperial, como isenção de impostos alfandegários, facilidades para a naturalização de imigrantes e sua isenção do serviço militar (FICKER, 2008). Como é possível perceber, o contrato assegurava uma relativa autonomia da futura colônia, o que permitia o desenvolvimento dos interesses hamburgueses no país.

O projeto de estabelecimento de uma colônia nas terras do Príncipe de Joinville refletia as transformações sociais que o mundo perpassava na metade do século XIX. Ao buscar emigrantes das classes mais baixas como forma de aliviar a crise de superpopulação das cidades, a Companhia Colonizadora de Hamburgo revelava as consequências do desenvolvimento do capitalismo industrial no território germânico, cujo êxodo rural garantiu o fomento à imigração (CUNHA, 2003).

A iniciativa colonial também garantiria diferentes objetivos alçados por determinados segmentos na Corte, pois, além de introduzir o sistema de pequenas propriedades, revisar a estrutura de produção agrária e substituir a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, assegurava a almejada “civilização” diante da “ameaça africana”. Da mesma forma, dispersava contingentes populacionais em regiões sem a presença colonizadora e adquiria o direito à posse do território (CUNHA, 2003).

O empreendimento colonial expressava, assim, dinâmicas da própria sociedade hamburguesa, pois refletia a tênue interligação dos interesses privados na esfera pública. Tal fenômeno era visível através da atuação de Christian Schröder no Senado hamburguês, bem como pela influência do Consulado de Hamburgo no Rio de Janeiro, capital do Império à época (CUNHA, 2003). De igual maneira, fora guiada pela atividade mercantil e o nacionalismo alemão, elementos comuns à cidade de Hamburgo na metade do século XIX. Também culminaria com o estabelecimento de um empreendimento capitalista privado em terras brasileiras, cujo caráter originário lhe conferiria certa autonomia política, dentro das expectativas hamburguesas (CUNHA, 2008).

Os primeiros indivíduos a chegarem para o início do empreendimento colonial se estabeleceram em maio de 1850: colonos contratados com o objetivo de derrubar

a mata virgem e construir as primeiras cabanas para a recepção dos imigrantes. Inicialmente orientados sob a chefia do engenheiro Hermann Günther e a partir de fevereiro de 1851 por Eduard Schröder, filho do Senador Christian, foram abertas picadas na mata, além de serem construídos alguns ranchos e estabelecidas áreas de plantação. Juntamente aos já citados, também viera Leónce Aubé, representante do Príncipe de Joinville (FICKER, 2008).

A primeira leva de imigrantes chegou ao porto de São Francisco do Sul em 6 de março de 1851, dividida em duas embarcações. A barca Colon contava com 118 emigrantes, sendo 75 suíços e 43 germânicos do grão-ducado de Oldenburgo, à época um dos vários Estados independentes que compunham o território de esfera germânica. Já a sumaca Glória dos Anjos, por sua vez, trouxera 74 noruegueses, que decidiram fixar-se em Dona Francisca após uma avaria na embarcação que os levava para São Francisco, na Califórnia. O deslocamento destes primeiros 192 imigrantes de São Francisco do Sul até o núcleo colonial se deu em pequenos barcos, devido à ausência de estradas e a pouca profundidade dos rios da região (FICKER, 2008). Da mesma forma, a condição do relevo, em grande parte circundada por áreas de manguezal, dificultava a construção do almejado empreendimento agrícola no qual a Colônia Dona Francisca fora pensada.

O núcleo colonial estabelecido pelo engenheiro Günther foi instalado em um solo pantanoso e insalubre, de modo que o centro administrativo e seu desenvolvimento nos anos iniciais teve de lidar com as dificuldades que a geografia do terreno proporcionara para a prática da agricultura. De igual maneira, como a maior parte do contingente dos primeiros imigrantes consistia em colonos provenientes do campo, as dificuldades impostas pelo novo ambiente contribuíram para a manutenção de uma pirâmide social desigual, haja vista que tais indivíduos não dispunham de capital para investir em suas terras (CUNHA, 2003). Neste sentido, para poderem angariar recursos ao seu sustento, estes colonos ofertavam sua força de trabalho aos atores mais abastados da Colônia.

Além dos agricultores, a sociedade formada nas primeiras décadas da Colônia Dona Francisca também era composta, segundo Rocha (1997), por outros profissionais, que através das suas atividades econômicas se estabeleciam como atores políticos de grande influência. Eram eles:

- a) os responsáveis pela administração do empreendimento colonial, ou seja, os representantes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo e do Príncipe de Joinville;
- b) indivíduos ligados à atividade agrícola ou extrativista;
- c) os comerciantes, que concentravam a maior parte do excedente econômico da produção da Colônia (ROCHA, 1997).

Encarregada pela fundação e funcionamento da Colônia Dona Francisca, a Sociedade Colonizadora de Hamburgo também detinha, através de seu representante local, a autoridade sobre o funcionamento da ordem pública direta ou indiretamente, condição essa mantida até a instalação da Câmara Municipal, em 1869. Inicialmente, empregara muitos colonos para a limpeza da vegetação e construção da infraestrutura necessária para o funcionamento da Colônia. Após isto, passou a atuar como mantenedora da ordem e copartícipe em empreendimentos maiores, dentre os quais por exemplo, a Estrada Dona Francisca, construída com o objetivo de ser um meio de ligação da Colônia com o planalto Norte (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997).

Os representantes do Príncipe de Joinville, por sua vez, também recrutaram indivíduos para atuarem no desenvolvimento de empreendimentos maiores, tais como, novamente, a Estrada Dona Francisca. Entretanto, realizaram investimentos na grande produção agrícola, além da indústria extrativista, ao explorarem a área concedida ao Príncipe no contrato assinado com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo anos antes (ROCHA, 1997).

Concebida como Colônia agrícola, Dona Francisca teve a pequena propriedade baseada na policultura de subsistência como motor econômico inicial. Desta produção, centrada na mão-de-obra familiar e realizada em processos artesanais, surgiram pequenos empreendimentos que garantiam a subsistência das famílias e geravam insumos para o comércio local. Daqui, podemos destacar alguns exemplos, tais como engenhos de açúcar, arroz, milho, mandioca e araruta, bem como a produção de aguardente, licores, geleia, melado, charutos, derivados de leite, vinhos e banha (FICKER, 2008).

Indivíduos com maior poder aquisitivo, por sua vez, podiam investir seu capital em empreendimentos de maior porte, garantindo assim uma maior lucratividade e prestígio social. Deste grupo, podemos encontrar exemplos na extração da madeira e em propriedades agrícolas de maior porte, tais como a fazenda Poschaan, produtora de cana-de-açúcar, batata, aipim e milho, além das propriedades da família real

francesa, como a Fazenda Poço do Cortume, do Duque de Aumale, irmão do Príncipe de Joinville, responsável pela venda de cachaça e tábuas para o Rio de Janeiro, bem como a Serraria do Príncipe, que exportava madeira para o Rio de Janeiro, Porto Alegre e Montevideo (ROCHA, 1997). Todos estes grandes negócios empregavam uma quantidade razoável de pessoas, além de fornecer-lhes infraestrutura de trabalho, porém, para a maioria dos colonos os indivíduos com maior impacto na dinâmica econômica da comunidade pertenciam à classe dos comerciantes.

Em meados do século XIX, a Colônia Dona Francisca tinha a cidade de São Francisco do Sul como seu meio de interconexão com o restante do mundo. Anteriormente à construção da Estrada Dona Francisca, os meios de transporte e de comunicação entre as duas localidades eram feitos pelas vias fluviais que as conectavam. Desta forma, a precariedade da infraestrutura da Colônia provocava altos custos para os produtores rurais que desejavam encaminhar sua produção ao porto de São Francisco do Sul, mas que não possuíam capital para tanto. Para auxiliar no escoamento deste excedente agrícola existiam os “vendeiros”, figura conhecida entre os colonos e que, geralmente, possuía uma casa comercial no centro da Colônia (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997).

Normalmente os agricultores vendiam sua produção ao comerciante que, por sua vez, encaminhava a mercadoria para São Francisco do Sul. Entretanto, outra atividade também era realizada: o escambo. Esta prática comercial, comum desde o período colonial brasileiro, consistia na troca do excedente dos produtores rurais por outras mercadorias ofertadas pelo negociante, geralmente necessários para a sua subsistência, tais como sal, tecidos e louças, assim como para a sua atividade agrícola, tal qual ferramentas e utensílios. Conhecida como o sistema de “colônia-venda” na região, teve grande importância para o desenvolvimento econômico da Colônia Dona Francisca em seus anos iniciais (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997).

Em decorrência desta dinâmica econômica em particular, os comerciantes passaram a acumular a maior parte do excedente econômico da pequena produção mercantil na Colônia Dona Francisca, ao assegurarem o escoamento da madeira e dos produtos agrícolas, bem como ao garantirem a importação de produtos da Europa. Por conta desta posição, estes indivíduos obtiveram o controle sobre a distribuição e o preço das mercadorias, fenômeno que inicialmente se dava em conjunto, mas em seguida tornou-se monopólio do comércio e passou a contar apenas com o aval da direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo (ROCHA, 1997).

A dinâmica econômica estabelecida manteve os colonos sob uma relação de dependência dos comerciantes desde o início da Colônia até o fim do século XIX, ao praticarem preços abusivos, cobrarem juros exorbitantes e controlarem o escoamento da produção econômica da região. Tamanho prestígio social permitira aos “vendeiros”, inclusive, a emissão de títulos de crédito paralelos à moeda corrente, ferramenta esta que garantia a manutenção das trocas econômicas, porém intensificava a relação de dependência com os agricultores e a posição dos comerciantes na sociedade da Colônia (CUNHA, 2003). Tal situação, elegera, ainda nos primórdios da colonização, alguns indivíduos a posições de poder na Colônia.

Historicamente, a obtenção da cidadania brasileira se dá pelo princípio do *jus soli*, no qual este direito é concedido para aqueles indivíduos nascidos em território nacional. Entretanto, para outros grupos esta relação pode ocorrer de outras maneiras. A concepção do *jus sanguinis* compreende a descendência biológica como denominador comum de pertencimento étnico e, conseqüentemente, de afiliação cidadã (SEYFERTH, 2000). A dinâmica imigratória brasileira, impulsionada neste mesmo período, promovera um grande fluxo de indivíduos e, por conseguinte, criara um ambiente propício para o choque entre as duas noções de princípio identitário. A tônica deste debate movimentou o assentamento daqueles imigrantes em seus empreendimentos coloniais.

O preceito nacional, em primazia, compreende um conjunto de estruturas políticas que, por sua vez, produzem sentidos em uma determinada comunidade. Deste conjunto demarcam-se características e geram-se afinidades. Assim, é possível dizer que a identidade nacional surge da reunião de símbolos e representações de uma dada identidade cultural particular, cujo dispositivo discursivo delineia, acima de tudo, a diferença deste contingente em relação aos demais. A ideia de etnicidade possui princípio semelhante e sua construção pode preceder a formação do Estado Nacional, muitas vezes sendo utilizada como meio agregador em torno de um projeto nacionalista (SEYFERTH, 2002). A formação da identidade étnica teuto-brasileira segue esta dinâmica e, para tanto, leva em consideração uma série de particularidades inerentes ao processo de imigração e estabelecimento de núcleos coloniais, em especial, a partir da segunda metade do século XIX.

O modelo de colonização empregado pelo Estado Imperial brasileiro, em geral, teve como sistemática a ocupação de terras devolutas em regiões de baixa presença colonizadora e sujeitas a disputas fronteiriças com outros países. Neste sentido, a

premissa de povoamento promoveu a predominância da pequena propriedade familiar com maior destaque no Sul do Brasil. De igual maneira, a relativa autonomia concedida aos empreendimentos permitiu a formação de organizações comunitárias étnicas, cujo desenvolvimento culminou com a formalização de um princípio de etnicidade. Esta dinâmica produziu um sistema cultural particular, em meio ao processo de estabelecimento identitário brasileiro (SEYFERTH, 2002). A gênese desta estrutura cultural teuto-brasileira extrapola, inclusive, os próprios contornos do modelo colonizador.

Concebida pelo Estado Imperial brasileiro, tendo como base o modelo de ocupação por colônias agrícolas, em seus primórdios tais locais se restringiam a pequenos centros urbanos que, em geral, se destinavam a troca comercial e localização de determinadas estruturas organizacionais da localidade. Entretanto, para a identidade étnica teuto-brasileira, a ideia de colônia compreendia um formato territorializado de uma comunidade que, em comum, abrange indivíduos de diferentes núcleos coloniais e, ainda, fluxos migratórios internos que se destinaram a grandes centros urbanos do país (SEYFERTH, 2002). O fator étnico, que compõe o princípio da etnicidade, interligara os sujeitos por meio de uma identificação comum de cultura alemã, bem como ainda do processo compartilhado de imigração.

O sistema de crenças e representações culturais tem como central a ideia de uma nação alemã, sustentada por um conjunto de propriedades primordiais de comunalidade, dentre as quais se destaca a noção de parentesco étnico. Esta dimensão de identificação coletiva fora manifestada pelas primeiras gerações de imigrantes através do termo *Deutschtum* ou germanidade, conforme o princípio nacionalista romântico alemão do início do século XIX. Esta autodesignação se expressa por uma série de aspectos que compreendem, principalmente, a língua comum e por concepções de hábitos e uma cultura compartilhada, cuja convergência étnica os vincula à pátria de origem e seu passado (SEYFERTH, 2002). O elemento agregador de todas estas características partilhadas entre os sujeitos está baseado no princípio do *jus sanguinis*.

O discurso acerca do *Deutschtum* envolve um conjunto de características irreduzíveis que visa a formação de uma comunidade nacional entre todos os alemães. Neste ideal estão inseridos os imigrantes e seus descendentes etnicamente classificáveis, desde que mantidas suas características germânicas. O vínculo com a pátria de origem tem pela cultura a sua expressão de maior força: o uso da língua

alemã, a continuidade de usos, costumes e uma ética do trabalho, além do desenvolvimento de instituições comunitárias e associações culturais e recreativas em território estrangeiro, cujos objetivos tem, por primazia, a divulgação desta etnicidade. Nas colônias, onde se compartilham costumes e práticas, tal fenômeno se intensifica e a distância geográfica acrescenta um elemento biológico de ascendência como princípio de autoidentificação, como uma forma de definir uma linhagem umbilical com o território emigrado (SEYFERTH, 2002). Neste sentido, é possível afirmar que o processo de colonização atingiu contornos próprios na construção discursiva de uma identidade étnica para a população alemã

A imigração e o conseqüente assentamento em territórios desconhecidos para os indivíduos envolvidos, como processo histórico produziu um regime de hibridismo cultural entre o que fora trazido e com aquilo que então se descobria. Entretanto, este mesmo movimento de deslocamento também se tornara símbolo, diferenciando estes sujeitos em relação aos alemães remanescentes na Europa e aos brasileiros. Para tanto, a historiografia da colonização se construíra, inicialmente, como epopeia, através da representação de pioneiros que desbravaram uma mata selvagem e ali instalaram a civilização e o progresso. Neste discurso, a vocação alemã para o trabalho, presente no conceito de germanidade, é utilizada para vencer a natureza hostil do desafio colonial (SEYFERTH, 2002). De igual maneira, a própria ausência do poder público brasileiro também fora acrescentada à esta narrativa.

Os imigrantes pertencentes às primeiras gerações que participaram da fundação de colônias, dentre as quais Dona Francisca, receberam lotes em situação precária, assim como tiveram que fornecer sua mão de obra para a construção da infraestrutura necessária para o seu funcionamento efetivo. A eventual baixa presença de brasileiros condicionou a estes indivíduos o papel de edificar as primeiras residências, a abertura das estradas e demarcação dos lotes. Desta forma, tais dificuldades tornaram-se, dentro do discurso étnico, um símbolo da ética do trabalho protestante associado ao povo germânico. Tal eficiência considerada inata e propalada pela narrativa que compreende o ideário do processo civilizador, culminara com a ideia de uma nova pátria construída no Brasil. Esta ligação identitária, entretanto, vincula-se com o território, pois a colônia mantém sua germanidade através do compartilhamento cultural entre os membros da comunidade (SEYFERTH, 2002). Esta condição manifesta-se, entre outros casos, pela edificação de igrejas, escolas, hospitais, associações recreativas e culturais.

A obrigação de responsabilidade provedora pela instalação e tutela das estruturas de assistência social, repassada pelo Estado brasileiro para as administrações coloniais que chefiavam os empreendimentos, permitiu o desenvolvimento de uma complexa estrutura de auxílio-mútuo mantenedora e propagadora do ideário comunal germânico. No âmbito religioso, a formação de comunidades de fé luterana reforçava seu diferencial em comparação à sociedade brasileira predominantemente católica. De igual maneira, sociedades de canto e de atiradores promoviam espaços de lazer e sociabilidade para os imigrantes. A primeira priorizava as atividades musicais, teatro e de canto, enquanto que na segunda se sobressaíam as práticas esportivas. Ambas possuíam desde sua gênese uma relação com o movimento romântico alemão do início do século XIX e dado seu simbolismo identitário, propagaram-se por todas as regiões onde se estabeleceram núcleos coloniais germânicos (SEYFERTH, 2000; 2005). Nestes espaços os valores são preservados e apresentados para novos membros.

A autonomia na construção e manutenção de escolas elementares também adquirira papel importante na especificação das particularidades étnicas. Por elas, as futuras gerações mantinham uma vinculação com o seu passado cultural, especialmente através do ensino da língua alemã. De igual maneira, a intensidade cultural se manifestava no ambiente doméstico, geralmente por meio da figura feminina, cuja transmissão da língua e dos costumes eram também delegados (SEYFERTH, 2005). A criação de um ambiente distintivamente alemão no território brasileiro permitia com que seus membros, principalmente aqueles que imigraram, mantivessem sua germanidade longe de sua pátria. Tal ligação se fazia pelo aspecto cultural, através do uso de língua, costumes e hábitos nativos.

Considerando os princípios do *Deutschtum*, existentes nessas regiões, a denominação de colônia alemã, para os membros que as formavam, expressava uma dinâmica muito além da mera procedência de seus moradores. Em seu cotidiano, compreendiam diferenças linguísticas, religiosas e de hábitos, compatíveis ao modo de vida camponês de organização comunitária. Desta forma, o caráter hermético da formação destes núcleos e sua intermitente relação com a sociedade nacional em seus primórdios, promovera a formalização de uma identidade teuto-brasileira, cuja duplicidade visava a cidadania, porém mantendo a cultura germânica como valor primário (SEYFERTH, 2000; 2002). Este cenário, iniciado com os empreendimentos

instalados durante o período correspondente ao Império do Brasil, intensificara sua emergência com o advento da República.

A eclosão das etnicidades nos primeiros anos do período republicano compreende um conjunto de fatores. Primeiramente, o desenvolvimento urbano e o incremento populacional de núcleos coloniais mais antigos permitiram a sua ascensão como municípios, condição esta que asseverara sua autonomia política. De igual maneira, o aumento da entrada de contingentes nacionais promovera um maior contato interétnico até então diminuto. A própria obtenção da cidadania brasileira fora concedida em larga escala a partir da aprovação da primeira Constituição republicana. Este contexto de grande movimentação socioeconômica e política, em grande parte impulsionado também pelo maior intercâmbio entre os teuto-brasileiros e nacionais, fortalecera a necessidade de valorização das características de ambos os grupos. Em relação aos alemães, a organização comunal que delineou a particularidade das colônias anteriormente passou a ser acionada como símbolo identitário de caráter distintivo ao pertencimento brasileiro. Para a contraparte, tal postura passara a fecundar um sentimento assimilacionista das culturas alienígenas presentes no território (SEYFERTH, 2000).

O discurso nacionalista vigente durante a Primeira República preocupava-se com o enquistamento de populações estrangeiras no país. De igual maneira, culpava-se o Império por desenvolver uma política de imigração displicente, que permitira a formação destes núcleos alheios à Nação. Tal realidade, construída pela exclusão social destes contingentes populacionais, paulatinamente passara a se tornar um problema de segurança nacional, principalmente para a parcela da elite brasileira cujo discurso nacionalista baseava-se em um princípio racial. Este cenário agravou-se com a Primeira Guerra Mundial e a declaração de estado de guerra ao Império Alemão, em 1917. A saída de Lauro Müller, filho de imigrantes, da chefia do Ministério das Relações Exteriores e a intervenção em jornais e associações são alguns exemplos do aumento dos ideais assimilacionistas (SEYFERTH, 2000; 2005).

Mesmo com o fim da intervenção estatal e a retomada das atividades após o fim da guerra, o confronto entre etnicidade e nacionalismo se mantivera. Esta dicotomia, configurada entre os nacionais e sua diferença considerada estrangeira, parte de uma compreensão que acredita na incompatibilidade dos princípios de cidadania pautadas pelo *jus solis* e *jus sanguinis*. O aumento de reivindicações das populações comunalmente organizadas pela cidadania brasileira colocara a

percepção identitária simultânea no centro do debate, cuja contrapartida nacionalista, relutante ao desejo de manutenção do enquistamento populacional, considerava tais grupos como inqualificáveis à filiação nacional (SEYFERTH, 2000). Para os nacionalistas, o direito à cidadania seria concedido apenas após o abasileiramento destas comunidades.

O fim da Primeira República em 1930 e a ascensão do grupo político liderado por Getúlio Vargas manteve o mesmo discurso do regime derrubado e, deste modo, culpa seu antecessor pela ineficiência no tratamento das comunidades estrangeiras. Período de profundas crises e consternação social, o final da década de 1920 e toda a década de 1930 assistira os reflexos da crise do liberalismo no mundo, cujas nuances também se manifestaram no Brasil. O processo de consolidação da figura de Vargas no poder centrara suas atenções na formulação de um projeto antiliberal que garantisse o incentivo à produção e a consolidação do controle efetivo dos trabalhadores. Para tanto, buscava enfrentar o ideário comunista e desenvolver um sentimento de nacionalidade comum a toda a população. Tal proposta tinha como primazia a utilização do Estado de maneira intervencionista e atingira seu ápice com a ditadura iniciada em 10 de novembro de 1937, conhecida popularmente como Estado Novo (COELHO, 1993; SEYFERTH, 2000; SILVA, 2004).

O modelo de Estado defendido levava em consideração a sua reestruturação como forma de integração das diferentes ideias antiliberais que surgiram ao longo da década de 30. Suas novas bases visavam estabelecer um empreendimento mais eficiente que o liberal sendo que, para tanto, racionalizaria a ação política em busca de uma hegemonia perante todos os setores da sociedade. A questão identitária seria um destes mecanismos de cooptação e considerada elemento central no programa de governo varguista. Os núcleos coloniais na região Sul do país, já consolidados como municípios, constituíam-se à época como comunidades étnicas dentro do território brasileiro. O duplo pertencimento era vivenciado sem maiores conflitos até a emergência do Estado Novo, de modo que se festejavam datas comemorativas e heróis de ambas as nações. Entretanto, tal particularidade voltara a ser relacionada com maior intensidade à noção de quisto a partir da metade da década de 1930, muito em decorrência do aumento das atividades do Partido Nazista no Brasil. Neste sentido, a compreensão da cidadania teuto-brasileira passara a ser rechaçada pelo governo com maior força (SEYFERTH, 2000; 2005).

A atitude do Estado Novo contra as manifestações étnicas consideradas incompatíveis com o projeto de brasilidade em curso seguiu a mesma retórica jurídica implementada a partir da Constituição de 1937. A recém estrutura legislativa, instalada em conjunto com o governo ditatorial, atuara através da movimentação constante de decretos-lei, demarcando a força do Executivo nas ações. Entre 1938 e 1945 as leis nacionalizadoras visavam homogeneizar todas as práticas culturais e políticas, eliminando qualquer fronteira existente. No que diz respeito aos núcleos germânicos do Sul do país, a intensidade da execução fora maior, dada a considerável resistência destes grupos as leis nacionalizadoras. Considerados alienígenas no jargão oficial, imigrantes e descendentes precisavam criar um vínculo maior com o país, de modo que, para tanto, o governo negara a legitimidade de tais etnicidades. O exército fora entidade fundamental na efetivação desta prática, entendendo que a civilidade patriótica seria o caminho para um Brasil uno, independente e forte (SEYFERTH, 1997; SILVA, 2004). O confronto entre as concepções de *jus solis* e *jus sanguinis* se tornara assunto de Estado, que militarmente assumira uma campanha para extirpar as diferenças.

O cenário internacional também contribuía para o agravamento das tensões. Além da já vigiada atuação do Partido Nazista e as acusações daí provenientes, utilizadas contra as populações germânicas, a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial em 1942 ao lado dos Aliados, era considerada pelas autoridades repressoras como uma condição a mais para o excesso das ações de vigilância e aplicação da lei. O incremento do policiamento ostensivo e a realização de prisões arbitrárias eram combinadas com humilhações públicas que, em conjunto ao cerceamento de atividades produtivas e intervenção em associações esportivas e culturais, contribuíram para a efetivação de um tenso cotidiano em todas as regiões ocupadas pelo exército (SEYFERTH, 1997). Em Joinville, assim como em outras localidades na região Sul do Brasil, a atuação do Estado Novo não fora diferente.

A população joinvilense no final da década de 1930 contava com um total de 40.683 habitantes, sendo que destes, 1.132 eram estrangeiros. Mesmo que deste número a maioria ainda fosse de alemães, neste caso 844 pessoas, no geral a cidade compreendia descendentes dos imigrantes do século XIX (SILVA, 2004). Entretanto, mesmo composta por nacionais, considerando-se a cidadania a partir do *jus solis*, Joinville mantinha seu cotidiano através de feições germânicas, manifestada especialmente pela utilização da língua alemã no ensino, imprensa, comércio,

espaços de lazer e sociabilidade, bem como nas casas de seus moradores. O idioma compunha a essência da vida social e o ambiente cultural da cidade, pois expressava a etnicidade de seus habitantes. Desta forma, não aceitando a manifestação cultural do princípio de binacionalidade expressa pela ideia do *jus sanguinis*, perpetuada pelos teuto-brasileiros, o governo exerceu sua ação nacionalizadora sobre os meios culturais e de sociabilidade (COELHO, 1993; SILVA, 2004).

Em nível nacional, exemplos marcantes da atuação ostensiva do Estado sobre as manifestações linguísticas estrangeiras são os vários decretos-lei criados na década de 1930: o Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que exigia o ensino em língua nacional e proibia a circulação de revistas e livros em língua estrangeira, assim como decretara o fechamento das escolas estrangeiras no país; o Decreto-Lei nº 1.545, de 15 de agosto de 1939, que instruía os Secretários Estaduais de Educação para a construção de escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira e o Decreto-Lei nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939, que aplicava a censura federal sobre o material didático e livros escolares. Estas ações eram administradas pelos interventores nos estados e municipalidades de maior vigilância e aplicadas pelo exército no cotidiano das pessoas. Em Santa Catarina, Nereu Ramos fora responsável pela implementação do Decreto-Lei nº 88, de 31 de março de 1938, que estabelecia as normas relativas ao ensino primário nas escolas catarinenses. Em suma, tornava obrigatório o uso da língua nacional em todas as instituições de ensino (SILVA, 2004).

A proibição do alemão e as consequências da aplicação arbitrária da Lei foram de grande impacto em Joinville. Habituada em ter seus referenciais orientados pela etnicidade de seus moradores, instituições escolares, sociedades de canto, o teatro, a imprensa falada e escrita, assim como outras manifestações de ligações afetivas e comunitárias da população, sofreram com toda uma estrutura de processos impositivos e proibições, cuja dimensão opressiva da língua portuguesa em detrimento da contrapartida germânica, questionara e classificara como um problema as identidades dos indivíduos. Os valores alemães componentes do sentimento de germanidade, continuamente estimulados, vividos e cultuados desde a gênese dos núcleos coloniais, passaram a ser contrariados em uma proporção nunca antes sentida por estes sujeitos (COELHO, 1993; SILVA, 2004).

A 5ª Região Militar supervisionada pelo General Meira de Vasconcelos e auxiliada pelo então 13º Batalhão de Caçadores ficara responsável pelas ações da Campanha de Nacionalização em Joinville. A atuação militar na restrição da língua e

cultura alemã afetara a população em sua vivência cotidiana nos mais diferentes espaços. Além da escola, nas empresas, no comércio, nas ruas, praças e mesmo nas residências, fora construído um regime sistemático de silenciamento, cujos indivíduos tementes a delações e possíveis prisões ou apreensões arbitrárias, se resguardavam do direito de sua língua nativa, mesmo que não soubessem uma única palavra em português. A imposição de um novo sistema de valores a serem incorporados pela sociedade brasileira se utilizava da censura e da coerção para se efetivar. Desta forma, objetos pessoais que possuísem mensagem em alemão e pertencentes à dimensão íntima dos indivíduos foram escondidos, histórias individuais esquecidas e hábitos socioculturais extinguidos. A maioria da população, receosa por represálias, se mantinha aprisionada em suas residências (COELHO, 1993; SILVA, 2004).

O período correspondente à Campanha de Nacionalização, findada com a própria queda do Estado Novo, em 1945, fora um tempo de grandes restrições para a vida de muitas pessoas. A manifestação da língua alemã, componente central da identidade teuto-brasileira e exteriorizada em hábitos, costumes e espaços de lazer e sociabilidade, sofrera duros golpes, cujas cicatrizes dificilmente foram recuperadas por completo. Durante sua vigência, a dinamicidade da vida nas cidades, em que o exército ocupara as ruas, fora estagnada e despertara um forte sentimento de injustiça nas populações que a ela foram submetidas. Os reflexos de sua atuação inscreveram sentidos e significados na memória de homens e mulheres, assim como ressignificara a relação destes com as suas etnicidades, condicionando-as, em um primeiro momento, para uma condição traumática. Entretanto, a memória desta experiência é plural, assim como as inúmeras transgressões a ação nacionalizadora perpetuadas pelos cidadãos joinvilenses (SILVA, 2004). Mais do que uma forma de sobrevivência, estes atos culminaram com a emergência de um novo discurso de identidade étnica, potencializado pela organização dos festejos em celebração ao Centenário da cidade de Joinville.

4.3 A criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

A experiência vivida durante os anos sob as Leis nacionalizadoras que alteraram o cotidiano e os modos de vida da população joinvilense promoveu, a partir

da sensação traumática que fora causada, uma rememoração em torno da condição histórica que desenvolvera o sentimento da etnicidade teuto-brasileira na cidade. A marca da injustiça ditara a narrativa posteriormente difundida por aqueles que atuaram na cidade nos anos posteriores ao fim do Estado Novo e, em sua comoção pessoal com o fenômeno, a autodefinição de vítimas de um processo arbitrário permeara um complexo sistema de ações de preservação memorialística. Dentre estas, a primeira delas sugeriria os rumos que as demais seguiriam nos anos subsequentes: a organização dos festejos em celebração ao Centenário da cidade de Joinville (SILVA, 2004). Os ideais étnicos do pioneirismo germânico e sua vocação para o trabalho e o progresso seriam os meios de enaltecer a vitória teuto-brasileira na história.

Os anos que se seguiram ao final da Segunda Guerra Mundial estabeleceram as bases que sustentavam a relação étnica vivida com a imigração para a história de Joinville. O primeiro destes atos foi a criação da Sociedade Amigos de Joinville, em 1946. Com interesse manifesto desde os últimos meses de 1945, a entidade que se reunia na sede da Sociedade Harmonia Lyra, fora simbolicamente fundada em 09 de março de 1946, data de comemoração dos 95 anos de Joinville, para organizar os festejos do Centenário a ser comemorado em 1951. Seus membros de maior projeção consistiam em indivíduos de descendência teuto-brasileira em grande parte, mas também contava com algumas personalidades de origem lusa (SILVA, 2004). A diretoria que ocupara os cargos da Sociedade nos dois biênios que permearam o Centenário era composta:

Diretoria biênio 1948-1950: Albano Schulz – Presidente, Jaroslau C. Pesch – Tesoureiro, Floriano Francisco da Silva – Secretário, Sizinando Assis – 2º Secretário, Amandus Ravache – 2º Tesoureiro, Raul Fagundes – Secretário Executivo, Jacob Weitz – Cobrador, Helmut Falgatter – Presidente da Comissão das Exposições – Adolfo Trinks – Presidente da Comissão dos Festejos, Arnoldo Wetzel e Hans Lange – Comissão de Construção.

Diretoria biênio 1950-1952: Albano Schulz – Presidente, Arnoldo Wetzel – 1º Vice-Presidente, Plácido Olímpio de Oliveira – 2º Vice-Presidente, Floriano Silva – 1º Secretário, Sizinando Assis – 2º Secretário, Jaroslau C. Pesch – 1º Tesoureiro, Amandus Ravache – 2º Tesoureiro, Marinho de Souza Lobo – Orador Oficial, Raul Oliveira Fagundes – Secretário Executivo (SILVA, 2004, p. 62).

Muitos dos indivíduos que compuseram as duas diretorias que administraram as ações para o Centenário de Joinville pertenciam a uma elite política e econômica local. Marinho de Souza Lobo e Plácido Olímpio de Oliveira, por exemplo, ocuparam cargos no Executivo e no Legislativo ao longo de suas carreiras políticas. De igual

maneira, Albano Schulz fora duas vezes vereador pela cidade, assim como Helmut Falgatter, empresário que futuramente ainda fora prefeito na década de 1960. Arnoldo Wetzel e Adolfo Trinks, descendentes de imigrantes, também compunham a parcela vinculada ao meio empresarial joinvilense. Todos eles tinham, em comum, o interesse do desenvolvimento econômico da cidade (SILVA, 2004). Para tanto, precisavam estabelecer um plano conjunto que culminasse como uma resposta da população joinvilense à efeméride que se aproximava.

A Sociedade Amigos de Joinville, na sua essência, era uma união entre as elites lusa e teuto-brasileira da cidade para o delineamento dos elementos que se expressariam nas comemorações do Centenário de Joinville. Em todas as ações tomadas as intenções entendiam o momento após a Campanha de Nacionalização, bem como possíveis diferenças étnicas afloradas, como um momento a ser esquecido e as relações amenizadas. Tal premissa visava abafar a atmosfera traumática que se formara anos antes. Fenômeno recente, a Campanha de Nacionalização, através do seu esquecimento, potencializaria uma nova visão acerca do período colonizador: o princípio étnico alemão seria substituído pela vocação trabalhadora dos imigrantes e seus descendentes (SILVA, 2004). O passado próximo se manteria quieto, enquanto que a memória distante dos pioneiros projetaria o progresso joinvilense.

A força de trabalho de Joinville fora retratada através do sucesso econômico dos empreendimentos locais, constantemente propagandeados durante a comemoração dos festejos. Entretanto, este potencial até então vinculado ao caráter germânico da cidade, passara a atuar em serviço do bem-estar da nação brasileira. Ser vista como um polo industrial e, acima de tudo patriótico, era um imperativo para as lideranças que formavam a elite da cidade. Através da vicejante brasilidade joinvilense, associada ao capital industrial, estes indivíduos retomariam o poder recentemente perdido. Desta forma, o modo em que foram direcionados os discursos que compuseram o Centenário de Joinville revelam a forma em que as lideranças teuto-brasileiras encaminharam suas mudanças na maneira de se relacionar com os brasileiros e o poder político em escala estadual e nacional (SILVA, 2004).

Na década de 1950, a cidade de Joinville possuía pouco mais de 46.000 habitantes e despontava no Estado como um polo industrial através da reunião de empreendimentos quase centenários e outros tantos recentes. De igual maneira, o Poder Executivo Municipal estivera com descendentes de teuto-brasileiros nas duas legislaturas que permearam o Centenário: João Colin durante 1947-1950, Emílio

Stock Júnior entre 1950-1951 e Rolf Colin em 1951-1956. A posição ativa na política da cidade, bem como sua pujança econômica, criara condições para a construção de uma resposta teuto-brasileira ao recente momento em que a estrutura de poder fora extirpada arbitrariamente. Neste sentido, apesar de buscar uma amenidade nas relações após o trauma, a memória da Campanha de Nacionalização e seus efeitos seriam mobilizados em tom de indignação pela elite teuto-brasileira e como catalisador de uma altivez em comparação ao restante do país, fruto de uma história pretérita (SILVA, 2004).

A mobilização popular e a reunião de investimentos público-privados, em grande parte articulados pela Prefeitura Municipal, tiveram uma efetiva participação nos projetos estabelecidos para os festejos. Um álbum comemorativo fora lançado, desfiles cívicos e festejos duraram dias, clubes anteriormente fechados pelas Leis Nacionalizadoras foram reabertos e um filme fora feito para registrar todas as movimentações. O Centenário de Joinville canalizara a celebração do imigrante e permitiu com que a elite local construísse uma memória sobre todo o período. Nesta operação entrecruzaram-se temporalidades e histórias, aproximando o período colonizador com o recorte recente da Nacionalização. De igual maneira, expressava os sentimentos dos sujeitos que a produziram, visto que, muitos destes que passaram pelo trauma eram descendentes das linhagens familiares exaltadas. A memória dos antepassados era associada ao patriotismo de seus filhos no presente (SILVA, 2004). E, para manter esta chama acesa após os festejos, a década de 1950 em Joinville vivenciara uma série de esforços que culminaram com a formação de monumentos à esta narrativa, dentre os quais, o Museu Nacional de Imigração e Colonização.

A criação de um museu para retratar a ocupação imigrante no Sul do Brasil foi proposta pela primeira vez em 2 de junho de 1949 pelo deputado da União Democrática Nacional Max Tavares d'Amaral. O projeto de Lei nº 390 objetivava a fundação de uma instituição que recolhesse e salvaguardasse documentos que recordassem a imigração e colonização não-lusitanas no Estado de Santa Catarina. Nascido em 1906 no município catarinense de Itajaí, tivera atuação política por Blumenau, local que se estabelecera após o casamento firmado com uma das filhas do clã vinculado à Companhia de vestuário Hering. Entretanto, o autor do projeto propusera o município de Joinville como o local para a designação do espaço. Sua intenção visava valorizar a história da imigração alemã ao Vale do Itajaí, bem como os festejos do Centenário de Blumenau, realizados em 1950. Joinville sediaria a

proposta do Museu por contar com uma edificação própria para tal e de grande valor histórico: o Palácio dos Príncipes (MACHADO, 2019).

Figura 4 - Entrada principal do Palácio dos Príncipes.



Fonte: WIKIMEDIA COMMONS (2012). Acesso em: 15 out. 2019.

Edifício tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, inscrito nos livros do tombamento Histórico e de Belas Artes no ano de 1939, apesar do nome, nunca fora destinada como moradia à realeza. Construído entre 1867 e 1870, recebera a denominação de *Maison de Joinville*, pois abrigaria a sede do Domínio Dona Francisca, então posse dos Príncipes de Joinville. Posteriormente, em 1957, fora adquirido pela Prefeitura Municipal de Joinville para abrigar o Museu (MACHADO, 2019).

Max Tavares d’Amaral representava os interesses da família que pertencia, dado seu casamento com Isolde Hering e, na defesa do projeto, se baseava na tese de que os portugueses, por conquistarem o território brasileiro não poderiam ser considerados imigrantes, mas sim povoadores, restando para as denominações étnicas que posteriormente chegaram ao país tal condição. Desta forma, a criação de um Museu para estas culturas permitiria a ascensão de um espaço próprio para a preservação, o estudo e o desenvolvimento de pesquisas sobre os grupos que colonizaram diferentes regiões no Sul do Brasil. Entretanto, apesar de receber pareceres favoráveis, o projeto foi arquivado no final da legislatura de 1950, por falta de uma devolutiva oficial do Ministério da Fazenda (MACHADO, 2019).

Em 1953, outro deputado da União Democrática Nacional, o já mencionado anteriormente Plácido Olímpio de Oliveira, ex-prefeito de Joinville e um dos organizadores dos festejos do Centenário da cidade, apresentou o Projeto de Lei nº 3.055, cuja base, quase que em sua literalidade, tinha a proposta de Max Tavares d’Amaral como origem. Representando os interesses da elite teuto-brasileira joinvilense, a proposta visava a preservação de vestígios das culturas imigrantes como uma forma de integrar as populações divididas anos antes pela ação nacionalizadora. De igual maneira, o Palácio dos Príncipes e sua coloquial vinculação à família imperial brasileira, em especial na figura da princesa Francisca Carolina, seria um símbolo ideal do elemento de brasilidade em uma cidade germânica (MACHADO, 2019).

A proposta apresentada em nova legislatura, diferentemente da primeira versão defendida por Max Tavares d’Amaral, sofrera críticas e alterações por parte de um de seus relatores na Câmara dos Deputados: José Pereira Coelho de Souza, representante sul rio-grandense pelo Partido Libertador e agente da Campanha de Nacionalização anos antes em seu estado. Para ele, a ideia do Museu deveria compreender os quatro estados meridionais do Sul do país, ao incluir São Paulo e a imigração para o latifúndio cafeeiro agroexportador. Para tanto, retirara o termo “colonização” do nome do Museu, o que diluiria os interesses teuto-brasileiros da proposta. De igual maneira, o relator defendia um espaço dedicado aos imigrantes que foram aculturados pelas Leis Nacionalizadoras e aderiram à brasilidade. Entretanto, apesar das ressalvas, os pareceres foram favoráveis, porém por não ter sido colocado em votação no plenário, a proposta foi arquivada no final da legislatura de 1954 (MACHADO, 2019).

Afonso Arinos de Melo Franco, outro deputado da União Democrática Nacional pelo estado de Minas Gerais, fora responsável pelo desarquivamento da proposta de Plácido Olímpio de Oliveira, cuja tramitação fora aprovada pela Câmara e enviada para o Senado sob o título de Projeto de Lei nº 390. A terceira versão fora aprovada em 19 de junho de 1957 e sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 2 de julho do referido ano. Finalmente, a Lei Federal 3.188 de 2 de julho de 1957, resguardava ao Museu Nacional de Imigração e Colonização a recolha de todos os objetos, documentos e publicações que recordassem a imigração no Sul do país (MACHADO, 2019). Entretanto, apesar da alcunha federal, a atuação do museu na prática se realizara pela esfera municipal joinvilense.

A Lei sancionada em 1957 previa uma série de determinações que ditariam as ações do futuro Museu. De igual maneira, objetivava-se firmar um núcleo responsável pela criação das seções de conservação e exposição das peças obtidas. Entretanto, dado o caráter demasiadamente vago das atribuições no texto da Lei, a iniciativa fora repassada para a Prefeitura Municipal de Joinville em um convênio assinado em 1961. Nele, fora acordada a criação de uma Comissão que providenciaria a instalação do Museu e em contrapartida o Ministério da Educação e Cultura forneceria as condições para a realização das atividades de exposição, conservação e pesquisa (NEDEL, 2013). Entretanto, não foram destinadas vagas para servidores federais de modo que tais tarefas acabaram incumbidas a personalidades locais.

No mesmo ano de assinatura do convênio entre a União e o município fora criada uma comissão de voluntários, nomeada para providenciar o núcleo inicial do acervo. Entre 1961 e 1967 fora presidida pelo historiador Carlos Ficker e desta data até 2015 pelo Empresário Carlos Schneider, que então cederia o cargo a seu neto. Em sua origem fora formada por nove membros, que incluíam o antigo administrador do Domínio Dona Francisca e também membro da Sociedade responsável pelas celebrações do Centenário, Jaroslau C. Pesch, além de dois empresários, dois historiadores e quatro mulheres descendentes de indivíduos tidos como pioneiros no período colonizador. A Comissão manteve força durante muito tempo e sua renovação de quadros se dá de maneira lenta e restrita (NEDEL, 2013).

A instalação do Museu Nacional de Imigração e Colonização, bem como de sua Comissão organizativa ocorrera em um período anterior à formação dos órgãos municipais de gestão da cultura. Desta forma, estivera submetida ao Departamento de Educação e Cultura, entre as décadas de 1960 e 1980 e, a partir de 1982, à Fundação Cultural de Joinville. Até então, sua gestão fora de grande autonomia e seus membros se responsabilizaram inteiramente pelo funcionamento do Museu. Como não recebiam recursos da Prefeitura nem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, os indivíduos financiavam e asseguravam as atividades cotidianas do Museu, ao prestarem serviços de curadoria e atendimento ao público (NEDEL, 2013). Tal particularidade administrativa, de certa maneira, delinear os rumos que demarcaram o discurso apresentado pela expografia do espaço.

A Comissão de voluntários determinou a segunda metade do século XIX e a primeira do XX como o marco referencial dos objetos recolhidos. Na sua compreensão este recorte define o processo em que a cultura germânica originária se fixara e

vicejara em Joinville. No ato de sua criação, acreditava-se que o Museu Nacional de Imigração e Colonização teria um acervo de ampla abrangência, ao comportar objetos e documentos relacionados às diferentes correntes migratórias que adentraram ao Brasil. Entretanto, a falta de suporte da esfera federal limitara as ações da Comissão à trajetória regional, representando grupos estabelecidos em Joinville, descendentes de famílias tradicionais de ascendência teuto-brasileira (MACHADO, 2019; NEDEL, 2013).

Instituição de preservação da memória mais antiga de Joinville, o Museu Nacional de Imigração e Colonização tem em seu processo formativo o flerte entre a definição de um Museu histórico e um Museu etnográfico ou etnológico. Ao se ater à história de Joinville em seu discurso expográfico, em especial o período referente a formação da cidade, configura-se como um modelo local de Museu histórico nacional. O retrato da imigração e colonização do Sul do Brasil é posto por contornos locais, da mesma forma que se mescla com as intencionalidades dos indivíduos que o fundaram. Sua premissa envolvia a ambiguidade gerada desde o choque causado pela Campanha de Nacionalização: de um lado, expressa a distintividade de uma cultura no Sul do país, enquanto que, de outro, ao expô-la, rompera com o característico isolamento étnico e cultural vigente até a década de 1930 (MACHADO, 2019; NEDEL, 2013). Uma forma de se compreender tal trajetória se dá através das escolhas que a Comissão de Voluntários fizera para a formação do núcleo inicial das coleções. Apesar da seção de conservação nunca ter saído do papel, seus membros conseguiram montar um montante diverso, composto por múltiplas peculiaridades, entre elas um pequeno acervo de Numismática.

5. O CASO DOS VALES E O ACERVO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE.

5.1 O caso dos vales.

A ascensão da classe dos comerciantes na estrutura social da Colônia Dona Francisca, conforme apresentado no capítulo anterior, é fruto de um complexo processo inerente à dinâmica inicial da colonização. Entretanto, a manutenção daquelas pessoas em uma posição de destaque na sociedade é resultado de um conjunto de ações que reforçavam e asseguravam, de maneira simbólica, o seu prestígio social.

Entre as estratégias utilizadas pela elite comercial para manutenção de seu poder, encontramos a emissão de títulos de crédito que circularam paralelamente às emissões oficiais do Estado Imperial brasileiro. A anuência das autoridades competentes para a utilização desses títulos outorgara, durante certo tempo, o capital político que aqueles indivíduos requisitavam. Tal fenômeno, em especial, surgiu da confluência entre os interesses dos comerciantes e as necessidades econômicas da sociedade da Colônia.

Apesar de formada por imigrantes europeus, a Colônia Dona Francisca deveria responder à legislação do Estado Imperial brasileiro e, dentre outros aspectos, a política monetária se apresentava como um dos mais importantes (FAUSTO, 2006). Vigente desde o período colonial, o padrão Réis se estabelecia, inicialmente, sob a lógica da moeda metálica, ou seja, um sistema baseado no valor de metal precioso utilizado em sua fabricação, cuja hierarquia dividida entre peças de ouro, prata e cobre atestava o poder de compra de cada numerário (ANDRADE, 1995; SILVA JUNIOR, 2008).

Em meados do século XIX, a oferta de moedas se encontrava em situação caótica, devido a presença de numerários pertencentes a diferentes reformas monetárias, o que lhe conferia variados padrões de valor. Para solucionar tal dilema, se requisitara mudanças necessárias e, como medida de dinamização da economia monetária, foram inseridas as cédulas, cuja circulação também incrementava a quantidade de dinheiro em fluxo, muitas vezes prejudicado pelas dificuldades de

comunicação e circulação entre os centros urbanos do Império (ANDRADE, 1995; SILVA JUNIOR, 2008).

Sujeita a dificuldades de comunicação com os demais polos urbanos do país e também por ser ocupada por indivíduos de diferentes regiões europeias, a Colônia Dona Francisca contava com a circulação de moedas estrangeiras, em especial o *Thaler*, peça em prata circulante em diversos territórios de tradição germânica e que era trazida junto com as posses dos imigrantes (FICKER, 2008). Entretanto, por não possuir valor de troca, já que não fazia parte do sistema monetário brasileiro, tais moedas possuíam circulação limitada ao espaço da Colônia, ao passo que sua predominância fora paulatinamente diminuída a partir da inserção dos numerários oficiais do Estado Imperial brasileiro, bem como ainda, dividiam espaço com outras estratégias de atividade comercial, dentre as quais o escambo, conforme comentado anteriormente.

As cédulas e moedas do Império adentravam a Colônia, em parte, através das subvenções enviadas pela Corte aos agentes da Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Tais provisões faziam parte do acordo firmado com o Estado Imperial dentro do contrato que fundamentou as normas para o estabelecimento da Colônia Dona Francisca e tinham por objetivo contribuir para o financiamento das obras públicas necessárias ao funcionamento das atividades na Colônia. Entre os empreendimentos que recebiam estas remessas destaca-se, principalmente, as obras para a construção da Estrada Dona Francisca que ligava o litoral norte de Santa Catarina com o planalto paranaense, atravessando a Serra do Mar (FICKER, 2008).

Normalmente as remessas eram enviadas via Governo Provincial, que por sua vez as repassava para a sede da tesouraria da mesa de rendas da Comarca, que se localizava em São Francisco do Sul. Os valores eram disponibilizados em moedas de valores faciais menores, normalmente cunhadas em cobre, cujos montantes chegavam em sacos fechados e lacrados. Entretanto, ao receber os pacotes e encaminhá-los para a sede da Colônia, normalmente verificava-se a ilegibilidade de algumas das peças, muitas vezes numerários que há muito tempo circulavam e cujo desgaste impossibilitava a verificação de seu valor de troca. Neste sentido, restava ao tesoureiro da Direção da Colônia, Ottokar Dörffel, registrar as perdas e retirar tais moedas de circulação (FICKER, 2008).

As dificuldades encontradas para o estabelecimento de uma colônia europeia em terras do Novo Mundo, bem como o isolamento geográfico, a dificuldade de

comunicação da mesma com as demais localidades próximas e, ainda, as contradições do sistema monetário brasileiro, somadas ao péssimo estado das moedas oficiais, configuravam-se como os principais problemas para o desenvolvimento das atividades econômicas do núcleo colonial. Essa situação, além de promover perdas econômicas para a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, também trazia adversidades para a realização de pagamentos por serviços prestados e para as compras cotidianas feitas pelos colonos residentes em Dona Francisca. Tal fenômeno causava desagrado na comunidade e era manifestado pelas autoridades da Direção da Colônia, conforme é possível verificar pela correspondência enviada por Léonce Aubé à presidência da província de Santa Catarina em 1858 e citada por Ficker (2008):

Devo observar à V. Excia. que por falta de dinheiro miúdo, custa muito trocar notas de 50 e de 100 mil réis e que he inteiramente!! (sublinhado e com exclamações no original) impossível de trocar as notas de 500 mil réis mandadas por V. Excia. Por isso estava a cada instante na obrigação de ir, ou mandar à Cidade de S. Francisco e he com muita dificuldade que se pode trocar uma nota em cada viagem (*in* FICKER, 2008, p. 180).

Como é possível perceber, a Colônia recebia muitas vezes subvenções em moeda legível. Entretanto, quando o problema não se tratava do estado de conservação das peças de cobre, as dificuldades encontravam-se no valor facial dos numerários enviados pelo governo provincial. As cédulas nos valores de 50, 100 e 500 mil réis atingiam fraca circulação na economia da localidade devido ao seu alto valor facial que era inadequado às operações cotidianas, muitas vezes realizadas com numerários consideravelmente menores, com poder de compra entre 100 e 500 réis. Da mesma forma, a falta de moeda fracionada também prejudicava o troco do comércio e restringia o seu desenvolvimento, de modo que a população da Colônia precisara desenvolver estratégias para as suas trocas comerciais e, aparentemente, tal dinâmica de sobrevivência perdurou muito tempo:

A Intendência encarregou o seu Presidente para providenciar a respeito da calamidade, resultante da falta de moeda miúda, pelo que se acha prejudicado em alto grão o commercio e a povoação em geral d'este Município (EXTRATO DA ATA... 1892).

A citação acima é um recorte do extrato da ata da sessão extraordinária realizada pela Intendência Municipal de Joinville em 18 de janeiro de 1892 e que fora

publicada no jornal *Kolonie-Zeitung*. Circulante entre os indivíduos intelectualizados da sociedade da Colônia, o periódico atuava como um importante instrumento de debate político, além de expressar os anseios da elite alemã que compunha o topo da pirâmide social (CUNHA, 2003). A publicação da ata da Intendência Municipal em português e alemão, relatando a falta de oferta de moeda oficial, permite-nos conceber, que tal fato se estabeleceu como um problema de ordem política para estes indivíduos.

Entre a correspondência de Aubé e o extrato da ata da Intendência Municipal passaram-se 34 anos. Desta forma, podemos perceber que a economia da Colônia Dona Francisca foi organizada desde os seus primórdios sob uma lógica comercial desprovida de fluxo monetário saudável. Tal condição, atrelada ao próprio contexto particular de estabelecimento da Colônia, cujas premissas já mencionadas lhe conferiam isolamento e autonomia, bem como à realidade do Império do Brasil, possibilitou um ambiente propício para o desenvolvimento de estratégias que suprissem a ausência de moedas e mantivessem as atividades do comércio. De igual maneira, também asseguraram aos comerciantes uma posição de destaque na pirâmide social da Colônia Dona Francisca.

As primeiras tentativas de controle da falta de moeda, conforme pudemos perceber, partiram da Direção da Colônia Dona Francisca através de correspondências com os poderes provinciais, bem como da administração das moedas em desgaste ou, ainda, da troca de espécimes de alto valor facial por numerários que facilitassem o troco. Entretanto, tais medidas paliativas não amenizavam a situação e novas possibilidades precisaram ser encontradas para suprir as crescentes demandas que as atividades econômicas da Colônia requisitavam. Neste sentido, para manter o fluxo comercial e o pagamento dos serviços realizados para as obras de infraestrutura em Dona Francisca, se fez necessária a emissão de provisões emergenciais, produzidas, inicialmente, sob o controle de indivíduos ligados à autoridade da Direção da Colônia, como o vale apresentado na Figura 5, assinado por Ottokar Dorffel (Waldenburg 1818 - Joinville 1906).

Figura 5 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis assinado por Ottokar Dörffel. [entre 1860 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Os títulos emergenciais produzidos, em geral, possuíam valores entre 100 e 500 réis, normalmente utilizados como troco para as operações comerciais cotidianas da Colônia. Sua composição era em material rudimentar, geralmente em cartões de papel, além de contar com o seu valor de troca e, ainda, o emissor responsável, bem como elementos estéticos ou de identificação. O exemplar presente na Figura 5, por exemplo, feito à mão, fora emitido em papel cartonado no valor de 100 réis, possui os dizeres “*Gut für*”, cuja tradução livre significa “Bom para” e sua autenticidade é garantida através da assinatura de Ottokar Dörffel, localizada na base da imagem.

A presença do nome de Dörffel no título, além de conferir autenticidade à peça, também assegurava que aquele numerário poderia garantir estabilidade ao frágil sistema monetário no qual a Colônia se baseava. De acordo com Carlos Ficker (2008), Ottokar Dörffel chegou com sua esposa em Dona Francisca no ano de 1854 a bordo do veleiro Florentin. Era burgomestre na pequena cidade de Glauchau, na Saxônia e viera em fuga para o Brasil, por desavenças políticas em decorrência de seus ideais liberais. Sua antiga posição política e formação em direito lhe permitiu estabelecer, em conjunto com outros intelectuais emigrados da Saxônia, um grupo de grande força política no setor cultural e administrativo da Colônia. Desta forma, assumira a posição de tesoureiro da Direção da Colônia Dona Francisca, bem como fora fundador do já mencionado *Kolonie-Zeitung*. Seu prestígio social, adquirido por sua antiga posição na Europa e reforçado pela ligação com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo

conferiram a ele capital político suficiente para administrar, o que supomos ser, os mais antigos vales emergenciais emitidos na Colônia de que se tem registro.

A pirâmide social que contemplava a dinâmica da vida na Colônia Dona Francisca, entretanto, não era estática. Os jogos de poder que, entre outros aspectos fervilhavam através dos múltiplos emissores de títulos de crédito que permeavam a localidade, tinham como um de seus espaços de disputa as organizações políticas que geriam a ordem social. Desde o início, portanto, assim como a Colônia construía a sua infraestrutura e florescia economicamente, também se fizera necessário o desenvolvimento de um conjunto de normas e diretrizes políticas articuladas por um órgão gestor. A autonomia inerente ao empreendimento colonial de caráter particular lhe autorizava o estabelecimento de estruturas independentes da racionalidade política do Império, configurando assim, o terreno ideal para o desenvolvimento de um organismo que contemplasse a realidade da Colônia Dona Francisca e, ao mesmo tempo, que estivesse sob o controle de seus dignitários, neste caso a Direção da Colônia (CUNHA, 2003).

Os primeiros anos de desenvolvimento da Colônia foram geridos a partir da autoridade da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, representada pela figura do seu diretor. Este, era responsável em administrar a ordem, bem como resolver conflitos e estabelecer a dinâmica de operação das atividades na localidade. Tal situação se mantinha, pois, de acordo com as leis brasileiras do Império, a Colônia teria direito a um juiz de paz e um subdelegado de polícia quando atingisse um determinado número de habitantes e cidadãos naturalizados (FICKER, 2008).

A tranquilidade dos colonos se fazia de maneira frágil, devido à dificuldade da Direção da Colônia de gerir todas as atividades nas quais era incumbida. Este cenário provocara a insatisfação dos imigrantes que buscaram, através da autonomia que os era comum na Europa, estabelecer as estruturas de autogestão que ansiavam. Primeiramente foram os imigrantes suíços, maioria no início da colonização, que tentaram instituir, em assembleia, uma Comuna, espécie de Poder Legislativo. Também elegeram membros para o Conselho Comunal e organizaram suas atribuições, bem como elaboraram um projeto de Lei Fundamental, em junho de 1852. Num segundo momento, a partir de 1855, após a nomeação pelo Presidente da Província de um subdelegado, um juiz de paz e um professor de primeiras letras, os colonos criaram a Associação dos Proprietários, entidade cujo objetivo consistia na conservação das estradas e cobrança de impostos. Entretanto, a primeira tentativa

fora sufocada pela Direção da Colônia, enquanto que a segunda estava atrelada a ela (CUNHA, 2003; FICKER, 2008). Neste sentido, é possível afirmar que a principal autoridade se manteve, direta ou indiretamente e durante muito tempo, sob a imagem do Diretor da Colônia.

A característica de entidade particular conferida à Colônia Dona Francisca, por sua gestão vinculada à Sociedade Colonizadora de Hamburgo, perdurou até o ano de 1869, quando fora instalada a Câmara Municipal de Joinville. Tal movimento, que retirava a autoridade central das mãos do Diretor da Colônia e da Associação de Proprietários, causou resistência por parte destes, entretanto, a situação se dirimiu a partir de 1872, com a construção do prédio da Câmara, com dinheiro investido pelos cofres públicos (CUNHA, 2003; FICKER, 2008).

Os jogos de poder antes circunscritos ao espaço delineado pela elite germânica, que ocupava as posições na Direção da Colônia, foram ampliados, dentro das possibilidades que a nova organização política demandava. Desta forma, a autônoma Colônia adentrava à racionalidade do país que a recebera e, em decorrência disto, a mudança do regime político nacional em 1889, com a derrubada da família imperial através do golpe que instalou a República, também teve seu eco em Joinville, ao inseri-la nas dinâmicas que remexiam as estruturas do poder estadual e federal.

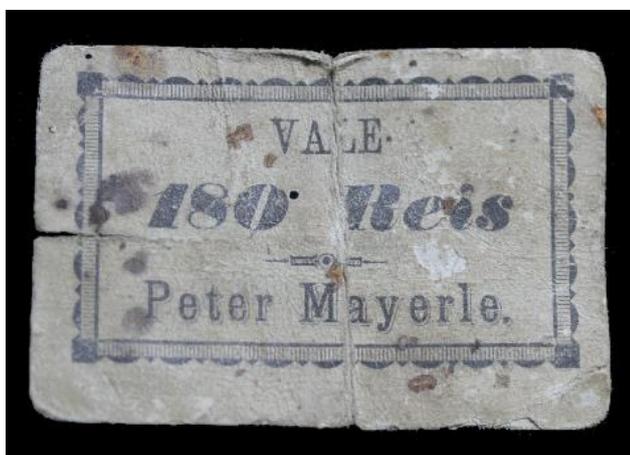
Conforme as atividades econômicas se desenvolviam e as dificuldades de circulação de moedas se mostravam maiores, os moradores de Joinville trabalhavam suas estratégias de sobrevivência para além do suporte da direção municipal. Neste movimento, a já mencionada prática do escambo, permitia o escoamento da produção do pequeno produtor ao mesmo tempo que garantia as operações comerciais que asseguravam a manutenção da proeminência do centro da cidade (CUNHA, 2003; ROCHA, 1997).

A partir da autonomia proporcionada pelo escambo, muito suscitada também pela dinâmica monetária particular a Joinville, os comerciantes surgiram como classe social prestigiada, pois asseguravam com maior intensidade o fluxo comercial da cidade e assim acumulavam capital econômico que, por sua vez, estabelecia-se como capital político. Inicialmente, sua influência como grupo se configurava a partir do controle das atividades comerciais que envolviam o fornecimento dos suprimentos para os agricultores e o repasse da produção para o porto de São Francisco do Sul. Entretanto, à medida que seu prestígio aumentava, também passaram a assumir

posições de poder na sociedade, ao atuarem como banqueiros, fornecendo crédito aos moradores através do uso de cadernetas, fenômeno este de amplo uso no país, que registravam as compras de cada cliente (PAVANELLO, 2012). Porém, com o aumento do fluxo comercial, os comerciantes passaram também a emitir vales, cuja popularização os conferiu status de dinheiro emergencial.

Os títulos de crédito emitidos pelos comerciantes, em geral, possuíam características iconográficas semelhantes ao numerário assinado por Ottokar Dörffel, apresentado na Figura 5. Também eram utilizados como troco para as operações comerciais cotidianas do município e sua estrutura era feita em cartões de papel. Entretanto, seu feitiço se dava por impressão tipográfica, cuja estrutura continha o seu valor de troca, com variação que compreendia peças entre 100 e 500 réis, bem como ainda, o nome do emissor responsável, normalmente um comerciante da cidade, além de elementos estéticos ou de identificação, que lhe conferiam certa padronização. Em poucas ocasiões o nome da localidade ocupava um espaço do numerário.

Figura 6 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 180 réis emitido por Peter Mayerle. [entre 1892 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

O exemplar presente na Figura 6, por exemplo, fora emitido em papel cartonado no valor de 180 réis, possui os dizeres “Vale 180 Réis” e sua conversibilidade é garantida através do nome de Peter Mayerle. A família Mayerle estava associada à produção e venda de bebidas desde 1892, como aponta a Figura 7.

Figura 7 - Anúncio de bebida produzida pela Cia. Mayerle. 1951.



Fonte: SOCIEDADE DE AMIGOS DE JOINVILLE, (1951).

Por conta das dificuldades de oferta de moeda atingirem principalmente os numerários de menor valor, utilizados costumeiramente nas pequenas operações comerciais, geralmente encontramos títulos de crédito emitidos por proprietários de comércios ligados às atividades associadas a tais práticas cotidianas.

Figura 8 - Dinheiro emergencial uniface no valor de 100 réis emitido por Fernando Hagemann. [entre 1870 e 1894].

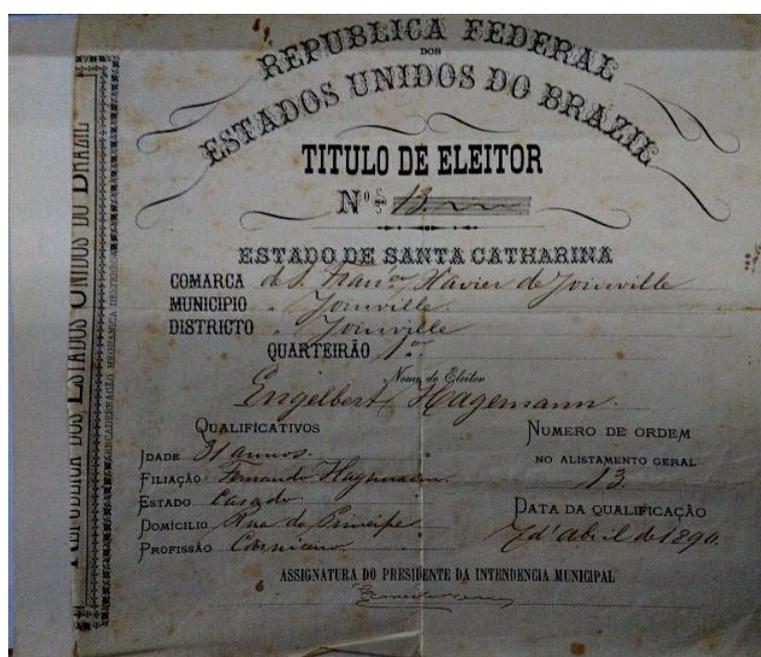


Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Nascido em 21/1/1821 em Dingelbe, Hannover e falecido em 21/4/1884 em Joinville, Ferdinand Hagemann chegou a região com o navio Leontine procedente de

Hamburgo, em 20 nov. 1862, com 41 anos de idade, com profissão de Lavrador. Também possuía um filho com o mesmo nome que em 1862 quando chegaram, tinha 9 anos de idade e tocava os negócios do pai em 1881, junto com seu irmão, Engelbert, quando os pais voltaram para a Alemanha com a intenção de lá ficarem, mas retornando a Joinville no mesmo ano. (BÖBEL e THIAGO, 2010). Estabeleceram um açougue na Rua do Príncipe, esquina com a Marinho Lobo, trabalhando assim com o comércio de carne, como é possível perceber no Título de Eleitor de Engelbert Hagemann, datado de 1894, apresentado na Figura 9.

Figura 9 - Título de eleitor de Engelbert Hagemann. 1894.



Fonte: BRASIL, 1894. Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

Já Adolpho Gelbcke, outro comerciante que produziu vales em Joinville, conforme visto na Figura 10, era dono de uma loja de calçados que ficava localizada na rua do meio, atual XV de Novembro, na última década do século XIX (KOLONIE-ZEITUNG, 15 nov. 1894, p. 4).

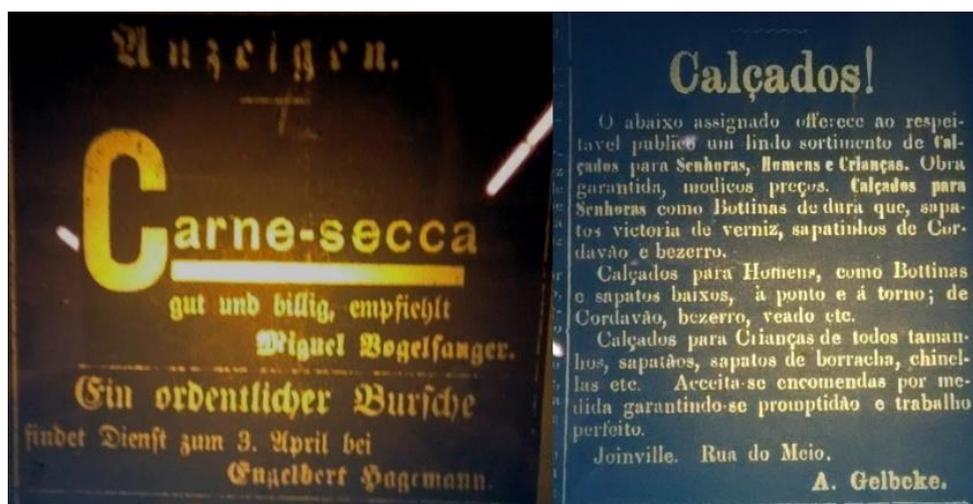
Figura 10 - Título de crédito uniface no valor de 180 réis emitido por Adolpho Gelbecke. [entre 1866 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Tanto a família Hagemann quanto Gelbecke publicaram anúncios no jornal Kolonie-Zeitung, como é possível notar na Figura 11.

Figura 11 - Anúncios de Engelbert Hagemann (21 mar.1893) e Adolpho Gelbecke (15 nov. 1894) no Jornal Kolonie-Zeitung.



Fonte: Microfilme. Anúncios Kolonie-Zeitung (1893/1894).

Pequenos estabelecimentos comerciais também emitiam seus próprios vales, de modo que estes se readequavam às suas operações comerciais, o que lhes

conferiam valor ínfimo, tal qual visto na Figura 12 pela emissão do botequim de Wilhelm Ritzmann.

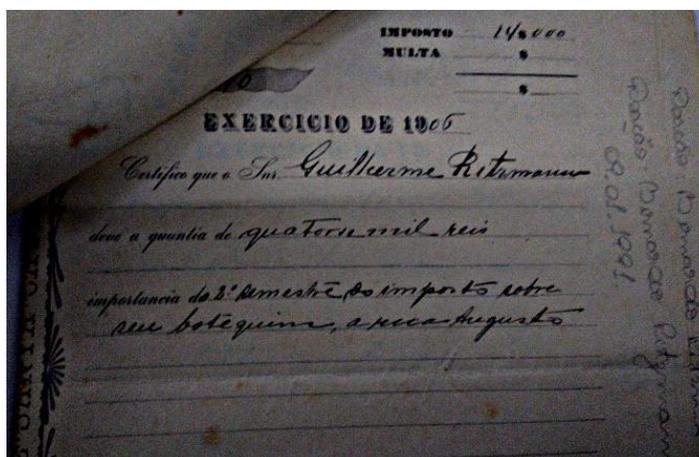
Figura 12 - Título de crédito uniface no valor de 40 réis emitido por Wilhelm Ritzmann. [entre 1866 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Nascido em 1845 em Schaffhausen, Suíça e falecido no ano de 1906 em Joinville, Wilhelm Ritzmann chegou a colônia com o navio Emma & Louise em maio de 1851 (BÖBEL e THIAGO, 2010). O seu botequim era localizado na antiga rua Augusto, atual Mário Lobo, conforme podemos perceber na documentação de pagamento de impostos municipais no ano de 1906 e mostrado na Figura 13.

Figura 13 - Comprovante do pagamento de impostos municipais de Wilhelm Ritzmann. 1906.



Fonte: JOINVILLE, (1906). Acervo do Arquivo Histórico de Joinville.

A variedade de estabelecimentos comerciais que emitiram seus vales compreende, como já mencionado, diferentes ramos relacionados às atividades cotidianas do comércio. Em geral, é visível a predominância imigrante no controle comercial e, por conseguinte, na emissão dos vales. Entretanto, também encontramos comerciantes brasileiros neste contexto, como o Vale de 200 réis emitido por Vicente José Fernandes e mostrado na Figura 14.

Figura 14 - Título de crédito uniface no valor de 200 réis emitido por Vicente José Fernandes. [entre 1887 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Conforme é possível observar em sua biografia, disponível no Acervo do Arquivo Histórico de Joinville, Vicente José Fernandes fora identificado como comerciante em finais do século XIX, bem como estava diretamente ligado ao grupo brasileiro que compunha parte do topo da pirâmide social da cidade:

Vicente José Fernandes tinha 26 anos e era solteiro em 1867, e fora batizado aos 02.2.1842, tendo por padrinhos José Manoel de França e a justificação da Senhora das Dores. Aos 03.2.1887, tinha 37 anos [Sic!] e era comerciante em Joinville, quando casou com Henriqueta Luiza Carolina Berenstein, filha de José Berenstein e de Inês Schmidt, com quem teve a filha Elisa, batizada aos 26.12.1896, tendo por padrinhos Procópio Gomes de Oliveira e sua Mulher D. Maria Balbina (JOINVILLE, [18--?]).

A falta de dinheiro circulante não se limitava a Joinville, sendo encontrada referência da utilização desses vales também nos municípios vizinhos como o vale da Figura 15.

Figura 15 - Título de crédito uniface no valor de 200 réis emitido por Wilhelm Zimmer. [entre 1866 e 1894].



Fonte: FÁBRICA..., (2016). Acesso em: 19 abr. 2019.

O exemplar mostrado na Figura 15 fora emitido na localidade de Oxford, atual município de São Bento do Sul, localizado à Oeste de Joinville, no planalto Norte de Santa Catarina. O mesmo contexto que gestara o fenômeno no centro do território, também era perceptível em vilas mais isoladas:

O que não faltava, naquela época, em São Bento, era o dinheiro, pois, cada negociante ou industrial fazia o seu dinheiro próprio, em vales de madeira, fôlha de flandres, couro ou papel, que emitia; até caixas de fósforos vãs eram utilizadas. Bastava que se escrevesse nelas o valor e o nome do negociante, para que todos as aceitassem como moeda corrente (ZIPPERER, 1951, p. 62).

A localização dos negócios que emitiram vales também contribuíra para a projeção dos comerciantes, visto que muitos deles se encontravam na região central da cidade, espaço de maior circulação de pessoas e área simbolicamente ocupada pelos indivíduos de maior escala social. As casas comerciais se estabeleciam como um local de sociabilidade e de lazer, pois ao se deslocar até o comércio para repassar o excedente da produção, o agricultor usufruía do ambiente e desenvolvia uma relação pessoal com os proprietários. Tal dinâmica conferia aos comerciantes uma posição carismática e de confiança na comunidade. De igual maneira, muitas destas casas comerciais estavam vinculadas diretamente ao nome de seus donos, o que lhe caracterizava uma vinculação nominal direta (PAVANELLO, 2012). Desta forma, podemos dizer que a relação de confiança estabelecida entre os agricultores e os

comerciantes era pessoalizada e muito próxima, o que os permitia assumir a posição de credores e, ainda, vincular os títulos de crédito diretamente aos seus nomes.

Inicialmente, por dividirem espaço com as personalidades de maior influência em Joinville, dentre elas os membros da Direção da Colônia, e em seguida, ascenderem economicamente a partir do controle das relações interpessoais no processo de escoamento do excedente agrícola, os comerciantes passaram a compartilhar o mesmo prestígio social que era direcionado aos nomes ligados à Sociedade Colonizadora de Hamburgo. Por conta disto, garantiram o capital político necessário para que pudessem atuar na dinâmica política da sociedade joinvilense.

Os últimos anos do Império e o início do regime republicano no Brasil foram marcados por uma febre de negócios e de especulação financeira, alavancados pelo contexto favorável no qual o país passava. O fim do regime da escravidão negra, no ano de 1888, dinamizou a economia brasileira ao inseri-la definitivamente na lógica do mercado sob a égide do trabalho assalariado. Tal movimento consolidou a política de incentivos ao fluxo de ingresso de imigrantes e assegurou a abertura de uma ampla gama de oportunidades de negócios. Desta forma, aos olhos dos governos, a quantidade de moeda presente no meio circulante se demonstrava insuficiente para a realidade na qual o país chegara (FAUSTO, 2006).

Inicialmente, em 24 de novembro de 1888, foi assinado o decreto nº 3.403, que em suma permitia às companhias anônimas realizarem operações bancárias e emitirem bilhetes ao portador convertíveis em moeda corrente. Esta proposta, já ao final da vigência do Império do Brasil, visava ampliar o número de entidades monetárias emissoras de papel moeda, concedendo à iniciativa privada tal poder sob certas condições, de modo que, através desta medida, o mercado ampliasse suas operações ao receber o volume extra de dinheiro em circulação (BRASIL, 1888).

O decreto nº 165, de 17 de janeiro de 1890, já no período republicano, repassara o poder de emissão das companhias anônimas para os bancos, cuja fundação se daria por autorização governamental e orientada sob uma divisão geográfica do país, com capital lastreado a partir de apólices da dívida pública (BRASIL, 1890).

As duas medidas tinham como base a ideia de aumento da oferta de moeda e facilitação para o crédito, cujas consequências projetadas culminariam com a ampliação do número de negócios e investimentos externos recebidos. Entretanto, no início de 1891 o custo de vida aumentara drasticamente, bem como ocorrera a

derrubada do preço das ações na bolsa de valores e a falência de diversos estabelecimentos bancários e empresas. O conjunto de decretos e políticas econômicas aplicadas neste período recebeu popularmente o nome de Encilhamento, por associarem-na à ideia da disputa especulativa do jogo, visto que seu nome também pode identificar o local onde são dados os últimos retoques nos cavalos de corrida (FAUSTO, 2006).

Em Joinville, os rumos econômicos não seguiram caminhos diferentes em comparação ao restante do país. Habituada desde os tempos da Colônia Dona Francisca a emissões de títulos emergenciais, muito em decorrência da ausência constante de oferta de moeda, seja pela autoridade da Direção da Colônia, ou através dos vales ofertados pelos comerciantes, os incentivos recebidos através dos decretos e políticas desenvolvidas durante o regime do Encilhamento, promoveram uma verdadeira enxurrada de títulos de crédito particulares circulantes pela cidade. Os comerciantes, já bem estabelecidos como grupo político, após a elevação da colônia a condição de município, muito em conta também pela perda do controle exercido anteriormente pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, se beneficiaram diretamente desta situação, ao poderem manter sua prática, agora sob a chancela do poder central. De igual maneira, a falta de moeda fracionada para troco, também não se apresentava mais como um problema para o comércio. Entretanto, da mesma forma que a política monetária do governo causara efeitos negativos em escala nacional, a manutenção e ampliação da emissão de dinheiro emergencial na cidade de Joinville causou certa consternação e requisitou a mobilização do poder público para a sua solução:

EDITAL. O Cidadão Arnold Grossenbacher, comissário de policia nesta cidade de Joinville. Faço saber, que tendo apparecido nesta praça nickels falsos de 200 R\$ e 500 R\$ chamo a attenção do publico para isso, e previno a qualquer que tiver recebido de vir apresentar a este comissariado de policia e fazer as declarações necessárias para ser descoberto o autor ou autores desse crime. E para conhecimento de todos se publica o presente nos jornaes desta cidade. Joinville, 22 de Abril de 1892. (EDITAL...1892)

Os vales emitidos pelos comerciantes da cidade de Joinville, conforme apresentado anteriormente, possuíam uma caracterização muito rudimentar. Diferentemente dos numerários emitidos oficialmente, seja pelo Império do Brasil ou pela República, que continham complexidade e dispositivos que dificultavam a falsificação, os numerários joinvilenses tinham sua autenticidade certificada apenas

pelos nomes que os assinavam. O prestígio dos comerciantes atestava sua validade. Entretanto, aproveitando-se da justificativa da falta de moeda miúda e impulsionados pelo caos causado pelas consequências da política do Encilhamento, muitos falsários produziam em grande escala cópias dos títulos de crédito, comprometendo ainda mais o já confuso controle monetário da região. Desta forma, a única solução encontrada foi a proibição completa deste tipo de prática:

Sendo isso proibido pela Lei, emitindo a pretexto de falta de troco Vales do valor de 200 a 500 réis, que pune com a multa de quádruplo do valor de cada um que for emitido, a qual recahirá integralmente tanto sobre o que emitir, como sobre o portador, previne aos que assim estão procedendo que não façam sob pena de multa (*in* FICKER, 2008, p. 302-304).

O edital de polícia, publicado pelo Comissário Arnold Grossenbacher em 1892 e reproduzido por Ficker (2008) apresentava a solução por parte do poder público diante da celeuma causada pelo comércio, através de seus vales. Porém, de certa maneira, sua decisão de proibição seguia as diretrizes do poder central, cuja política de flexibilização da emissão monetária já havia demonstrado sua ineficácia. Seja o repasse ao poder privado para a emissão de moeda, em esfera federal, ou a longa convivência com os negociantes por parte do poder público joinvilense, as consequências e as soluções encontradas foram semelhantes. Entretanto, a forte influência dos comerciantes em Joinville, bem como a volta dos reclames de falta de oferta de moeda fracionada, permitiu com que os debates na esfera pública se mantivessem por mais tempo:

Em acto continuo o Dr. Presidente, considerando que cada vez vai tomando maiores proporções a circulação de vales emitidos por grande numero de pessoas, algumas das quaes nem são do commercio nem têm a honrabilidade precisa para garantia da emissão que vão fazendo sem alguém saber a que valor monta ella; - considerando que essa medida, adoptada de boa fé em começo por algumas casas de commercio para facilitar o troco de moeda miúda, além de prestar-se à especulação criminosa de diversos individuos não só deste como de outros municipios que deramão profusamente entre os incautos essa “moeda” de todo padrão e de diversos valores, não é de necessidade - visto que não há falta de moeda de nickel e cobre a qual está apenas guardada por diversos - entre os quaes contão-se até alguns dos emissores dos vales - considerando que a Camara Municipal não deve ser indifferente aos males que forçosamente resultão dessa pratica indecorosa e que já tem sido profligada pela imprensa da Capital do paiz - propõe: “que se represente às autoridades competentes pedindo providencias imediatas no sentido de impedir-se a circulação de vales feitos em papel, cartão, folha de Flandres ou de qualquer outra forma, que estão a ser dados como moeda de troco”. Discutida e votada foi aprovada a referida proposta (JOINVILLE, 12 de março de 1894).

A manutenção da prática de emissão de títulos de crédito por parte dos comerciantes da cidade, bem como dos falsários que se aproveitavam da situação, mesmo após 2 anos do edital de polícia que proibira tal hábito, demonstrava o poderio político que o prestígio dos comerciantes os conferia na dinâmica social de Joinville. Configurava-se aqui, uma disputa entre a iniciativa privada e o poder público, conforme podemos perceber no manifesto do comércio.

Cidadão Presidente e mais membros da Camara Municipal de Joinville – O Commercio d'esta cidade reunido em sessão publica de hoje para tratar do importante assumpto de moeda miúda para troco; em vista das ordens dadas das autoridades reconhecendo que na verdade é necessário prohibir os abusos que se têm dado com a emissão de vales feita por todos que querem fazer; ao mesmo tempo reconhece que é necessário tomar qualquer providencia para não embaraçar o commercio à varejo, visto que há falta de cobre e nickel – Por isso o commercio pede a esta Camara, que reunindo-se em sessão extraordinária tome conhecimento do assumpto, fazendo por si uma emissão suficiente de valores miúdos para atender as necessidades do publico. – Pede deferimento. P. R. M. Joinville aos 15 de Março de 1894. Assignado: Emilio Stock e mais cincoenta negociantes (STOCK, 15 de março de 1894).

Da mesma forma, a efusiva resolução aprovada pela Câmara Municipal em março de 1894, pode ser considerada como uma resposta às investidas dos negociantes como grupo social.

Aberta a sessão o presidente diz ser convocada a Camara para uma sessão extraordinária afim de tomar conhecimento de uma representação feita pelo Commercio d'este Municipio [...]. Posta em discussão a Camara – achando procedente a referida representação – deliberou fazer executar com a maior brevidade possível a Resolução nº 9 de 29 de Maio de 1893, em visto do que a representação obteve o despacho: será atendido. – Deliberou-se ainda mandar fazer os coupons n'esta cidade caso se possa fazel-os de um modo satisfatório (JOINVILLE, 27 de março de 1894).

A calamidade causada pela falta de moeda fracionada, há muito tempo conhecida pela população da cidade, voltou à cena através da resolução aprovada pela Câmara Municipal em março 1894. A partir deste movimento, por parte do poder público e as consequências deste ato na dinâmica do comércio joinvilense, os negociantes puderam gastar o seu prestígio social como grupo, ao conseguirem uma boa mobilização, cuja articulação garantiu a eles uma vitória na Câmara Municipal. Entretanto, a partir deste momento, o poder municipal assumia o controle sobre a emissão e circulação de títulos de crédito.

A resolução nº 9, de 29 de maio de 1893, que fora ratificada em 1894, repassara ao poder municipal o controle sobre a emissão e circulação de títulos de crédito. A proposta apresentada pelos vereadores Trinks e Schneider, solicitava que metade das ações a serem devolvidas do empréstimo contraído para a construção do cais do porto de Joinville, fossem substituídas por cupons nos valores de 100, 200 e 500 réis, pagáveis ao portador. A Câmara, em virtude do dilema monetário da cidade, decidiu por substituir todo o montante, com o objetivo de sanar a falta de moeda oficial. Desta maneira, os doze contos de réis foram resgatados e convertidos em títulos de emergência, que também poderiam ser trocados por moeda oficial. Pelo caráter emergencial, sua duração também era temporária, visto que em 1905 perderiam seu valor. Assim, deliberou-se fazer três contos de réis em vales de 100, seis contos de réis em vales de 200 e outros três contos de réis em vales de 500. (JOINVILLE, 27 de março de 1894).

Os vales emitidos pelo comércio da cidade se organizavam a partir dos laços interpessoais desenvolvidos entre agricultores e comerciantes. Pequenos recortes de papel cartonado, assinados com o nome de uma casa de comércio joinvilense e sustentados por uma relação de confiança, eram as únicas garantias de seu controle e valor de troca. Desta forma, era inegável a facilidade das reproduções feitas por indivíduos não vinculados à atividade comercial. No entanto, ao assumir a responsabilidade da autoridade monetária de Joinville, a Intendência Municipal, a partir de sua função executiva, direcionou as emissões para uma estrutura que lhe garantia não apenas a validade de seus títulos, como também o lastro que os sustentava. As obras para a abertura do cais do porto da cidade demandaram um número finito de recursos, cuja devolutiva dos empréstimos obtidos, limitara a quantidade de emissões a serem feitas. Assim como as emissões que não se adequassem ao padrão e lastro instituído se tornariam por lei, definitivamente, falsas. Neste sentido, ao emitir títulos municipais, a Intendência buscava controlar a circulação monetária de Joinville.

A disputa pelo controle das emissões de títulos de crédito, inicialmente controladas pelos comerciantes com a conivência do poder municipal, diante da falta de amparo por parte da contrapartida federal, precisavam se definir. A República se reorganizara e se instituíra em definitivo, após as diversas consternações que a abalaram durante os primeiros anos após a instalação do regime republicano. Neste sentido, a resolução nº 9 compreendia uma proposta conjunta, na qual a iniciativa

privada entrara em consenso com o poder público, ao repassar a ele o direito de emitir e controlar os títulos de crédito, da mesma forma que assegurava a manutenção das operações do comércio.

Os títulos de empréstimo do Conselho Municipal de Joinville, em geral, possuem características iconográficas mais complexas do que as apresentadas pelos vales emitidos pelos comerciantes. Além das semelhanças estruturais, tais como valor, emissário e impressão tipográfica, os numerários contêm mais elementos de segurança e controle, como por exemplo número de série e lastro, sustentados pela resolução que os garantia, bem como pela obra do cais do porto que os lastreara. Neste sentido, a assinatura de Frederico Brüstlein (1835-1911) pode ser entendida como uma convenção entre todos os grupos políticos da cidade, cuja posição como prefeito entre 1887 e 1890 e posteriormente, em segunda gestão, entre 1895 e 1899, assegurava qualquer autenticidade necessária para a sua circulação.

Figura 16 - Título de empréstimo municipal uniface no valor de 100 réis emitido pelo Conselho Municipal de Joinville e assinado pelo superintendente Frederico Brüstlein. 1896.



Fonte: FÁBRICA..., 2016. Acervo do MNIC. Acesso em: 19 abr. 2019.

Entretanto, mesmo com o acordo entre as partes interessadas na esfera municipal, a circulação de títulos de crédito ainda gerava desconforto nas esferas regional e nacional:

Ao Conselho Municipal de Joinville. Declarando o Ministério da Justiça e Negócios Internos em Aviso Circular de 10 de Setembro findo, ser de urgente necessidade cessar o abuso que se está dando em grande numero de

municipalidades dos Estados Unidos da emissão de bilhetes de pequenos valores e sendo esse acto de exclusiva competência do Congresso Nacional, na forma do Capítulo IV art. 34 § 8º da Constituição Federal, recomendo-vos se por ventura n'esse município se tiver dado tal emissão providencieis no sentido não só de evitar a reprodução d'esse abuso, mas também de serem recolhidas as cédulas que já estejam em circulação (ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de outubro de 1894).

A documentação enviada pelo poder provincial em nome do Ministério da Justiça e Negócios Internos demonstra na prática uma das ações por parte do governo federal para administrar o cenário caótico no qual a política do Encilhamento causara no sistema monetário do país. De certa forma, tal circular ignorava o problema da falta de oferta de moeda fracionada na região. Em contrapartida, o excesso de emissões joinvilenses também causava transtornos nas localidades do entorno, como demonstra o Ofício, enviado pela Intendência Municipal de Paraty, atual município de Araquari, ao Governador do Estado de Santa Catarina, reclamando da permanência de vales, naquele município, que eram provenientes de Joinville. O referido Ofício foi enviado em cópia ao Conselho Municipal de Joinville para providências, como segue:

Envio-vos, por cópia, o officio datado de 30 do mez findo da Intendencia Municipal do Paraty, acerca de bilhetes e cartões de diversos valores emitidos por esse Conselho e ali em circulação, afim de que me informeis a respeito com urgência: "Intendencia Municipal da Villa de Paraty, 30 de Novembro de 1894. Cidadão Dr. Governador do Estado de Santa Catharina. Em cumprimento a vosso officio de 2 de Outubro próximo findo e na forma do Aviso Circular do Ministério de Justiça e Negócios do Interior de 10 de Setembro do corrente anno, conforme citastes, mandouse esta Entendencia proibir por edital de policia a circulação de bilhetes-cartão de diversos valores posto em [uso] por comerciantes não só deste município como do de Joinville. E tendo no dia 17 do corrente findado se o prazo para o recolhimento e continuando o abuso especialmente dos bilhetes emitidos pela Entendencia de Joinville e que mais abundasse na praça desta Villa, por isso esta Entendencia leva ao vosso conhecimento para dar vossas ordens afim de cessar semelhante especulação abusiva" (ESTADO DE SANTA CATARINA, 02 de dezembro de 1894).

Conforme o ofício, nota-se que comerciantes de diferentes localidades emitiam suas versões de dinheiro emergencial. Entretanto, provavelmente devido à proeminência do comércio joinvilense, bem como a condição circulante da moeda, os títulos de crédito emitidos em Joinville muitas vezes perpassavam as cercanias da cidade e disputavam espaço com a realidade das municipalidades circunvizinhas, gerando, assim, atritos com as autoridades e lideranças econômicas locais. Entretanto, com as disputas internas cessadas e o pacto entre poder público e comerciantes formado, é possível perceber um discurso coeso por parte da Câmara Municipal, diante dos dois ofícios que acusavam Joinville:

Lido um officio-circular com data de 2 do mês corr't', recomendando que, caso de ter-se dada n'este Municipio a emissão de bilhetes de pequenos valores, esta Intendencia providenciasse no sentido não só de evitar a reproducção d'esse abuso, mas também de serem recolhidas as cédulas que já estiverem em circulação, visto de ter declarado o Ministro de Justiça e Negocios Interiores em aviso-circular de 10 de Setembro findo, que a emissão de semelhantes bilhetes é da exclusiva competência do Congresso Nacional. Esta Intendencia julga não ter applicação essa declaração aos coupons de pequenos valores emitidos por ella (em substituição) digo em virtude da reclamação do commercio d'este Municipio e em substituição das acções sobre o empréstimo contrahido legalmente pela deliberação nº ____ de 1º de Agosto de 1892 tomada pelo Governo Municipal, para construção de caes d'esta cidade (JOINVILLE, 22 de outubro de 1894).

A resposta do Conselho Municipal de Joinville à denúncia feita pela Intendência de Paraty é mais efusiva:

Paço do Conselho Municipal da cidade de Joinville aos 27 de Dezembro de 1894. Cidadão. Este Conselho vem responder ao officio de 10 d'este mez, com que foi honrado, para declarar que não emittiu cartões e bilhetes de diversos valores, como denunciou o Conselho Municipal da Villa do Paraty – O que é verdade é que o Conselho Municipal de Joinville em 29 de Maio de 1893 contrahiu, por meio de apólices, um empréstimo de 12:000,000 para as obras de cões d'esta cidade; mais tarde, não havendo moedas de cobre e nickel para o troco, este Conselho substituiu a 3ª parte das apólices do empréstimo por Coupons de cem, duzentos e quinhentos reis, à vista da reclamação do Commercio – juntada por copia – e para evitar o abuso de vales particulares que abundavam n'esta cidade dos negociantes e outras pessoas do Paraty, S. Bento, Joinville e outras localidades – Ora um coupon de empréstimo municipal, resgatável em 1904, e com a applicação a uma obra urgente, não pode nem deve ser considerado pelo Conselho da Villa do Paraty de vale e mormente de – especulação abusiva – como leviano e indelicadamente diz aquelle Conselho denunciante – Se o Conselho Municipal do Paraty não sabe ou não pode distinguir um coupon de empréstimo municipal, resgatável a prazo fixo, de um dos muitos bilhetes dos negociantes, nem huma culpa cabe a este Conselho, nem isso é causa de tomar vosso precioso tempo – Este Conselho tem a honra de oferecer-vos junto um coupon de cada um dos valores do empréstimo municipal para melhor afirmar o que acima diz, cumprindo qualquer resolução [?] no sentido do exposto (JOINVILLE, 27 de dezembro de 1894).

A contenda entre as Intendências de Joinville e Paraty expressou a confusa dinâmica que envolvera toda a trajetória dos títulos de emergência emitidos na Colônia Dona Francisca ao longo do século XIX. Desde a sua gênese, um contexto de isolamento promoveu estratégias de sobrevivência que culminou com a produção destes artefatos. A iniciativa do Conselho Municipal de Joinville, apesar dos reclames em Paraty, encerrou este cenário. A repercussão da resolução, bem como dos posteriores usos dos títulos de empréstimo municipais, pode ser percebida na repercussão em São Bento do Sul:

Em breve, porém, a Câmara Municipal acabou, com essas emissões particulares e, emitindo vales municipais, obrigou os negociantes a recolher os dêles. Dêste modo só circulavam os vales da Câmara Municipal, nos valores de 100 réis a cinco mil réis. Foi logo após a proclamação da República, que se fez circular estas espécies de dinheiro, já que a moeda oficial era, de fato, uma raridade. Mas, São Bento, quasi isolado do mundo, soube resolver muito bem o problema e ninguém foi prejudicado. A Câmara deve ter tido um bom lucro, pois, o papel de seus vales era ordinárrissimo, estragava-se facilmente, dando margem a que muitos desaparecessem (ZIPPERER, 1951, p. 62).

5.2 O acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville.

A primeira composição expositiva do Museu Nacional de Imigração e Colonização fora formada através da tipologia de coleções, separadas em ambientes temáticos organizados pelos objetos que as preenchiem: a sala dos relógios, das máquinas e dos baús são alguns exemplos. A instituição legal do espaço, ocorrida no final da década de 1950, fora sucedida por um esforço coletivo, perpetrado pela Comissão de Voluntários, de reunião de objetos que possuíssem alguma valorização por sua antiguidade para a história da região. Através da posse pelo Museu, tais artefatos teriam sua integridade física assegurada para as futuras gerações e, para tanto, sofreriam uma triagem que culminaria em uma sistemática catalogação e registro em livros-tombo e fichas catalográficas (GUEDES e BAPTISTA, 2013; NEDEL, 2013). Tal processo seletivo fora fundamental, pois a partir dos suportes materiais seria definida a identidade expressa pelo recente local.

O acervo do MNIC está calculado em cerca de cinco mil peças, distribuídas entre quatorze coleções. Sua disposição compreende objetos tridimensionais, tais como instrumentos musicais, ferramentas, peças de vestuário, bordados, porcelanas, móveis, veículos e demais utensílios pessoais trazidos por imigrantes. De igual maneira, o Museu comporta acervos textuais e iconográficos, dentre eles, listas de passageiros, contratos de compra e venda de terras, mapas antigos e documentos referentes ao Domínio Dona Francisca. Traduções do alemão gótico de relatos orais realizadas por Hilda Anna Krisch, uma das comissárias voluntárias, também fazem parte da coleção (GUEDES e BAPTISTA, 2013; NEDEL, 2013). Todo este montante fora acondicionado na *Maison de Joinville*, cuja monumentalidade assegurada pelo

SPHAN em 1939, conferia à própria edificação e seu complexo, a sua inserção no acervo.

Grande parte do conjunto de artefatos fora obtida pela Comissão de Voluntários logo nas primeiras três décadas de existência do Museu. Raramente financiadas pela iniciativa pública, muitos destes objetos foram adquiridos através de doações, cotas de participação individual, investimentos de lideranças empresariais teuto-brasileiras da cidade, ou ainda, pela permuta entre bens de famílias obtidos pela Comissão em troca de móveis novos. Inicialmente mobilizadas entre os três estados do Sul do Brasil, as campanhas de arrecadação obtiveram maior sucesso após o apoio da imprensa local, que conectava os agentes voluntários com diferentes segmentos da população da região. Desta ampla rede de trocas, sobrenomes ligados à Comissão, dentre eles Jordan, Lepper, Schmalz e Schneider ou, ainda, de indústrias tais como Ciser, Fundação Tupy e Malharia Arp, eram recorrentes. Em sua organização, os bens retratam a saga dos pioneiros, através da sua faceta urbana, simbolizada pelo bem-sucedido industrial, assim como pelo sujeito rural, referência da gênese teuto-brasileira do trabalho na pequena propriedade (NEDEL, 2013; TAMANINI, 2000). Enquanto as campanhas de arrecadação eram responsabilidade dos homens, tal expografia era fruto de ação da ala feminina dos voluntários.

Utilizando de conhecimentos e apoio técnico do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, da Fundação Catarinense de Cultura e da Fundação Pró-Memória, as mulheres da Comissão, que até então não possuíam conhecimento na área, foram responsáveis pela formação da proposta expográfica do Museu, assim como atuaram diretamente na seleção dos objetos do acervo. Prezando a superabundância preservacionista, os ambientes são permeados por uma miríade de objetos que, em certos momentos promovem à sobreposição das exposições temporárias e permanente. Desta maneira, levando em consideração a narrativa dual dos pioneiros, o complexo do Museu, até seu fechamento em 2019 para reforma, tivera em seu roteiro de caminhada além da *Maison de Joinville*, uma casa construída na técnica de enxaimel no ano de 1905 e que fora transportada para o terreno em 2004, além de dois galpões: o primeiro, construído em 1963 intitulado Galpão de Tecnologia Patrimonial e o segundo, inaugurado em 2007 que abriga os veículos de transporte à tração animal (GUEDES e BAPTISTA, 2013; NEDEL, 2013).

Os dois espaços residenciais, neste caso a *Maison* e a casa em enxaimel, tem sua decoração planejada de modo que aparente retratar uma residência dos tempos

coloniais. Tal premissa expositiva, associada à superabundância do acervo, restringe a circulação dos visitantes em certos espaços e sujeita o acervo mobiliário à guarda de porcelanas e outras peças não expostas ao olhar (GUEDES e BAPTISTA, 2013; NEDEL, 2013; TAMANINI, 2000). De igual maneira, outros objetos recebidos nas seis décadas de existência do Museu acabam tendo exposição ao público limitada e sua potencialidade revelada apenas em ocasiões especiais ou a partir de alguma pesquisa específica realizada em sua reserva técnica. Este é o caso, por exemplo, do acervo de Numismática do MNIC.

O montante da Coleção de Numismática do MNIC compreende atualmente um conjunto de 130 numerários, onde destes temos 86 cédulas e 44 moedas. Do total de cédulas, 48 são de procedência nacional, enquanto que 38 são de outros países. Já em relação às moedas, 43 são brasileiras e 01 da Argentina. Entretanto, destacam-se neste acervo uma série de títulos de emergência produzidos na cidade de Joinville no final do século XIX. Composta por três grupos, a coleção é formada por 35 pequenos recortes de papel cartonado e 3 em latão. Vales em nome do tesoureiro da Direção da Colônia Dona Francisca, bem como emissões do comércio e da Superintendência Municipal, diferentemente dos numerários oficiais do Império Brasileiro e da Primeira República que circulavam na época, não medem mais do que 10 cm de comprimento. Também não possuem nenhuma menção ao Estado brasileiro, seja ele o Império ou a República. Sua composição iconográfica é formada apenas pelo nome do emissor, geralmente uma personalidade conhecida na cidade e o valor facial, que varia entre 100 e 500 Réis.

Em um primeiro momento, a presença de numerários deste tipo pode causar alguma estranheza por estarem presentes no acervo de um espaço museal. Normalmente Museus históricos possuem coleções Numismáticas de cédulas e moedas oficiais, cuja presença está atrelada ao discurso museológico que compreende a proposta daquela instituição. Exemplos notáveis são o Museu Histórico Nacional, localizado na cidade do Rio de Janeiro, que possui um grande número de peças do meio circulante brasileiro e português ou, ainda, o Museu de Valores do Banco Central, com sede em Brasília. Tamanho espanto, em um segundo momento, poderá se agravar se considerarmos que o Museu que os abriga tem como temática a imigração e colonização no Sul do país. Muitos itens do acervo permitem uma rápida vinculação com os propósitos da entidade, sejam eles documentações que retratam o processo migratório ou ferramentas utilizadas nas atividades agrícolas dos primórdios

da Colônia Dona Francisca. De igual maneira, em um terceiro momento, possivelmente tal surpresa se torne questionamento, quando afirmar-se que todos os vales produzidos em Joinville e que fazem parte do acervo do Museu foram obtidos nos anos iniciais de constituição da instituição. Neste sentido, questiona-se: por que o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville salvaguardara títulos emergenciais sem valor legal em seu acervo de Numismática? A resposta pode estar nas fichas de doação do próprio Museu.

Figura 17 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Bruno Brandt.



MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

INVENTÁRIO DO ACERVO DE OBJETOS

ANEXO 1 – FICHA DE REGISTRO

Objeto:	8 vales de 100,200 e 180 réis
Livro Tombo Nº:	--220
Descrição:	
Localização no Museu:	Sala 7 caixa de vidro
Doador - Aquisição:	Bruno Brandt
Data da doação – aquisição:	19/9/1963
Observações:	1 vale em nome de Ottokar Doerffel, de 100 réis 1 vale em nome de Pedro Mayerle, de 200 réis 1 vale em nome de Pedro Mayerle, de 180 réis 2 vales em nome de Vicente J. Fernandes de 100 réis cada
Preenchida por:	Edela Leuschner
Data:	19/9/1963
Verso:	1 vale em nome de F. Hagemann de 200 réis 1 vale em nome de Emilio Just de 100 réis 1 vale em nome de Adolpho Gelbcke de 180 réis
	O vale de 100 reis, em nome de Ottokar Doerffel, estava exposto na "Exposição Temporária em Memória de Ottokar Doerffel", de 05 a 13/03/1988.

A Figura 17 apresenta o registro de doação realizada por Bruno Brandt ao Museu no ano de 1963. O montante compreende 8 peças, sendo 7 de comerciantes e 1 vinculado à Ottokar Dörffel. Este último, inclusive, o único de que se tem registro de exposição, neste caso como um vestígio em celebração à figura de Ottokar.

Figura 18 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Isolde Bertram.



MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

INVENTÁRIO DO ACERVO DE OBJETOS

ANEXO 1 – FICHA DE REGISTRO

Objeto: 1 cédula – Conselho Municipal de Joinville
Empréstimo de 1896 – de 100 réis

Livro Tombo Nº: 788a

Descrição:

Localização no Museu: Sala 7

Doador - Aquisição: Isolde Bertram

Data da doação – aquisição: 12/02/1972

Observações:

Preenchida por: Ilka Göcks

Data: 12/02/1972

Verso:

Fonte: ACERVO DO MNIC (2019).

A Figura 18 exibe o registro de doação realizada por Isolde Bertram ao Museu no ano de 1972. O donativo, composto por uma única peça, compreende um exemplar

emitido pelo Conselho Municipal de Joinville em 1896. Estes títulos de empréstimo foram emitidos pela municipalidade com o objetivo de sanar a falta de oferta de moeda fracionada oficial na cidade e, no acervo, representa a parcela pública do fenômeno monetário joinvilense.

Figura 19 - Inventário do acervo de objetos. Ficha de registro da doação de Jorge e Adolfo Trinks.



MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO
FUNDAÇÃO CULTURAL DE JOINVILLE

INVENTÁRIO DO ACERVO DE OBJETOS

ANEXO 1 – FICHA DE REGISTRO

Objeto:	Coleção de Dinheiro de emergência
Livro Tombo Nº:	69
Descrição:	Emitido por várias firmas de Joinville, São Bento e Campo Alegre, em cartões de papel e recortes de latão e ferro, de vários valores.
Localização no Museu:	Sala 7
Doador - Aquisição:	Jorge e Adolfo Trinks (por intermédio Sr. Adolfo Bernardo Schneider) Rua 9 de Março
Data da doação – aquisição:	27/05/1962
Observações:	
Preenchida por:	Edela Leuschner
Data:	27/05/1962
Verso:	

Fonte: ACERVO DO MNIC (2019).

A Figura 19, por fim, registra a doação realizada por João e Adolfo Trinks ao Museu no ano de 1962. Conforme exposto, o montante compõe uma coleção particular, cuja totalidade não é expressa no documento. É possível que o registro de

tal repasse ao MNIC como uma coleção particular revele intencionalidades de seus antigos donos, visto que a figura de Adolfo Trinks merece destaque por estar vinculada ao grupo que desempenhara a organização dos festejos para o Centenário de Joinville. De igual maneira, pode apresentar uma visão sobre o escopo projetado para o Museu, dada a presença de peças de outros municípios, como São Bento do Sul e Campo Alegre.

A origem comum referenciada no *Detschtum* fora a certificação patrimonial utilizada pela Comissão de Voluntários do Museu Nacional de Imigração e Colonização para escolha dos objetos a serem recolhidos. Mais do que a temática pré-concebida para o espaço museal, estes bens deveriam atender ao contexto e às demandas que os indivíduos que detinham o poder sobre eles estivessem sujeitos. Neste cenário, os artefatos que compõem o acervo expressam dinâmicas codificadas, concebidas para além de sua atribuição primária: as construções, os veículos, os instrumentos musicais e as ferramentas de trabalho, por exemplo, tornam-se símbolos ideais de uma narrativa museológica (NEDEL, 2013; TAMANINI, 2000). De igual maneira este fenômeno se dá com os vales. A presença de nomes de pioneiros germânicos, alguns deles centrais no imaginário da cidade, permitiriam a construção de regimes de sentido entre o discurso memorialista e a germanidade.

O grupo articulador do Museu, construía um sentido de memória baseado em um passado diluído por objetos que reforçam uma identidade étnica imutável e permanente. Este passado, construído à serviço do presente histórico em que o Museu fora estabelecido, levava em consideração os interesses das elites teuto-brasileiras que comandavam os rumos da cidade. Neste sentido, o passado da imigração, rechaçado pela ditadura varguista, tivera sua representação museológica delineada sem a participação coletiva, ficando restrita à ala feminina da Comissão de Voluntários (NEDEL, 2013). O passado dos pioneiros fora apresentado sob uma imagem de sucesso, reforçando a mensagem de que estes indivíduos venceram e, portanto, tinham o direito de contar a sua própria história. Tal condição estabeleceria um novo regime de unicidade que, desta vez, suplantara a diferença que não se compatibilizasse com o sentimento de germanidade dos descendentes teuto-brasileiros (MACHADO, 2009; TAMANINI, 2000). Novamente, este discurso de passado coeso pode ser verificado através dos vales. Doações de sujeitos de ascendência alemã, repassando ao Museu peças que em sua maioria contém o nome de pioneiros, permite o estabelecimento de um regime de continuidade narrativa. De

igual maneira, a dimensão cotidiana que o dinheiro possui, mesmo em sua acepção não oficial perante o Estado, bem como a vinculação às casas de comércio que, em certos casos prosperaram economicamente nos anos vindouros, delinea contornos de interação e predominância teuto-brasileira nas atividades citadinas.

O poder simbólico que o Museu Nacional de Imigração e Colonização construiu na cidade desde sua gênese atualmente sofre um lento processo de desconstrução. A equipe técnica do MNIC realiza exposições e ações de pesquisa e ensino desde o ano de 2009, com o intuito de ressignificar a imagem e o discurso veiculados pelo Museu e seu acervo. Pautada pelos transcurtos da Nova Museologia e sustentada pelo Artigo 216 da Constituição Federal Brasileira de 1988, busca-se estabelecer um novo regime interpretativo da história da cidade, que seja inclusiva e insira a diversidade cultural. De igual maneira, é possível dizer que os sentidos desenvolvidos pelo público acerca dos objetos expostos possam atender atenções diferentes àquelas proporcionadas por seus idealizadores. Tal fenômeno se intensifica à medida que a cidade se metamorfoseia etnicamente, impulsionada nas últimas décadas pelos fluxos migratórios que a indústria proporcionara. Neste sentido, sempre acionados pelo tempo presente, os significados são testados permanentemente (MACHADO, 2009; NEDEL, 2013). Os vales, em sua construção museológica em prol da germanidade, são objetos suscetíveis às mudanças que o Museu sofre. Entretanto, mesmo que as estruturas de significado vigentes sofram pesadas alterações, é possível afirmar que os títulos emergenciais ainda possibilitem o desenvolvimento de novas relações memorialísticas e patrimoniais. Dada sua particularidade de artefato cultural produzido na cidade, sua condição permite a ativação de novos regimes de leitura e de disputas simbólicas de acordo com as demandas do presente joinvilense.

5.3 A função simbólica dos vales.

O caso dos vales compreende diferentes realidades que perpassaram o desenvolvimento de Joinville no final do século XIX. Em um primeiro momento, retratara as dificuldades encontradas para o estabelecimento e florescimento do empreendimento colonial nas terras obtidas pela Sociedade Colonizadora de Hamburgo, pois os primeiros títulos foram emitidos por indivíduos ligados à Direção

da Colônia. Cansados de não conseguirem subvenções adequadas por parte do governo provincial, decidiram por conta própria produzir seu dinheiro emergencial como uma forma de lidar com as limitações de comunicação e transporte que a infraestrutura da recente Colônia enfrentava e, ainda, assegurarem sua posição de prestígio na pirâmide social da localidade. Entretanto, questiona-se: como a dinâmica comercial da região se manteve em um cenário de ausência de moeda oficial e supermissão e falsificação dos vales? Como estes pequenos recortes em papel cartonado foram utilizados pela Comissão de Voluntários do MNIC e qual relação desenvolveram com eles?

O entendimento da importância dos vales para a sociedade joinvilense da época compreende uma série de fatores. Inicialmente é preciso levar em consideração a natureza política da moeda. Seja em sua condição oficial ou de emergência, para a emissão de numerários é necessária uma autoridade para estipular o conjunto das regras que orientarão as peças em sua função de equivalente geral. Desde o *nomisma* grego, as moedas são interpretadas como “objeto legal”, cuja aceitação social parte do entendimento comum da sua validade como instrumento para as trocas comerciais (CARLAN e FUNARI, 2012). Neste sentido, os vales circulavam paralelamente aos meios oficiais de pagamento, pois eram emitidos e assegurados por uma autoridade política, seja ela a Direção da Colônia, a Superintendência de Joinville, ou ainda por comerciantes, de modo que a posição social destes grupos garantia sua difusão nas operações cotidianas.

A aceitação de determinadas moedas também permite a preservação da estrutura política que as administra, visto que, desde a sua origem possui esta característica de suporte político (CARLAN e FUNARI, 2012). O reconhecimento do objeto econômico tem como primazia a aprovação de um determinado regime que o constitui, cuja formação regula os princípios que estabelecem o padrão monetário. Desta forma, as moedas oficiais devem ser objetos padronizados, pertencentes a uma série em que os exemplares possuam características que remontem aos demais. De igual maneira precisam seguir normas para o reconhecimento de seu valor, de modo que a autoridade que as emitiu apresente sua chancela nas peças (CARLAN e FUNARI, 2012). É possível perceber que os vales apresentam características que se baseiam na conceituação dos numerários oficiais. Em geral são padronizados, emitidos em série com diferentes valores de semelhante projeto gráfico, assim como identificam um encarregado pela sua garantia de equivalente geral. Mesmo não

possuindo um número de controle e lastro bem definidos, com exceção das emissões da Superintendência, estes vales eram utilizados nas operações cotidianas. Neste sentido, os regimes de relações sociais desenvolvidos, por meio dos quais se dava a ação política e a crença nesta, exerciam sua atuação e asseguraram a validação e a circulação das peças.

A construção de um regime de confiança garante a circulação da moeda. Esta dinâmica ocorre tanto na emissão quanto na aceitação dos numerários e está sujeita às diferentes nuances que se desenvolvem em cada contexto local. A crença no emissor e na conversibilidade de sua emissão permite a aceitação deste pela comunidade (GUDIN, 1979). Após o estabelecimento dos colonos e princípios de colonização, os comerciantes desenvolveram seus vales num movimento que atuara paralelamente ao poder político legitimamente constituído. A falta de oferta de moeda oficial e a crescente necessidade de mantimentos e ferramentas por parte dos agricultores assegurou o sucesso do escambo como alternativa econômica e, assim, os comerciantes como grupo social de poder.

O fenômeno que envolve as emissões realizadas pelos comerciantes demonstra que o desenvolvimento de um regime de confiança para o estabelecimento de equivalente geral monetário pode existir sem a presença de uma autoridade politicamente chancelada. A difusão e popularização dos vales do comércio surgiu como uma estratégia para manter o fluxo comercial ativo em um cenário de crise que a região passava. A falta da oferta e de circulação de moedas oficiais estabeleceu necessidades, de modo que os indivíduos precisaram assumir o papel do Estado, visto que seus representantes legais não resolviam tal dilema. Os papéis emitidos por inúmeras casas comerciais ditaram o meio pelo qual o fenômeno monetário ficara instituído. Desta forma, para suprir a ausência do Estado, diferentes agentes sociais assumiram a autoridade política central, cujo capital político fora descentralizado e fragmentado.

A pluralidade monetária expressa pelos vales assegurou uma liquidez monetária para o comércio. O regime de confiança centralizado na popularidade dos comerciantes garantia o controle regional de suas emissões, ao passo que a comunidade as fazia circular. Entretanto, em decorrência da ausência de mecanismos de segurança bem como de uma política monetária profissional, a região passara a sofrer com o excesso de moeda, fruto da ação de falsificadores e impulsionada pela política do Encilhamento em nível federal. Desta forma, a difusão fragmentária do

capital político de emissão, adquirido em um primeiro momento pela autoridade regional da Direção da Colônia e, num segundo momento, pelos comerciantes, promovera um cenário caótico cuja prerrogativa abalara o regime de confiança vigente. A pluralidade de numerários e sujeitos que assumiam a garantia de conversibilidade dos vales chamou a atenção do poder público, de modo que este buscara recuperar uma posição que estava desafiada.

A perda da autonomia política exercida pela direção da Sociedade Colonizadora de Hamburgo após a abertura da Câmara Municipal de Joinville, que lançara a cidade na racionalidade organizacional do Brasil, causou mudanças nas relações entre as elites da cidade. De igual maneira, o contexto adverso do país durante o Encilhamento, requisitou uma série de movimentos de articulação política entre todas as partes. Assim, é possível afirmar que sua culminância se deu pelo pacto firmado entre a iniciativa privada e o poder público, antes adversários em disputa, depois unidos em torno dos títulos de empréstimo emitidos pelo Conselho Municipal, desta vez ordenados e devidamente lastreados.

O surgimento de pequenos recortes de papel cartonado como elementos centrais na dinâmica comercial de uma região permite o vislumbre de uma profunda dinâmica social. As dificuldades iniciais para o florescimento de uma economia ativa durante os momentos de ausência de numerários oficiais ocasionaram uma fragilização na crença da estrutura centralizada que geria a oferta de moeda brasileira. Desta forma, enquanto tal situação não se reordenava na região, as leis que geriam a emissão e circulação da moeda oficial precisaram ser preteridas e novas convenções foram criadas entre os sujeitos da comunidade. Estes, por sua vez, desenvolveram novos suportes que realocaram o regime de confiança monetária.

O despontar de novos atores políticos para a confecção das notas realocou o caminho por meio do qual estas asseguravam sua posição como objeto socialmente aceito. Anteriormente, o projeto do governo central de uma herança nacional compartilhada, muitas vezes centralizada na figura do Imperador, era expresso nas cédulas oficiais. Os vales, em especial aqueles emitidos pelo comércio, garantiram uma ressignificação discursiva, ao desvincular o aparato estatal da mensagem e centralizar o comerciante como elemento marcante das emissões. Tal condição leva em consideração a localização centralizada das casas comerciais, que por sua vez conferia a elas uma importante posição como local de sociabilidade e lazer. A vinculação muitas vezes direta ao nome dos proprietários os condicionava a uma

posição carismática e de confiança na comunidade. (PAVANELLO, 2012). Neste sentido é possível dizer que a relação lúdica e de confiança estabelecida em torno destes espaços estava representada nas notas a partir da nomeação pessoalizada dos comerciantes que estas possuíam e, por conseguinte, simbolizavam.

A fragmentação da condição de emitir moedas permitiu a construção de um novo regime de uso consciente do caráter comunicativo expresso pelo dinheiro. Desta forma, esta prerrogativa discursiva, outrora permeada por elementos de amplitude nacional, fora substituída por características de aceitação geral por aquela comunidade. A escolha de práticas culturais locais asseguraram a noção de confiança que manteve os vales como uma moeda socialmente aceita. Sua composição em si, possui apenas qualidades geométricas, bem como propriedades de peso, cor, textura e durabilidade. Entretanto, ao serem aceitos como moeda pela coletividade, servem a propósitos práticos para os indivíduos que os possuíam (GONÇALVES, 2007; MENESES, 1998). O regime de sentido desenvolvido compreende uma dimensão para além dos vales, pois em sua relação com os sujeitos obteve novas valorações acrescentadas à sua composição geral. Neste deslocamento de sentidos, ocorreram práticas de significação, em que as mensagens perpetuadas pelos numerários oficiais foram reinterpretadas em torno dos vales, ao levar em consideração as relações de lazer e sociabilidade vividas nas casas de comércio, cujo reconhecimento da figura do comerciante fora naturalizado na composição das peças.

Os vales, neste cenário, são ferramentas que materializam uma complexa estrutura que envolve a sua função primária como meio de equivalência para as trocas econômicas bem como uma atuação simbólica de significados que são experimentados de maneira real e concreta por seus usuários. Esta noção de referencial simbólico para uma coletividade que os vales assumiram, pode ser entendida como uma ascensão destes objetos como bens culturais. Neste sentido, ao simbolizarem em si um conjunto de práticas sociais, estes pequenos recortes de papel cartonado se estabelecem como um valor cultural compartilhado, representado pela dimensão comunicativa da moeda que mobiliza um conjunto de elementos da sua realidade material como símbolos. Esta cadeia discursiva que movimenta vínculos também delimita identidades. Assim, mesmo em sua noção funcional de meio de garantia de conversibilidade, a presença do nome do proprietário da casa comercial nos vales também assume uma dimensão identitária para aquele coletivo, já que em

seu papel simbólico legitima o sistema de trocas instituído e afirma a expressão cultural da perspectiva identitária daquela sociedade.

O papel simbólico exercido pelos vales expressa o caráter social que aqueles indivíduos desejam que sejam compartilhados como coletivo. Tal função comunicativa possui uma missão ativa, que medeia as sensibilidades que as pessoas possuem com as suas crenças, seu passado e presente. Desta forma, a capacidade representativa que expressa também constrói e forma as individualidades daquele grupo (GONÇALVES, 2007). A moeda, em sua capacidade inventiva mobiliza noções afetivas, memorialísticas, políticas e ideológicas. Assim, os vales ao serem aceitos como meio de troca e estipularem as práticas de sociabilidade como fio condutor identitário, buscam responder demandas de sobrevivência por uma ótica utilitária, porém também comportam um elevado grau de importância para os próprios sujeitos, já que carregam em si a materialidade das teias de categorias de pensamento que estes possuem.

A dimensão pessoal que os vales sustentam se dá pela identificação do sujeito em sua materialidade, fenômeno este expresso pelo nome dos proprietários nas peças, mas também por outros processos. Inicialmente, os métodos de fabricação em que as diferentes casas comerciais elaboraram seus papéis, assim como pela capacidade que estes têm em expressar a identidade da realidade social que engendram. De igual maneira, a própria dinâmica circulatória para a qual foram produzidos permite a observação de relações pessoais. Esta perspectiva apresenta o papel simbólico da moeda não apenas nela em si, mas principalmente através da relação pela qual ela desenvolve para com os indivíduos, através de sua função comunicativa que justapõe uma identidade em contraposição à outra (MENESES, 1998). Neste sentido, é possível afirmar que a presença simbólica dos vales na vida social da comunidade joinvilense reforça a dimensão comunicativa e mediadora do dinheiro, assim como sua acepção de bem cultural compreende mecanismos mentais para além das trocas comerciais, ao expressar em amplo alcance as perspectivas pelas quais aqueles sujeitos valorizam e desejam ser reconhecidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação fora entender qual o significado dos vales, produzidos em Joinville no século XIX, que compõem o acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. Para tanto, questionou-se: o que eram e porque estavam no acervo do MNIC aquelas pequenas peças de papelão e latão? De fato, qual a importância dos acervos de cédulas e moedas naquele Museu? Qual função simbólica exercem ou exerceram aqueles numerários diferenciados? Neste sentido, buscou-se identificar a relação destes objetos com a história da cidade e com a criação do Museu e, ainda, procurar discutir qual a função social de um acervo de Numismática em um Museu.

Composta por uma coleção de 130 peças, o acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville possui, em sua totalidade, uma diversidade comum aos conjuntos numismáticos de outras instituições. Do total recolhido, temos 86 cédulas e 44 moedas, sendo das primeiras 48 nacionais e 38 estrangeiras, ao passo que das segundas 43 são brasileiras e 01 Argentina. Entretanto, diferentemente de outros espaços, o MNIC conta com uma série de títulos de emergência produzidos em Joinville no final do século XIX. No geral, peças menores do que as cédulas convencionais e de valor facial baixo, que varia entre 100 e 500 Réis. A coleção de vales é formada por 35 pequenos recortes de papel cartonado e 3 em latão. A particularidade destas peças consiste no fato de se diferenciarem dos numerários oficiais do Império Brasileiro e da Primeira República que circulavam na época, e também de não possuírem nenhuma menção ao Estado brasileiro, seja ele o Império ou a República. Pelo contrário, apresentam apenas o valor facial e tem no nome de seu emissor, geralmente uma personalidade conhecida na cidade, a garantia de conversibilidade assegurada.

Inicialmente fora discutido que a moeda, desde a sua gênese, possui uma forte vinculação com a política, dada sua relação intrínseca com o Estado. Através deste princípio, acredita-se que tal poder político se manifesta simbolicamente por elementos iconográficos destes numerários que, por sua vez, possuem uma codificação própria, confeccionada especialmente para o entendimento dos sujeitos que as leem. Desta forma, percebeu-se que a mobilização do patrimônio cultural das

coletividades, a partir de sua representação imagética no dinheiro, era um elemento constante para tal aproximação entre Estado e população.

A dinâmica política expressa em relação às moedas oficiais, emitidas pela autoridade política vigente, entretanto, também fora percebida em outros contextos monetários. Neste sentido, buscou-se trabalhar o conceito de dinheiro de emergência, em que numerários são emitidos à revelia do Estado, normalmente quando este é incapaz de assumir tal atribuição, devido a contextos conturbados de crises econômicas e tempos de guerra. Como exemplo para este tipo de produção fora apresentado o caso dos Notgelds, em especial na sua particularidade alemã, cuja dinâmica revelou que, mesmo em emissões realizadas por municipalidades germânicas e instituições particulares, houve uma mobilização patrimonial para manter o regime de confiança estabelecido pela moeda. Para tanto, a fragmentação do poder de produção do dinheiro permitira que novos atores sociais elegessem os elementos culturais que transmitissem os meios pelos quais manifestavam seus valores e asseguravam suas posições de poder no jogo social.

Num segundo momento pretendeu-se articular as disputas simbólicas que compõem a dinâmica circulatória da moeda e, para tanto, mostrou que tais noções também são comuns em outros cenários em que estas peças são articuladas. Ao utilizar o conceito de vida social dos objetos de Appadurai (2008), percebemos que os numerários mantêm sua posição articuladora de atos narrativos mesmo após a perda de sua condição de meio de equivalência para as trocas comerciais. Seja salvaguardada em coleções particulares ou em Museus, a moeda desenvolve ligações com os indivíduos e, no segundo caso, também com as coletividades. Acredita-se, que este espaço desenvolvera em sua trajetória histórica diferentes concepções, de modo que se estabeleceria como um ambiente propício para a realização de disputas discursivas. Para tanto, as peças são mobilizadas em torno de narrativas desde a sua ascensão à peça de museu, configurando assim a musealização como um campo de dominação simbólica.

O caso dos Notgelds alemães envolvera as duas faces que percorrem a vida social da moeda. Em sua condição circulatória, expressa pelas múltiplas autoridades políticas que os emitiram, foram mobilizados os patrimônios culturais das cidades para legitimar um regime de coesão social que estava sob suspeita em decorrência da fragilidade da sociedade germânica durante e após a Primeira Guerra Mundial. De igual maneira, a sua articulação como um meio de expressar atos narrativos em

relação ao período que fora confeccionado, permitira a sua salvaguarda como objeto de museu, ato este, deliberadamente consciente e realizado por meio da recolha de exemplares ainda vigentes. O fenômeno alemão, desta forma, pode contribuir para o entendimento das nuances que envolveram as duas vidas dos vales joinvilenses.

Em seguida, por sua vez, buscou-se compreender o contexto da cidade de Joinville no século XIX que propiciou a existência dos vales e a sua posterior musealização. Ficou claro que a formação do primeiro núcleo colonial que posteriormente tornara-se Joinville, envolvera uma série de interesses mútuos entre as autoridades do Império do Brasil e de empreendimentos econômicos germânicos. A Colônia Dona Francisca se desenvolvera através de estruturas sociais que permitiram a predominância do elemento alemão na coletividade. De igual maneira, a posição privilegiada como meio de ligação entre o Planalto de Curitiba e o porto de São Francisco do Sul auxiliara o município no escoamento de sua produção. Fato este, potencializado pelo poderio do meio urbano em relação aos produtores rurais que colocara os comerciantes em uma posição de poder na cidade.

A particularidade de estabelecimento e desenvolvimento da Colônia Dona Francisca expressa a trajetória dos núcleos coloniais formados pela política imigratória para o Brasil. Buscou-se apresentar como o isolamento geográfico e o distanciamento cultural das populações germânicas ajudara a formar um regime opositivo entre as diferentes concepções de nacionalidade. O *Detschtum* representava os ideais de uma germanidade pautada pelo *jus sanguinis*, incoerente para as compreensões brasileiras, sustentadas pelo *jus solis*. O choque entre estas duas acepções cultivara a ideia de teuto-brasilidade nas populações imigrantes e em seus descendentes cujo contexto causara a reação em grupos nacionalistas brasileiros.

Como visto, a Campanha de Nacionalização pretendia assimilar contingentes populacionais considerados inqualificáveis à filiação nacional. Para tanto, durante a vigência dos decretos-lei expedidos por Vargas e seus interventores tentara-se desmantelar todas as manifestações culturais que expressassem os interesses expressos pelo *Deutschtum*, de modo que, através da ação militar do 13º Batalhão de Caçadores, no caso joinvilense, a língua alemã fora duramente cerceada em um contexto de coerção, vigilância e medo. Após o fim do Estado Novo, entretanto, tais cicatrizes foram combustível para as comemorações do Centenário de Joinville, realizadas em 1951.

A formação da Sociedade de Amigos de Joinville para a organização dos festejos do Centenário conduziu uma nova proposta de germanidade para a cidade. O habitual isolamento e ênfase no elemento alemão de nacionalidade fora substituído pela ideia de vocação ao trabalho em prol da Nação brasileira. O elemento nacionalista do discurso era uma tentativa de amenizar os impactos traumáticos da Campanha de Nacionalização, da mesma forma que centralizava o elemento germânico da sociedade como motor do sucesso da região, expresso desde a gênese da colônia e seus pioneiros. A valorização de um passado distante em prol do presente traumático promovera uma série de ações preservacionistas, dentre as quais culminaram com a criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. As mesmas pessoas que propiciaram os festejos do Centenário, também participaram voluntariamente dos trabalhos de instituição do Museu e na formação de seu acervo que, com a falta de suporte da União, permitira com que a narrativa museográfica apresentasse a imigração do Sul do Brasil sob uma ótica pautada pela história de Joinville e suas grandes personalidades. Esta dinâmica que permeia a trajetória do Museu também é perceptível pelas escolhas que sustentaram a escolha do seu acervo pela Comissão de Voluntários.

Por fim a intenção fora responder qual a função simbólica dos vales de papel e metal pertencentes ao acervo de cédulas e moedas do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. Inicialmente, a partir da análise do acervo específico de vales em correlação a outras documentações encontradas na revisão de literatura bem como no Arquivo Histórico de Joinville, fora descoberto que tais objetos surgiram como uma alternativa à falta de numerários oficiais circulantes na cidade. A celeuma promovida pela ausência do Estado obrigara os moradores da Colônia Dona Francisca a encontrar alternativas para as trocas comerciais. Em um primeiro momento o escambo predominara, porém, com o aumento das atividades comerciais, a emissão de títulos de emergência fora requisitada. A Direção da Colônia, através da figura de seu tesoureiro Ottokar Dörffel, produziu o que acreditamos ser os primeiros vales, da mesma forma que o comércio da cidade abundara o meio circulante com emissões de outros documentos desse tipo. A política de Encilhamento, assim como a facilidade de falsificação dos numerários dos comerciantes de frágil segurança, aumentara a inflação e quebrara o regime de confiança da moeda. Desta forma, o caso dos vales se resolvera através da comunhão entre a iniciativa privada e o poder

público municipal, que emitira também seus títulos de empréstimo com o lastro e a segurança necessárias para tanto.

Produzidos no curso de desenvolvimento da cidade, os vales remontam em si, os nomes de personalidades conhecidas na história do município. Tais características foram percebidas pelos indivíduos que promoveram a campanha de doações que formara o núcleo inicial do acervo do Museu Nacional de Imigração e Colonização. As três doações realizadas na primeira década de existência do Museu, apresentadas pela documentação encontrada, destacam um regime consciente de doações, com destaque para a coleção de Jorge e Adolfo Trinks, este último membro do grupo que organizara a celebração do Centenário. Desta forma, a escolha destas peças para serem musealizadas levava em consideração o potencial simbólico que os nomes estampados nos vales proporcionam para a narrativa do Museu. Sua valoração envolve a dupla jornada que estes objetos perpassaram e se utiliza dos mesmos mecanismos de identificação coletiva para estabelecer o regime de confiança e manter a coesão social.

A função social dos acervos de Numismática deve levar em consideração as transformações que movimentam os novos fazeres do Museu. Artefato discursivo desde a sua gênese, a moeda exerce diferentes usos ao longo da trajetória de sua vida social. Tais facetas culturais permitem múltiplas reflexões que, por sua vez, podem ser potencializadas a partir da curiosidade que essas peças despertam. Para além da função econômica do dinheiro, os acervos de Numismática abrigam objetos políticos, artísticos, religiosos, simbólicos e culturais, cujas informações, expressas nos numerários, proporcionam aos indivíduos o acesso a um novo campo discursivo. Um caminho possível entende a comunhão dos procedimentos heurísticos e o estudo das moedas em sua dimensão de bem cultural, com ênfase em uma maior compreensão destes artefatos no jogo patrimonial. A apropriação dessas linguagens pode contribuir para a libertação política dos sujeitos.

A função social do Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville, tem na sua gênese uma intencionalidade política de caráter transformador. Traumatizados pelas ações da Campanha de Nacionalização, os membros da elite teuto-brasileira se mobilizaram para obterem por lei o estabelecimento de um espaço de memória. Tal ação visava a preservação de uma identidade que sofrera um iminente perigo de ser apagada arbitrariamente. De igual maneira, a movimentação dos membros da Comissão de Voluntários expressara esta atuação consciente. Desta

forma, é preciso utilizar o espaço do Museu como um meio de diálogo entre as diferentes culturas que formam as identidades da cidade. Entender o MNIC como este espaço de encontro pode potencializar sua ação educativa com a população.

Entende-se, portanto, que a função social do acervo de Numismática do Museu Nacional de Imigração e Colonização, em especial os vales estudados, surge através da mesma trajetória na qual a instituição nascera. A absorção dos vales para o espaço museal tinha por objetivo mobilizar os ideais dos sujeitos que compunham a Comissão de Voluntários na sua organização política em defesa da identidade das populações que sofreram com a Nacionalização. Objeto densamente discursivo, a moeda permite o desenvolvimento de relações que vão além da troca econômica. Os vales, produzidos em Joinville em caráter emergencial, não apenas demonstram a mobilização da população para a resolução de seus dilemas, em detrimento das dificuldades de oferta de moeda oficial, como também expressam, através do caráter simbólico envolto às casas comerciais, uma unicidade de relações e hábitos de sociabilidade. Tal potencialidade ascendera os vales como um dispositivo memorialístico para a elite da cidade da década de 1960. De igual maneira, em seu caráter patrimonial, como meio de representar uma ideia de identidade joinvilense pode, em comunhão às ações de diálogo cultural, ser uma ponte entre as diferentes formas que os sujeitos se relacionam entre si e com o seu dinheiro.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas:

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

ANDRADE, A. M. R. . Moeda e Banco no Século XIX: Historiografia e Fontes Brasileiras. **Boletín de fuentes - América Latina en la historia económica**, México, v. 3, p. 91-97, 1995.

APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma perspectiva cultural. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2008.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, v. 5, n. 2, p. 31-54, 2012.

ARÉVALO, Javier Marcos. La tradición, el patrimonio y la identidad. **Revista de estudios extremeños**, v. 60, n. 3, p. 925-956, 2004.

ASSMANN, Jan. Memória Comunicativa e Memória Cultural. **Revista História Oral**, v. 19, n. 1, p. 115-127, jan./jun. 2016.

BARBOSA, Marialva Carlos. Comunicação e história: presente e passado em atos narrativos. **Revista Comunicação, Mídia e Consumo**, v.6, n.16, p. 11-27, jul. 2009.

BöBEL, M.T.; THIAGO, R.S. **Joinville Os Pioneiros**. Documento e História, v.1 1851-1866.2.ed. Joinville: Ed. Univille, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BRIESACHER, Erika L. . **Cultural Currency**: Notgeld, Nordische Woche and the Nordische Gessellschaft 1921-1945. 2012. 238 f. Dissertação de Mestrado (Doctor of Philosophy) - Kent State University, EUA.

BRULON, Bruno. Entendendo a musealização como conceito social: entre o dar e o guardar. *In*: _____; MENDONÇA, Elizabete de Castro. **Museologia, musealização**

e coleções: conexões para reflexão sobre patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. p. 38-54.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

CARLAN, Cláudio Umpierre; FUNARI, Pedro Paulo A. **Moedas:** a Numismática e o estudo da História. São Paulo: Annablume, 2012.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 05, n.11, p. 173-191, jan./abr. 1991.

COELHO, Ilanil. **Joinville e a Campanha de Nacionalização**. São Carlos, 1993. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República**. Momentos decisivos. 6.ed. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

COSTILHES, Alain Jean. **O que é Numismática?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

CUNHA, Dilney Fermino. **Suíços em Joinville:** O duplo desterro. Joinville: Letradágua, 2003.

_____. **História do Trabalho em Joinville:** Gênese. Joinville: TodaLetra, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FERGUSON, Niall. **A ascensão do dinheiro:** a história financeira do mundo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2009.

FICKER, Carlos. **História de Joinville:** crônica da Colônia Dona Francisca. Joinville: Letradágua, 2008.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. *In:* _____; **O Patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 2005. p. 35-50.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GIOVANAZ, Marlise Maria. Práticas de coleção: seleção e classificação dos restos do passado. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 11, p. 162-171, jul. 1999.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **Antropologia dos objetos**: coleções, museus e patrimônios. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

GUDIN, Eugênio. **Princípios de economia monetária**. Rio de Janeiro: Agir, 1979.

GUEDES, Sandra P. L. de Camargo; BAPTISTA, Lilian Vegini. Que imigrante é esse? Representações do imigrante em um museu de Joinville/SC. *In*: II CONINTER – CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 10., 2013, Belo Horizonte. **Anais** [...]. 2013. Disponível em: <http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/178.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2018.

HOBSBAWM, E. J. **A era das revoluções**. 25.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

INTERNATIONAL COUNCIL MUSUEUMS BRASIL. Código de Ética. **Código de Ética Lusófono**. Disponível em: http://icom.org.br/wp-content/themes/colorway/theme/pdfs/codigo%20de%20etica/codigo_de_etica_lusofono_iii_2009.pdf. Acesso em: 26 jun. 2019.

JOINVILLE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Joinville Cidade em Dados 2017**. Disponível em: <<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

LE GOFF, Jacques. A História Nova. *In*: _____. **A História Nova**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LIMA, Diana Farjalla Correia. Musealização: a interpretação pela voz do campo. *In*: _____. MENDONÇA, Elizabete de Castro. **Museologia, musealização e coleções**: conexões para reflexão sobre patrimônio. Rio de Janeiro: UNIRIO, p. 24-37, 2016.

MACHADO, Diego. **Redimidos pelo passado?** Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea. Florianópolis, 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

_____. Um lugar para recordar a imigração no Sul do Brasil: debates políticos e intelectuais na criação do Museu Nacional de Imigração e Colonização em Joinville/SC (1949-1957). **Patrimônio e Memória**. v. 15, n.2, p. 99-128, 2019.

MENESES, Ulpiano Bezerra. Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público. **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, p. 89-104, 1998.

NEDEL, Letícia. As coisas e seus lugares: colecionamento e ressignificação de objetos no Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. *In*: _____. MACHADO, Elaine C. **Além do que se vê**: um museu para a cidade? Museu Nacional de Imigração e Colonização. Curitiba: Lisegraff, 2013. p. 126-180.

NEVES, Jane A. B.; NEVES, Luiz A. P. Como planejar uma pesquisa Científica. **SBC Horizontes**. v. 3, n. 3, p. 26-30, dez. 2010.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de; RIBEIRO, Angela Maria Gianeze (Orgs.). **A linguagem das moedas. Três leituras sobre iconografia numismática**. São Paulo: Museu Paulista - USP/ Universidade de São Paulo, 2003.

PARRON, Tâmis Peixoto. **A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865**. 2009. 288 f. Dissertação de Mestrado (Programa de História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

PAVANELLO, Laércio José. **Ferramentas, fumo, farinha...** um estudo sobre o patrimônio comercial de Joinville. 2012. 124 f. Dissertação de Mestrado (Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) - Universidade da Região de Joinville, Joinville.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Nos bastidores do museu**: patrimônio e passado da cidade de Porto Alegre. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

POULOT, Dominique. **Museu e Museologia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

ROCHA, Isa de Oliveira. **Industrialização de Joinville-SC**: da gênese às exportações. Florianópolis: [s.n.], 1997.

SERVET, Jean-Michel. O nascimento da moeda. **Correio da UNESCO**. Rio de Janeiro, p. 10 - 44, s.d..

SEYFERTH, Giralda. "Imigração e colonização alemã no Brasil: Uma revisão da bibliografia". **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Anpocs, 1988. p. 3-55.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.26, p. 103-22, 1994.

_____. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**. 1997, vol.3, n.1, p.95-131.

_____. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. **Revista USP**, n. 53, p. 117-149, mar./maio 2002.

_____. Formação de identidades culturais em contextos migratórios. In: XXIX ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 10., 2005, Caxambu. **Grupo de trabalho: Migrações internacionais**. 2005. Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/papers-29-encontro/gt-25/gt12-19/3727-gseyferth-formacao/file>. Acesso em: 07 out. 2019.

SILVA, Janine Gomes da. **Tempo de lembrar, tempo de esquecer...** As vibrações do Centenário e o período da Nacionalização: histórias e memórias sobre a cidade de Joinville. 2004. 307 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SILVA JUNIOR, Amaury Fernandes da. **Uma etnografia do dinheiro**: os projetos gráficos de papel-moeda no Brasil após 1960. 2008. 337 f. Tese de Doutorado (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOCIEDADE DE AMIGOS DE JOINVILLE. **Álbum histórico do centenário de Joinville**: 1851 - 9 de março - 1951. Curitiba: Gráfica Mundial, 1951.

SUANO, Marlene. **O que é museu?** São Paulo: Brasiliense, 1986.

SUBIRÁ, GASTÓN. Bonos e hiperinflaciones en Europa entre 1914-1950. **Invenio**, v. 8, n. 15, p. 71-82, nov. 2005.

TAMANINI, Elizabete. **Vidas transplantadas**: museu, educação e a cultura material na (re) construção do passado. 2001. 140 f. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ZIPPERER, JOSEF. **São Bento no passado**: reminiscências da época da fundação e povoação. Curitiba: Tipografia João Haupt, 1951.

Documentais:

Anúncio de Adolpho Gelbecke. **Jornal Kolonie-Zeitung**. Joinville, p. 4, 15 nov. 1894. Acervo do AHJ.

Anúncio de Engelbert Hagemann. **Jornal Kolonie-Zeitung**. Joinville, p. 4, 21 mar. 1893. Acervo do AHJ.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 3.403, de 24 de novembro de 1888. Dispõe sobre a permissão para as companhias anônimas, que se propuserem a fazer operações bancárias, emitir, mediante certas condições, bilhetes ao portador e à vista, convertíveis em moeda corrente. **Legislação Informatizada**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3403-24-novembro-1888-542102-publicacaooriginal-49437-pl.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 165, de 17 de janeiro de 1890. Dispõe sobre a organização de bancos de emissão. **Legislação Informatizada**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-165-17-janeiro-1890-502656-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto n. 3.188, de 02 de julho de 1957. Cria o Museu Nacional de Imigração e Colonização de Joinville. **Legislação Informatizada**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3188-2-julho-1957-354763-norma-pl.html>. Acesso em: 26 jun. 2019.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 406**, de 4 de maio de 1938. Conhecida como “Lei da Nacionalização”. Exige o ensino em língua nacional. Proíbe a circulação de revistas e livros em língua estrangeira. Decreta o fechamento das escolas estrangeiras no país. In: Lex-Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex, 1938.

BRASIL. **Decreto nº 1.545**, de 15 de agosto de 1939. Instrui os Secretários Estaduais de Educação para a construção de escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira. Determina o estímulo do patriotismo. In: Lex-Coletânea de Legislação. São Paulo: Lex, 1939.

BRASIL. **Decreto nº 1.006**, de 10 de dezembro de 1939. Censura federal sobre o material didático e livros escolares.

BRASIL. Título de eleitor de Engelbert Hagemann. **Coleção famílias**. 1894. Acervo do AHJ.

Edital de 22 de abril de 1892. **Jornal Kolonie-Zeitung**, Joinville, p. 4, 3 maio 1892. Acervo do AHJ.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Carta Circular expedida pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a Intendência Municipal de Joinville em 2 de out.1894. [Dispõe sobre a emissão indevida de bilhetes de pequenos valores nos municípios do Estado]. **Série Correspondências. 1891-1894**. Acervo do AHJ.

ESTADO DE SANTA CATARINA, Ofício enviado pelo Governo do Estado de Santa Catarina para a Intendência Municipal de Joinville em 2 de dez.1894. [Dispõe sobre a acusação realizada pela Intendência de Paraty acerca da emissão indevida de bilhetes de pequenos valores pelo município de Joinville]. **Série Correspondências. 1891-1894**. Acervo do AHJ.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto-Lei nº 88**, de 31 de março de 1938, que estabelece normas relativas ao ensino primário, em escolas particulares no estado. In: **Coleção de decretos, leis de 1938**. Florianópolis: Imprensa Oficial, 1938. 269 p.

Extrato da ata da sessão ordinária da Intendência Municipal 18 de janeiro de 1892. **Jornal Kolonie-Zeitung**, Joinville, p. 3, 28 jan. 1892. Acervo do AHJ.

JOINVILLE. Biografia de Vicente José Fernandes. **Coleção famílias**. [18--?]. Acervo do AHJ.

JOINVILLE. Comprovante de pagamento de impostos municipais de Guilherme Ritzmann. **Coleção famílias**. [1906]. Acervo do AHJ.

JOINVILLE - INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Deliberação tomada pela Intendência Municipal de Joinville em 29 de maio 1893. [Dispõe sobre a emissão de coupons em nome da Intendência Municipal de Joinville]. **Livro Ata da Intendência Municipal de Joinville 1893-1895**. Acervo do AHJ.

JOINVILLE - INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Deliberação tomada pela Intendência Municipal de Joinville em 12 de mar.1894. [Dispõe sobre a emissão indevida de bilhetes de pequenos valores no município de Joinville]. **Livro Ata da Intendência Municipal de Joinville 1893-1895**. Acervo do AHJ.

JOINVILLE - INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Deliberação tomada pela Intendência Municipal de Joinville em 27 de mar.1894. [Dispõe sobre a emissão de coupons em nome da Intendência Municipal de Joinville]. **Livro Ata da Intendência Municipal de Joinville 1893-1895**. Acervo do AHJ.

JOINVILLE - INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Deliberação tomada pela Intendência Municipal de Joinville em 22 de out.1894. [Dispõe sobre a emissão de coupons em nome da Intendência Municipal de Joinville]. **Livro Ata da Intendência Municipal de Joinville 1893-1895**. Acervo do AHJ.

JOINVILLE - INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Correspondência enviada pela Intendência Municipal de Joinville para o Governo do Estado de Santa Catarina em 27 de dez.1894. [Dispõe sobre a acusação realizada pela Intendência de Paraty acerca da emissão indevida de bilhetes de pequenos valores pelo município de Joinville]. **Série Correspondências. 1891-1894**. Acervo do AHJ.

SOCIEDADE DE AMIGOS DE JOINVILLE. Álbum histórico do centenário de Joinville: 1851 - 9 de março - 1951. **Anúncio Biter Mayerle Boonekamp**: aperitivo amargo. [Curitiba: Gráfica Mundial], 1951. 1 anúncio.

STOCK, Emílio. **[Correspondência]**. Destinatário: Câmara Municipal de Joinville. Joinville, 15 mar. 1894. Acervo do AHJ.

Imagéticas:

COLNECT. **Notgelds de Kitzingen**. Disponível em: https://colnect.com/br/banknotes/list/country/559-Notgeld_alemão/series/243956-Kitzingen. Acesso em: 15 out. 2019.

FÁBRICA DE SOFTWARE UNIVILLE. **Museu Virtual Joinville. App**. Joinville, 3 ago. 2016., versão 1.0. Disponível em: https://play.google.com/store/apps/details?id=br.edu.univille.museuvirtual&hl=pt_br. Acesso em: 19 abr. 2019.

JOINVILLE - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. **Localização geográfica do município de Joinville**. Disponível em:

<https://www.joinville.sc.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/Joinville-Cidade-em-Dados-2017.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

WIKIMEDIA COMMONS. **Museu Nacional de Imigração e Colonização**. Fotografia por Diego Lip. 2012. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_de_Imigração_e_Colonização#/media/Ficheiro:Museu_Nacional_de_Imigração_e_Colonização_de_Joinville.JPG](https://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Nacional_de_Imigra%C3%A7%C3%A3o_e_Coloniza%C3%A7%C3%A3o#/media/Ficheiro:Museu_Nacional_de_Imigra%C3%A7%C3%A3o_e_Coloniza%C3%A7%C3%A3o_de_Joinville.JPG). Acesso em: 15 out. 2019.

WIKIMEDIA COMMONS. **Monetaria moneta**. Fotografia por H. Zell. 2012. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Monetaria_moneta#/media/Ficheiro:Monetaria_moneta_01.JPG. Acesso em: 15 out. 2019.

AUTORIZAÇÃO

Nome do autor: Nicolas Marcos

RG: 5.822.500

Título da Dissertação: O DINHEIRO NO MUSEU: O ACERVO DE NUMISMÁTICA DO MUSEU NACIONAL DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE JOINVILLE/SC

Autorizo a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE, através da Biblioteca Universitária, disponibilizar cópias da dissertação de minha autoria.

Joinville, 27 de Abril de 2020.



Nome: Nicolas Marcos|